

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

**Diego Costa Mendes**

**Para além do desenvolvimento econômico:  
O Programa de Aceleração do Crescimento e a  
qualidade de vida de uma comunidade autóctone de  
Suape (PE)**

**Recife, 2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

**A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor.**

**Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.**

---

Título da Dissertação: Para além do desenvolvimento econômico: o Programa de Aceleração do Crescimento e a qualidade de vida de uma comunidade autóctone de Suape.

Nome do Autor: Diego Costa Mendes

Data da aprovação: 05 de março de 2015.

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, 05 de março de 2015.

-----  
Diego Costa Mendes

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

**Diego Costa Mendes**

**Para além do desenvolvimento econômico:  
O Programa de Aceleração do Crescimento e a  
qualidade de vida de uma comunidade autóctone de  
Suape (PE)**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado

Dissertação apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração em Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

**Recife, 2015**

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

M538p Mendes, Diego Costa  
Para além do desenvolvimento econômico: O Programa de Aceleração do Crescimento e a qualidade de vida de uma comunidade autóctone de Suape (PE) / Diego Costa Mendes. - Recife : O Autor, 2015.  
133 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Profª Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado  
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2015.

Inclui referências e apêndices.

1. Desenvolvimento econômico – Aspectos sociais. 2. Qualidade de vida. 3. Ajuda federal ao desenvolvimento da comunidade. 4. Comunidade – organização para o desenvolvimento. I. Dourado, Débora Coutinho Paschoal (Orientadora). II. Título.

658 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2015 –100)

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

**Para além do desenvolvimento econômico:  
O Programa de Aceleração do Crescimento e a  
qualidade de vida de uma comunidade autóctone de  
Suape (PE)**

**Diego Costa Mendes**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 05 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Débora Coutinho Paschoal Dourado, Dr<sup>a</sup>., UFPE (Orientadora)

Prof<sup>a</sup>. Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Dr<sup>a</sup>., UFRGS (Examinadora Externa)

Prof. Fernando Gomes de Paiva Junior, Dr., UFPE (Examinador Interno)

*A mainha e a painho,  
fontes de toda inspiração e incentivo de  
que sempre precisei para alcançar meus objetivos.*

*"Fé na vida, fé no homem, fé no que virá.*

*Nós podemos tudo. Nós podemos mais.*

*Vamos lá fazer o que será..."*

*(ErasmO Carlos)*

## Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus pela dádiva da vida, pela saúde, pela disposição e pelas bênçãos que me concede diariamente.

A Nossa Senhora, pelo acolhimento e pela proteção.

A paiho por todo o incentivo e toda a dedicação aos meus estudos, ensinando-me, desde pequeno, o valor da educação e motivando-me a qualquer custo a perseguir meus objetivos. Ele moveu céus e terras para me ajudar a concretizá-los.

A mainha (*in memoriam*), por todo o amor, toda a dedicação e luta para me transformar na pessoa que hoje sou. Agradeço cada sorriso, cada lembrança e cada gesto que me enchem de coragem e me tomam dos sentimentos mais puros e verdadeiros; e que está viva em meu coração aonde quer que eu vá.

A Natália, minha irmã preferida (e única), pela paciência, pelo companheirismo e amor dedicados.

A todos os membros da família Costa e da família Mendes, por terem contribuído e me apoiado durante essa jornada das mais diversas formas e expressões.

Às famílias de coração — Brayner, Aquino, Lopes de Paula, Amante e tantas outras —, por me adotarem como filho, sobrinho e irmão, e por me darem o aconchego necessário para levar os dias com mais leveza e alegria.

A todos os meus amigos (dos quais nem ousou citar nomes, para não ocorrer a heresia de esquecer algum). Eles saberão, ao ler este agradecimento, que os amo imensamente e que são queridos e indispensáveis para o meu dia a dia. A todos agradeço pela compreensão e pelo apoio e carinho a mim dispensados a todo e qualquer momento.

A Jôrjo, por todo companheirismo, dedicação, incentivo e ajuda prestados, e por ser uma luz que ilumina meu caminho.

A Débora Dourado, orientadora da dissertação, pela paciência durante este caminhar.

Aos Professores Lilian Outtes, Fernando Paiva e Cristina Carvalho, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições direcionadas à pesquisa.

Aos Professores Leonardo Bulhões e Maristela Melo (*in memoriam*), por plantarem a primeira semente acadêmica em mim e por enxergarem, ainda no começo da graduação, a possibilidade — hoje concreta — de tornar-me um docente.

Aos amigos e companheiros de pesquisa, de artigos e de vida: Myrna, Iraneide/Miss, Bárbara, Alexandre, Flávia, Marcus, Marllon, Manoel e Manu, integrantes do Observatório da

Realidade Organizacional do Recife, por toda ajuda, paciência, presteza, cuidado, atenção e companheirismo dispensados ao longo desses dois anos; e por todas as risadas e brincadeiras que tornaram o percurso muito mais leve e colorido.

A todos os amigos que fiz no Propad, em especial aos da turma 19, pela amizade, pelo companheirismo, pelas ajudas mútuas, pelas dormidas, pelas viagens, pelos almoços, pelas cervejinhas na Kelly, pelo inesquecível São João em Campina Grande, pelas parcerias e pelos perrengues divididos. Foi ótimo conhecer vocês. Desejo a todos muito sucesso e muitas conquistas na carreira docente.

Aos funcionários da secretaria do Propad (Tati, Irani, Paula e estagiários), da manutenção (especialmente a Nilda), da copa (a saudosa Dona Socorro) e do corpo de apoio do CCSA (especialmente a Chico).

Aos habitantes da comunidade Engenho Ilha, sem os quais esta pesquisa não seria possível, pela receptividade e disponibilidade em participar deste estudo.

Aos entrevistados da Empresa Suape e da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (Seplag), pela disponibilidade e atenção.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), pelo apoio financeiro durante o mestrado.

E, por fim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse chegar ao fim desta longa trajetória. Cada um, cada palavra, cada gesto, cada abraço foram extremamente significativos para que pudesse concluir esta etapa. O meu sincero e afetuoso **MUITO OBRIGADO!**

## Resumo

Este trabalho trata-se de um estudo qualitativo básico ou genérico, tendo como lócus de pesquisa a comunidade autóctone Engenho Ilha — localizada na região de Suape (PE) —, e propõe compreender como os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), direcionados àquela região, implicam na qualidade de vida da população analisada. Esta investigação foi realizada a partir das experiências vividas e da realidade concebida socialmente (MERRIAM, 1998) pelos habitantes da comunidade, juntamente com os dados presentes no *10º Balanço das Atividades do PAC 2 em Pernambuco* (BRASIL, 2014) e por relatos de gestores da Empresa Suape e da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (Seplag). Por meio de levantamento de dados (coletados mediante observação direta, entrevistas abertas e semiestruturadas, e pesquisa documental) e com base nos conceitos de desenvolvimento (B. SANTOS, RODRÍGUEZ, 2012; FURTADO, 1981, 1973; MADEIRO, 2011), políticas públicas (CARNOY, 1988; HÖFLING, 2011; QUEIROZ, 2009; SOUZA, 2006) e qualidade de vida (MILES, 1996; BUARQUE, 1993; VITTE *et al.*, 2002; JANUZZI, 2006), evidencia-se que a expansão dos empreendimentos e das atividades em Suape, assim como a circulação econômica por ela estimulada, não resulta na melhoria da qualidade de vida dos moradores daquela região. Tais habitantes possuem a significação de suas vidas centrada na terra, e esta mesma terra é o principal alvo das transformações que o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) promove na região, as quais são fortemente financiadas com recursos do PAC. O Programa conduz um desenvolvimento hegemônico na região, mas, mesmo possuindo como um de seus objetivos elevar a qualidade de vida da população, a maneira como esses investimentos são alocados não é suficiente para promover a melhoria da qualidade de vida da população analisada.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Qualidade de Vida. PAC. SUAPE.

## **Abstract**

This work is a basic or generic qualitative study, which research locus is the aboriginal community Engenho Ilha - located in the region of Suape (PE) - and proposes to understand how the investments of the Growth Acceleration Program (PAC) directed to the region, imply the quality of life of the population analyzed. This research was carried out from the experiences and reality socially designed (MERRIAM, 1998) by community members, along with the data present on the 10th Overview of the PAC Activities 2 in Pernambuco (BRASIL, 2014) and managers reports Suape company and the Department of Planning and State of Pernambuco Management (Seplag). Through survey data (collected through direct observation, open and semi-structured interviews and documentary research) and based on the concepts of development (B. SANTOS, RODRÍGUEZ, 2012; FURTADO, 1981, 1973; MADEIRO, 2011), public policies (CARNOY, 1988; HOFLING, 2011; QUEIROZ, 2009; SOUZA, 2006) and quality of life (MILES, 1996; BUARQUE, 1993; VITTE ET AL, 2002; JANUZZI, 2006), it is clear that the expansion of enterprises and the activities in Suape, as well as the economic circulation stimulated by it, does not result in improving the quality of life of that region residents. Those people have the significance of their lives centered on the land, and this land is the main aim of the changes that the Industrial Port Complex of Suape (CIPS) promotes in the region, which are heavily financed with PAC resources. The Program conducts an hegemonic development in that region, but despite having as one of its objectives to raise the population's quality of life, the way these investments are allocated is not enough to promote the improvement of the quality of life of the population analyzed.

**Key-words:** Development. Quality of Life. PAC. SUAPE.

## Lista de Figuras

Figura 1	Mapa da região de Suape	49
Figura 2	Moradores do Engenho Ilha	73
Figura 3	Criadouro de aves em um dos sítios do Engenho Ilha	75
Figura 4	Sede da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ponte dos Carvalhos	76
Figura 5	Moradores do Engenho Ilha trabalhando em suas plantações	84
Figura 6	Atividades de trabalho, comércio e subsistência da população do Engenho Ilha	86
Figura 7	Fachada de casa do Engenho Ilha e ligação elétrica irregular	90
Figura 8	Crianças nadando em área alagada no Engenho Ilha	92
Figura 9	Habitação do Engenho Ilha	98
Figura 10	Fachada de casas do Engenho Ilha	98
Figura 11	Interior de casas do Engenho Ilha	100
Figura 12	Áreas alagadas no Engenho Ilha	103

## Lista de Quadros

Quadro 1	Critérios de avaliação da qualidade de vida	40
Quadro 2	Critérios abordados na concepção de qualidade de vida	41
Quadro 3	Características fundamentais da pesquisa qualitativa segundo Merriam (1998)	46
Quadro 4	Critérios essenciais dos Estudos Qualitativos Básicos ou Genéricos segundo Godoy (2005)	47
Quadro 5	Categorias constitutivas e operacionais de análise	58
Quadro 6	Quadro resumo do desenho metodológico da pesquisa	59
Quadro 7	Quadro resumo dos objetivos x fonte de informação x método de coleta x método de análise	61
Quadro 8	Eixo Transportes: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2011–2014)	65
Quadro 9	Eixo Energia: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2011–2014)	66
Quadro 10	Eixo Cidade Melhor: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2007–2014)	67
Quadro 11	Eixo Comunidade Cidadã: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2007–2014)	67
Quadro 12	Eixo Minha Casa, Minha Vida: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2007–2014)	68
Quadro 13	Eixo Água e Luz para Todos: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2011–2014)	69
Quadro 14	Dimensões da qualidade de vida apontadas pela literatura x Dimensões significativas para a qualidade de vida do Engenho Ilha	110
Quadro 15	Níveis de satisfação da comunidade Engenho Ilha com relação às categorias de qualidade de vida	111

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
Celpe	Companhia Energética de Pernambuco
CIPS	Complexo Industrial Portuário de Suape
FIB	Indicador de Felicidade Interna Bruta
FMU	Fórum Moradores Unidos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
Seplag	Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco
ZAF	Zona Agro-Florestal do CIPS

# Sumário

<b>1 Introdução</b>	<b>16</b>
1.1 Construção do problema de pesquisa	18
1.2 Objetivos	20
1.2.1 Objetivo geral	20
1.2.2 Objetivos específicos	20
1.3 Justificativa	21
1.4 Organização dos próximos capítulos	22
<b>2 Revisão da literatura: bases teóricas e conceituais</b>	<b>23</b>
2.1 Desenvolvimento: do modelo hegemônico à evidência de outras possibilidades	23
2.1.1 O desenvolvimento no contexto brasileiro	29
2.2 Políticas Públicas: a condução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	31
2.2.1 O PAC	34
2.3 Qualidade de vida	38
2.3.1 Categorias para a análise da qualidade de vida	40
<b>3 O fazer da pesquisa: procedimentos metodológicos</b>	<b>44</b>
3.1 Visão do mundo e do fazer científico	44
3.1.1 Estratégia de investigação: Estudo Qualitativo Básico ou Genérico	46
3.2 Contexto e caracterização do <i>locus</i> da pesquisa	47
3.2.1 A dimensão vivida de Suape: as comunidades autóctones	47
3.2.2 A escolha do Engenho Ilha como comunidade a ser estudada	50
3.3 Procedimentos de coleta dos dados	51
3.3.1 Pesquisa documental	51
3.3.2 Observação	53
3.3.3 Entrevista	54
3.4 Análise dos dados	56
3.4.1 Análise de conteúdo	56
3.5 Limitações e dificuldades na pesquisa	60
3.6 Quadro resumo da pesquisa	61
<b>4 Caracterização e análise dos resultados</b>	<b>62</b>
4.1 O PAC e seus eixos temáticos	62
4.1.1 Eixo Transportes	63
4.1.2 Eixo Energia	63
4.1.3 Eixo Cidade Melhor	64
4.1.4 Eixo Comunidade Cidadã	64
4.1.5 Eixo Minha Casa, Minha Vida	64
4.1.6 Eixo Água e Luz para Todos	64
4.2 Investimentos do PAC na região de Suape (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca)	64
4.3 A dimensão vivida de uma comunidade autóctone de Suape: o Engenho Ilha	70
4.3.1 A comunidade	71
4.3.2 Como organizam a coletividade: a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ponte dos Carvalhos	75
4.3.3 A relação do Engenho Ilha com o Complexo Industrial Portuário da região	77
4.3.4 Terra, trabalho e renda	83
4.4 A qualidade de vida a partir do Engenho Ilha	86
4.4.1 Energia elétrica	88
4.4.2 Água e esgotamento sanitário	91
4.4.3 Saúde, educação e mobilidade	93

4.4.4 Pavimentação e coleta de lixo	97
4.4.5 Moradia	98
4.4.6 Questões ambientais e de sustentabilidade	101
4.4.7 O entendimento do PAC pela comunidade	104
4.4.8 A comunidade e suas expectativas de futuro	104
4.4.9 A qualidade de vida da comunidade pela comunidade	107
4.5 O PAC, a qualidade de vida e o desenvolvimento em Suape	112
<b>5 Considerações Finais</b>	<b>117</b>
Referências	121
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com moradores da comunidade Engenho Ilha	128
APÊNDICE B: Roteiro de entrevista com representante do CIPS	131
APÊNDICE C: Roteiro de entrevista com representantes da Seplag	132
APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	133

# 1 Introdução

---

Há pouco mais de um século, o desenvolvimento tornou-se um *status* almejado e perseguido por todas as nações, possuindo posição central nos debates político, econômico e social no mundo. É bastante comum se observar nos noticiários dos mais diversos países esforços e preocupações dos governos em promover o desenvolvimento nacional, melhorando sua economia e o padrão de vida de sua população.

O interesse pelo desenvolvimento data do surgimento do Estado moderno, inicialmente preocupado com a defesa de seu território e com a manutenção da ordem; posteriormente, concentrando esforços e atenção à questão econômica e, em seguida, à democracia e à seguridade dos direitos civis (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 08).

Até meados da década de 1960, não havia a necessidade de se distinguir o desenvolvimento do crescimento econômico. Isto porque as nações desenvolvidas eram todas aquelas que haviam tornado-se ricas por meio da industrialização (VEIGA, 2006, p. 18-19). A concepção hegemônica do conceito versava (e ainda versa) entorno da perspectiva econômica, centrada na acumulação de capital mediante incremento da produtividade por meio da industrialização e de seu progresso técnico (BRESSER-PEREIRA, 2006).

B. Santos e Rodríguez (2012, p. 27-28) apresentam que a configuração da economia capitalista que impera em nossa sociedade contemporânea — alicerçada no desenvolvimento econômico — gera desigualdades de recursos e de poder, além de produzir formas de sociabilidade firmadas no autobenefício e na exploração exponencial das pessoas e dos recursos naturais da Terra, vulnerabilizando as condições de vida no mundo.

A partir de visões como essa, começou-se a constatar que o deslocamento do centro dinâmico de economias subdesenvolvidas (como a brasileira) de atividades agropastoris para as industriais não foi suficiente para melhorar substancialmente as condições de vida de sua população (principalmente a parcela mais carente), como garantir o acesso com qualidade a serviços de educação e saúde, a bens culturais e, até mesmo, o acesso a bens materiais (VEIGA, 2006, p. 18-19).

A centralidade acerca desta temática na pauta das nações e os desdobramentos que têm gerado aguçaram, por conseguinte, o debate acadêmico sobre o assunto. No campo de estudos da Administração, não ocorreu algo diferente. O interesse em investigar o desenvolvimento foi uma consequência, o que contribuiu "para ampliar as discussões a respeito das relações

entre organização e ambiente, dos efeitos concretos das ações organizacionais no mundo da vida e, em última análise, das relações entre teoria e prática" (GOULART, 2006, p. 02).

Nesse sentido, o presente estudo busca lançar um olhar crítico sob a atual configuração do modelo de desenvolvimento dominante, acreditando que sua hegemonia vem "[atrofiando] os vínculos da criatividade com a vida humana concebida como um fim em si mesma, e [hipertrofiando] suas ligações com os instrumentos que utiliza o homem para transformar o mundo" (FURTADO, 2002, p. 60). Assim, é evidente a urgência de se pensar o desenvolvimento sob outras perspectivas que se baseiem nas múltiplas possibilidades de organização econômica pautadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente. Desse modo, este trabalho funda-se sobre a máxima expressa por B. Santos e Rodríguez (2012, p. 25), para quem "a realidade não se reduz ao que existe [...]. A realidade é um campo de possibilidades". Enxergar o mundo por meio de alternativas ao modelo de desenvolvimento estritamente econômico da realidade contemporânea é perseguir "formas de sociedade mais justas", que não estejam pautadas apenas pelas exigências de mercado (Idem).

Ampliando um pouco mais a discussão, pode-se perceber que o desenvolvimento também é um forte tema na arena política. Os Estados ocupam, além de espaço singular na configuração social, posição relevante na condução da sua própria política de desenvolvimento, exercendo influência e interferindo na economia, na segurança social e na liberdade individual dos indivíduos que vivem sob sua jurisdição (CARNOY, 1988, p. 9-10). Assim, o modelo de desenvolvimento adotado pelos Estados influencia o direcionamento dado às políticas públicas do país e, conseqüentemente, tem repercussão na qualidade de vida de sua população. A partir deste entendimento, faz-se necessária uma criteriosa observação e análise sobre políticas que se apresentam com o propósito de desenvolver uma nação a fim de identificar que caminhos têm tomado e que tipo de desenvolvimento buscam (MACEDO, 2011, p.13).

No Brasil, desde 2007 um dos principais conjuntos de políticas públicas de abrangência nacional pode ser encontrado na denominação de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), responsável por alocar recursos federais com o intuito de "modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e *eleva a qualidade de vida da população*" (BRASIL, 2007, *grifo do autor*), mediante alocação de investimentos em seus eixos temáticos — Transportes; Energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e Água e Luz para Todos (BRASIL, 2014).

Nessa perspectiva, diante da atual representatividade do PAC nas políticas públicas brasileiras faz-se relevante um estudo acerca de seus objetivos, sua abrangência e seus efeitos sobre a sociedade (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p. 131-132). Direcionando o foco da análise para o Estado de Pernambuco, é importante observar que parte dos diversos investimentos do PAC é dedicada, mais especificamente, à região de Suape. Nela está localizado o principal polo de desenvolvimento do estado, impulsionado pelo Complexo Industrial Portuário Eraldo Gueiros — mais conhecido como Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), ou apenas Complexo de Suape —, alardeado como redenção da nova economia pernambucana (JORNAL DO COMMERCIO, 2011) e locomotiva de sua expansão econômica (SUAPE INSTITUCIONAL, s.d.).

Na mesma região, encontram-se várias comunidades autóctones que sofrem interferências provenientes das transformações na localidade decorrentes dos empreendimentos industriais e portuários do Complexo. Essas interferências se refletem direta ou indiretamente em sua qualidade de vida.

A fim de discutir este cenário, será necessário entender o contexto e a atual configuração de Suape, os quais serão problematizados a seguir a partir da caracterização da região e de seu Complexo Industrial Portuário.

## **1.1 Construção do problema de pesquisa**

Com os Planos Nacionais de Desenvolvimento dos anos 1960 e 1970, os polos de desenvolvimento e os complexos industriais se destacaram como aglomerações produtivas na estratégia de industrialização brasileira.

Polos de desenvolvimento normalmente estão associados a um grande projeto de investimento regionalmente localizado, com indústrias dinâmicas que não estão presentes em outros agrupamentos, tendo a capacidade de impulsionar transformações na sua área de domínio. Já complexos industriais caracterizam-se por um conjunto de atividades, em uma dada localidade, sujeito a significativas inter-relações de produção, comércio e tecnologia, com o propósito de solucionar desníveis espaciais de desenvolvimento (TENÓRIO, 2007, p. 81).

Com a operação desses conglomerados, passou-se a difundir a ideia de que o crescimento econômico regional seria impulsionado por projetos de investimentos a eles direcionados. Ao mesmo tempo, aumentaram-se as expectativas de melhoria da qualidade de vida da população local e, do mesmo modo, as controvérsias conceituais e políticas sobre o

desenvolvimento regional que trariam. Diversos empreendimentos e investimentos foram implantados no País com grandes custos diretos e indiretos ao meio ambiente e ao contexto socioeconômico local nos quais se adentravam (TENÓRIO, 2007, p. 82-83).

Algumas das principais críticas a grandes projetos de investimentos executados no Brasil podem ser encontradas ao se constatar:

as extraordinárias modificações nas estruturas e dinâmicas socioprodutivas e demográficas no processo de inserção regional; a extraterritorialidade dos processos de acumulação e de decisão de que são parte; a deflagração de cadeias de eventos capazes de gerar gravíssimos desequilíbrios ecológicos; o emprego gerado durante a fase de instituição dos projetos se reduz de forma significativa durante a fase de operação [...] (TENÓRIO, 2007, p. 83).

Por meio desses argumentos, Tenório (2007) chama a atenção para as diversas transformações que esses grandes empreendimentos ocasionam nas mais variadas esferas (econômica, social, produtiva, local, trabalhista ou ambiental).

Na década de 1960, no estado pernambucano, em virtude do crescimento das áreas urbanas recifenses e da conseqüente sobrecarga do Porto do Recife, o então governador, Cid Sampaio (1958–1962), instalou um novo polo industrial no Município do Cabo de Santo Agostinho. Tal deslocamento da zona industrial colaborou para se pensar em alternativas de escoamento portuário no litoral sul do estado (VIEIRA FILHO, 2013, p. 09). Em decorrência disso, na década seguinte começou-se a idealizar a construção de um grande porto no litoral sul pernambucano, destinado a gerar demanda, fortalecer as exportações e expandir a atividade industrial do estado (SUAPE INSTITUCIONAL, s.d.). Na mesma época, iniciou-se a primeira desapropriação de terras da região, perfazendo cerca de 13,5 mil hectares; e, em 1973, a elaboração do Plano Diretor do Complexo e o lançamento de sua pedra fundamental. Em 7 de novembro de 1978, por meio da Lei nº 7.763/78, criou-se a Empresa Suape Complexo Industrial Portuário. Já em 1983, a Petrobras (primeira empresa a operar no local) inseriu 4 tanques de armazenamento de álcool no porto para, no ano seguinte, iniciar as suas operações com a exportação de granéis líquidos, atraindo diversas empresas de derivados de petróleo para a região. Por fim, a partir dos anos de 1990 os investimentos públicos e privados direcionados ao Complexo aumentaram vertiginosamente logo se iniciou a circulação de produtos por meio de contêineres (SUAPE INSTITUCIONAL, s.d.; PÉREZ, GONÇALVES, 2012).

Apontado como o grande responsável pelo crescimento do PIB pernambucano, maior que o nacional em 2011 — de 4,5% para Pernambuco, para 2,7% nacional (ANDRADE, 2012) —, e com perspectivas de crescimento de seus empreendimentos de 9,5% ao ano até

2031 (MARCONDES, 2014), o CIPS conta atualmente com mais de 100 empresas em operação e outras 50 em implantação, sendo considerado um dinâmico polo de desenvolvimento do País, canalizando investimentos na ordem dos 40 bilhões de reais até meados de 2014 (SUAPE INSTITUCIONAL, s.d.).

Ao longo de sua recente história, o Complexo foi alvo de diversas políticas públicas federais, como o Programa Brasil em Ação, do governo de Fernando Henrique Cardoso (no final da década de 1990), que forneceu cerca de 185 milhões de reais para a modernização dos serviços portuários, metalúrgicos, etc., e os incentivos do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC 1 e 2 —, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e do governo de Dilma Rousseff (PÉREZ, GONÇALVES, 2012). A expansão dos empreendimentos e dos negócios do CIPS, apoiada por políticas federais, vem promovendo permanentes transformações na região, as quais têm interferido na dinâmica local das comunidades autóctones que vivem e sobrevivem dos recursos existentes na localidade, mesmo antes da instalação dos empreendimentos industriais e portuários (PÉREZ, GONÇALVES, 2012; SILVEIRA, 2010; MOTTA, 1978). Com base nesses apontamentos, surge a pergunta de pesquisa que move todo o estudo em questão: como os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) alocados na região de Suape (PE) implicam na qualidade de vida de uma comunidade autóctone desta localidade?

## **1.2 Objetivos**

O presente trabalho pretende alcançar os seguintes objetivos de pesquisa, aqui classificados em geral e específico:

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Compreender como os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) alocados na região de Suape (PE) implicam na qualidade de vida de uma comunidade autóctone desta localidade.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Descrever os investimentos do PAC por meio de seus eixos temáticos na região de Suape.

- Identificar quais os investimentos do PAC na localidade estão voltados para a qualidade de vida.
- Identificar e descrever uma comunidade autóctone da região de Suape influenciada pelos investimentos do PAC.
- Conceber como a comunidade compreende sua qualidade de vida.
- Analisar a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade por meio das categorias percebidas por seus habitantes como sendo essenciais à sua qualidade de vida.

### **1.3 Justificativa**

A simples análise econômica, por si só, explica de maneira limitada a dinâmica social (FURTADO, 2009, p. 84), sendo insuficiente para se entender sua real conjuntura. A partir desta perspectiva, compreende-se que o crescimento econômico sozinho não é capaz de promover a melhoria das condições de vida de uma sociedade. Todavia, a concepção hegemônica do desenvolvimento na contemporaneidade trata, muitas vezes, com sinonímia as ideias de crescimento econômico e de desenvolvimento.

O presente estudo situa-se no campo dos estudos organizacionais e propõe buscar novos caminhos teóricos que ampliem o debate sobre o desenvolvimento por meio de uma ótica mais crítica e substantiva, discutindo a realidade com base em um apelo histórico e na lógica que está por trás do modelo de desenvolvimento estabelecido na região de Suape.

Partindo do pressuposto de que "os valores expostos pelos indicadores macroeconômicos não revelam grande coisa sobre o progresso efetivo das sociedades" (HERMET, 2002, p. 11), procura-se dar espaço para perspectivas alternativas e mais justas do desenvolvimento, que não sejam pautadas pela concepção dominante do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, este trabalho traz contribuições em três dimensões distintas: acadêmica, organizacional e social.

Academicamente, tais discussões fomentarão e enriquecerão o campo dos Estudos Organizacionais, mediante a crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico, a valorização da dimensão social e a discussão do conceito de desenvolvimento sem as amarras limitadoras (econômicas) que impossibilitam sua compreensão ampliada e as diversas perspectivas com as quais se relaciona. O intuito maior é ampliar as possibilidades de investigação e de compreensão da realidade social, de forma a inserir no escopo dos estudos organizacionais visões emergentes e multidisciplinares.

O estudo do PAC como uma política de Estado e de suas interferências na dinâmica social da região de Suape permitirá compreender de que forma o Governo vem conduzindo o desenvolvimento regional, qual é a sua efetividade diante dos objetivos a que se propõe e quais são as implicações que tal condução traz para a sociedade.

O estudo sobre as transformações ocorridas na região de Suape pelos investimentos que a ela se direcionam é de considerável relevância para se compreender as relações e as condições de vida que se estabelecem na região. Com base em uma perspectiva organizacional, acredita-se que o entendimento sobre a configuração local pode possibilitar novas formas de enxergar a sociedade e de manejar as políticas públicas.

Ademais, almeja-se trazer contribuições de valor social, uma das grandes inspirações desta pesquisa. Pretende-se munir os habitantes da comunidade analisada de uma melhor compreensão acerca da realidade que os cerca e sobre os condicionantes que implicam em sua qualidade de vida.

## **1.4 Organização dos próximos capítulos**

A fim de debater a problemática da pesquisa, direcionada a atingir os objetivos propostos, este estudo foi dividido em cinco partes: a introdução (já apresentada); a revisão da literatura; o fazer da pesquisa; a caracterização e a análise dos resultados; e, por fim, as considerações finais.

Na revisão da literatura, estão presentes as bases teóricas e conceituais necessárias ao entendimento, à discussão e à análise do objeto de pesquisa. Está dividida em: a. Desenvolvimento: do modelo hegemônico à evidência de outras possibilidades; b. Políticas públicas: a condução do PAC; e c. Qualidade de vida.

Na terceira parte, o fazer da pesquisa, são abordados e descritos os procedimentos metodológicos deste estudo, apresentando o delineamento e contexto da pesquisa, as estratégias de investigação, os procedimentos de coleta e de análise dos dados e as dificuldades e limitações encontradas durante a pesquisa.

Já na caracterização e análise dos resultados, são discutidos os eixos temáticos do PAC, os investimentos do programa na região de Suape, a dimensão vivida pela comunidade autóctone, a qualidade de vida sob a ótica da comunidade e a relação entre o PAC, essa qualidade e o desenvolvimento em Suape.

Por fim, na quinta parte, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## 2 Revisão da literatura: bases teóricas e conceituais

---

### 2.1 Desenvolvimento: do modelo hegemônico à evidência de outras possibilidades

O homem é um agente transformador do mundo. A partir de suas necessidades, transforma o meio em que está inserido a fim de realizar-se individual e coletivamente. É por meio dessas transformações que ele arquiteta o desenvolvimento (FURTADO, 1981, p. IX). Segundo Furtado, "o desenvolvimento funda-se na realização das potencialidades humanas", na possibilidade de o homem "satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações" (Idem).

Mediante um apanhado histórico do conceito de *desenvolvimento*, nota-se que, até o século XVIII, o termo foi simbolicamente utilizado pela Biologia, comparando-se ao movimento de transformação de um ser vivo da fase inicial até sua forma adulta. Adentra a área social no final deste século, significando um processo gradual de mudança social (FISCHER, 2002, p. 17-19).

Após o sentimento de decadência que pairava na Idade Média após o declínio do feudalismo, instaurou-se a noção de que as transformações realizadas no dia a dia deveriam buscar um aperfeiçoamento crescente, anunciando um futuro ainda mais promissor (ABBAGNANO, 2007). No período da Renascença, a ideia de progresso figurava como um dos elementos centrais da Modernidade, tendo atingido seu auge no século XIX, quando adotou um caráter de necessidade materialista que se espalhou por todo o Ocidente (HEIDEMANN, 2010, p. 24).

Impulsionado pelo ideal de progresso, o sistema capitalista promoveu sucessivas transformações que culminaram em sua consolidação no mundo. Exemplo disso foi a Revolução Agrícola, que possibilitou o excedente de produção necessário à Revolução Comercial. Com o apoio de uma burguesia fortalecida pelas atividades comerciais, foi possível a formação de grandes estados absolutos, os quais, posteriormente, deram origem aos Estados-nação. Os Estados nacionais, por sua vez, tornaram-se palco seguro para o investimento na indústria e a consequente rede de transformação social, política e econômica identificada pela História como Revolução Industrial, isto é, a terceira revolução capitalista (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 3-4).

Os critérios mercantis passaram a reger a organização da produção e submeteram o espaço social à racionalidade instrumental. Dessa forma, a realidade social começou a ser

largamente influenciada pelo viés econômico, o que denotou a ascendente subordinação do processo social àquela racionalidade (FURTADO, 1981, p. 4-5).

Após as revoluções capitalistas, o viés econômico passou a exercer cada vez mais influência sobre a condução da política de desenvolvimento dos países. A modernidade foi fixada como um estágio social que todas as nações deveriam atingir, correspondendo ao pleno desenvolvimento da sociedade democrática (SANTOS, T., 2000, p. 15). Surgiu, nesse ínterim, a "teoria do desenvolvimento", buscando implantar a modernidade e estabelecer instrumentos de intervenção no intuito de "aproximar cada sociedade existente dessa sociedade ideal" (SANTOS, T., 2000, p. 15-16). Passou-se a construir uma nova estrutura de exploração e de símbolos legitimadores que apontavam a questão do modelo de desenvolvimento como centralidade da nova ordem mundial (MISOCZKY; GOULART; MORAES, 2010, p. 02).

A teoria do desenvolvimento é fortemente influenciada, nesse contexto, pela perspectiva econômica. Por esse motivo, Bresser-Pereira (2006, p.01) defende que o desenvolvimento econômico surge com "o intuito de aumentar a produtividade e a renda por habitante, mediante acúmulo de capital e incorporação do progresso técnico".

As estruturas sociais são pressionadas, então, a passar por um processo de aceleração da cumulação, intensificação da lógica mercantil na produção e modernização do seu estilo de vida para participarem do sistema econômico mundial. Assim, começaram a investir fortemente na industrialização de sua produção e no estímulo ao consumo para alcançarem o patamar das nações consideradas desenvolvidas (FURTADO, 1981, p. 16).

É neste contexto que surge a terminologia *subdesenvolvimento*. A história do subdesenvolvimento está atrelada à Revolução Industrial, apresentando-se como "uma transformação nos padrões de consumo [...] sem que concomitantemente se modifiquem as técnicas de produção" (FURTADO, 1973, p. 9). O progresso tecnológico modernizou os hábitos de consumo sem transformar, na mesma medida, os processos produtivos (Ibidem, p. 11).

Pregava-se que, mediante uma postura mimética às estratégias econômicas dos países centrais de controlar gastos, liberar os mercados e aproveitar os meios de produção disponíveis, por meio da especialização de trabalho, da automatização e da industrialização, conceber-se-ia a alcinha do desenvolvimento. Desse modo, os países industrializados passaram a ser vistos como modelos de desenvolvimento (HEIDEMANN, 2010, p. 27).

No entanto, esquecia-se que os países pobres não conseguiriam adotar a postura protecionista dos países ricos, pois necessitavam importar tecnologia e, ademais, sofriam concorrência das indústrias estrangeiras, fato não ocorrido no processo de desenvolvimento

dos países ricos durante a Revolução Industrial. Soma-se a tudo isso o fato de as economias mais precárias não terem acumulação primitiva, recorrendo aos investimentos e empréstimos estrangeiros para dinamizar sua economia (MADEIRO, 2011, p. 3-6).

Além disso, os fatores de inovação e progresso tecnológicos requeridos pelo desenvolvimento econômico são controlados por uma lógica exógena às nações periféricas, apresentando uma dependência ainda mais estrutural do que a de outrora, reduzindo a capacidade de articulação da periferia nas decisões econômicas (FURTADO, 1973, p. 15). Esse contexto só reforçava a permanência dos países subdesenvolvidos numa situação de dependência no mercado mundial, caracterizando aquilo que a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) denominou de *relação centro-periferia*, reflexo de uma estrutura que reforça o desenvolvimento dos países ricos e mantém o distanciamento dessas economias em relação às periféricas (MADEIRO, 2011, p. 5). Tal conjuntura culminava, portanto, no mito do desenvolvimento. De acordo com Furtado (1983, p. 75), este mito caracteriza-se por uma ilusão baseada no consumo sobre a ideia na qual "os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos", aceitando, dessa forma, inúmeros sacrifícios impostos por meio da perspectiva econômica, os quais tiram a atenção perante as necessidades e possibilidades indispensáveis à coletividade.

Furtado (1981, p. 17) sinalizava, ainda, que, mesmo sendo apresentada como fator indispensável para o desenvolvimento em sua perspectiva econômica, a eficácia do sistema de produção não seria suficiente para satisfazer as necessidades essenciais da população.

Já no período pós Segunda Guerra Mundial, com as economias esfaceladas e o mercado enfraquecido, surgiu uma nova perspectiva dentro das discussões de desenvolvimento: a desenvolvimentista. Com a constatação de que a liberdade comercial não era suficiente para modernizar as estruturas produtivas e garantir o desenvolvimento, tal enfoque defendia a intervenção estatal para o incremento da industrialização, seguidas de modernização tecnológica e crescimento do PIB. O Estado se responsabilizaria por canalizar investimentos em setores-chave que possibilitassem o progresso industrial (MADEIRO, 2011, p. 4-7).

A visão desenvolvimentista vinculava o conceito de desenvolvimento à ótica econômica, mediante investimento em infraestrutura e com a consolidação das empresas. Contudo, não se atentava para o fato de tal política gerar o aumento da concentração de renda, não refletindo na melhoria do nível de vida geral da população nem promovendo reformas sociais (MADEIRO, 2011, p. 6-7).

No final da década de 1940, impulsionada nesse momento pela necessidade de se reconstruir o continente europeu no pós-guerra, a ideia de desenvolvimento passou a ocupar posição central nos debates tanto analíticos quanto ideológicos da conjuntura social, política e econômica das nações. O conceito se apresentava, então, multidimensional e complexo, o que justificava sua difícil definição (SACHS, 2008).

Um pouco mais adiante, na década de 1970, o desenvolvimento começou a ser enxergado não só como um conceito, mas como uma rede de conceitos integrados, multirrelacionais, que incluíam todos os aspectos da vida de uma coletividade (social, político, econômico, cultural, local) (FISCHER, 2002, p. 17-19).

Em virtude desse processo, estudiosos do desenvolvimento começaram a se dar conta de que o progresso científico e técnico — típico do direcionamento econômico dado ao desenvolvimento — não era o bastante para sanar problemas cada vez mais crescentes, como o desemprego em massa e as desigualdades. Do mesmo modo que a questão econômica não era suficiente para lidar com a heterogeneidade estrutural das nações. Cardoso Jr. (2009, p. XXI) contextualiza essa discussão descrevendo que

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até aproximadamente o começo dos anos 1970, *desenvolvimento* confundia-se com *crescimento econômico*, pois era entendido, fundamentalmente, como o processo pelo qual o sistema econômico criava e incorporava progresso técnico e ganhos de produtividade no âmbito, sobretudo, das empresas.

Entretanto, com a constatação de que projetos de industrialização, por si só, haviam sido insuficientes para engendrar processos socialmente incluídos, capazes de eliminar a pobreza e combater as desigualdades, foi buscando-se — teórica e politicamente — estabelecer diferenciações entre *crescimento* e *desenvolvimento* e, ao mesmo tempo, incorporar qualificativos que pudessem dar conta de ausências ou lacunas para o conceito.

Ao longo do tempo, com a constatação dos efeitos negativos do modelo de desenvolvimento até então adotado, este foi adquirindo novas interpretações, deslocando-se da centralidade na esfera econômica e industrial para contemplar a dinâmica social, política e ambiental (MADEIRO, 2011, p. 02, 08). Dessa forma, nos últimos 50 anos, adjetivos como *social*, *político*, *cultural* e *sustentável* foram se somando à compreensão do desenvolvimento como consequência das novas problemáticas que surgiam (SACHS, 2008). Na ampliação de sua concepção, o desenvolvimento passou a ser abordado mediante um sentido transformador e transitivo (BERNSTEIN, 1996, p. 197), relacionando-se com a satisfação das necessidades básicas humanas, como nutrição, saúde e habitação, superação da pobreza absoluta, universalização da educação e garantia dos direitos civis e de participação política.

B. Santos e Rodríguez (2012) apresentam diferentes perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento que vão além do modelo de desenvolvimento hegemônico que impera em nossa sociedade atual.

Na contramão do *desenvolvimento econômico* podem ser encontradas as *alternativas ao desenvolvimento*, as quais criticam radicalmente o princípio de crescimento mediante reconhecimento de possibilidades pós-desenvolvimentistas. Segundo esta concepção, é impossível haver crescimento econômico sem que haja a deterioração das condições de vida na Terra, além de acreditar que a ideia de desenvolvimento como crescimento não levará à realização das potencialidades humanas (SANTOS, B.; RODRÍGUEZ, 2012, p. 54).

Outra perspectiva, sob a qual este estudo se esteia, é a teoria do *desenvolvimento alternativo*. A diferença básica desta visão para a das alternativas ao desenvolvimento (anteriormente citadas) encontra-se na não negação da ideia de crescimento econômico. A perspectiva do desenvolvimento alternativo é formulada

com base em uma crítica de fundo à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes. Contra a ideia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não econômicos — sociais (v. g., igualdade), políticos (v. g., participação democrática), culturais (v. g., diversidade étnica) e naturais (v. g., meio ambiente) —, o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores [...], essa linha de pensamento e ação não rejeita a ideia de crescimento econômico. No lugar dele, propõe impor limites e subordiná-lo a imperativos não econômicos (SANTOS, B.; RODRÍGUEZ, 2012, p. 46-47).

A teoria do desenvolvimento alternativo aponta, ainda, que a sociedade civil deve se tornar integrante essencial do planejamento do desenvolvimento, deixando este de ser atribuição exclusiva do Estado e das elites econômicas, a fim de privilegiar o desenvolvimento de escala local e de conduzi-lo por meio de práticas diferentes das adotadas pelo modelo clássico (que promove desigualdade e exclusão) (SANTOS, B.; RODRÍGUEZ, 2012, p. 47). Segundo os autores, as principais linhas de pensamento e ação que decorrem das ideias de desenvolvimento alternativo no âmbito da produção podem ser encontradas: nos movimentos que almejam possibilitar formas associativas de produção, assegurando bens e serviços básicos às classes populares; nos planos de "desenvolvimento sustentável"; na maior participação das mulheres nos programas de desenvolvimento; no crescente número de programas de auxílio econômico-financeiro a integrantes da periferia e semiperiferia com a intenção de promover o desenvolvimento comunitário; nos movimentos sociais rurais e urbanos reivindicando recursos de terra e habitação para empreenderem ações populares de

produção alternativas; e nas estratégias de desenvolvimento centradas na dimensão local (SANTOS, B.; RODRÍGUEZ, 2012, p. 48-51).

A linha de pensamento do desenvolvimento alternativo que versa sobre ecodesenvolvimento, ou desenvolvimento sustentável, combina "eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica" (BRÜSEKE, 2003, p. 31) e propõe um novo caminho teórico ao controverso modelo tradicional de desenvolvimento. Caracteriza-se como o "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades", mantendo o compromisso com os cidadãos da sociedade contemporânea (WELTKOMMISSION, 1987 apud Ibidem, p. 33) mediante satisfação de suas necessidades básicas; da noção de solidariedade futura à espécie humana; participação popular nas decisões; preservação de recursos naturais e meio ambiente; planejamento social baseado na garantia de emprego e na segurança social, além do respeito às diferenças culturais; criação e aperfeiçoamento de programas educacionais (BRÜSEKE, 2003, p. 31).

Esse valor dado à problemática ambiental decorrente da constatação de que a condução do progresso das nações estava acarretando o aumento da poluição, a escassez dos recursos não renováveis e outras consequências às gerações futuras começou a ganhar ênfase ao longo da década de 1970. Tal reconceituação do desenvolvimento com enfoque sustentável ficava cada vez mais atenta à qualidade de vida dos indivíduos (MADEIRO, 2011; SACHS, 2008 e 2009).

O desenvolvimento passou a ser discutido com base na universalização e no exercício efetivo dos direitos humanos (políticos, civis, cívicos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e ambientais). Na tentativa de mudança à perspectiva econômica que provocara exclusão, a inclusão se converteu em atributo essencial para se consolidar o desenvolvimento alternativo (SACHS, 2008, p. 37-39).

Em meados da década de 1990, ganhou força outra linha de pensamento alternativa que trata o conceito de desenvolvimento por meio de um apelo local, mediante uma dimensão territorial, estruturando sua análise a partir dos próprios atores locais, suas redes e suas práticas internalizadas, deixando de lado a sistematização do planejamento centralizado de cima para baixo, ou do centro para a periferia. Começava-se a ter a noção de que, até para se expandir economicamente, era preciso alcançar certo grau de desenvolvimento social (TENÓRIO, 2007). Precisava-se atentar para as especificidades e para a dimensão cultural das localidades, dos espaços de herança histórica, com identidades e organização territorial

própria, possuidoras de lógicas e interesses distintos da estratégia de desenvolvimento global (GOULART, 2006).

As novas interpretações dotavam a sociedade civil de espaço na regulamentação da dinâmica social (MADEIRO, 2011, p. 02). Anunciava-se, então, uma ampliação da dimensão conceitual do desenvolvimento, mais inclusivo e para além da expansão econômica.

Mesmo contribuindo para disseminar a visão de que o desenvolvimento econômico convencional trás diversos impactos à sociedade — principalmente de países pobres — e à natureza, B. Santos e Rodríguez (2012, p. 51-53) acreditam que a ênfase do desenvolvimento alternativo sobre a dimensão local pode trazer limitações às possibilidades de criação de economias emancipatórias, porque poderiam estar isolando e/ou marginalizando o local dos fenômenos regionais, nacionais e globais. Os autores aduzem que é necessário que as organizações comunitárias interajam viva e dinamicamente com outras comunidades e com organizações produtivas, além do Estado, a fim de se fortalecerem.

A fim de entender a dinâmica do desenvolvimento de uma região brasileira, cabe abordar na subseção seguinte o contexto particular do desenvolvimento no Brasil, fortemente direcionado à industrialização e ao incremento dos setores produtivos desde a década de 1930.

### **2.1.1 O desenvolvimento no contexto brasileiro**

No início do século XX, o conceito de desenvolvimento no Brasil não era utilizado em sua forma extensiva, inclusiva e integradora das dimensões política, econômica, social, sustentável e humana. O projeto de desenvolvimento nacional ainda era setorial, voltado para a industrialização e associado a uma forte noção de progresso. O nível de industrialização ainda era encarado como quase sinônimo do nível de desenvolvimento (HEIDEMANN, 2010, p. 25-26).

Seu processo de industrialização iniciou-se após a redução de importações, consequência da crise de 1929, mediante política de investimentos diretos nos quais o Estado incentivava a criação de complexos industriais em diversos setores, como o "da mineração, do petróleo, da geração e transmissão de energia elétrica, da siderurgia e da química básica" (FURTADO, 1973, p. 23).

No País, a ideia de desenvolvimento ganhou força com o governo Vargas, em meados de 1930, estabelecendo a industrialização e o crescimento econômico como principais estratégias para adquirir desenvolvimento (TENÓRIO, 2007, p. 74). A industrialização era encarada como o principal caminho para minimizar a dependência em relação ao mercado externo (BELUZZO, 2009 apud MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 156) e, somada a

reformas de mercado e maior financeirização econômica, acreditava-se que o desenvolvimento seria alcançado mais rapidamente (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 156).

Nesse contexto da industrialização nacional, o conceito de desenvolvimento atrelava-se à ideia de interesse nacional:

O enfoque globalizante dos processos econômicos, que corresponde à preeminência do Estado como agente propulsor e orientador das atividades econômicas e árbitro dos conflitos de classes na definição do interesse nacional, viria finalmente a prevalecer na concepção do desenvolvimento (FURTADO, 1981, p. 20).

O Estado, por possuir vasta interferência na economia, passou a se comportar como o principal agente do processo de acumulação. Na fase de modernização brasileira, para acompanhar o progresso tecnológico, a industrialização teve de se "apoiar em intensa capitalização, o que não [era compatível] com o nível médio de renda de um país subdesenvolvido" (FURTADO, 1973, p. 11). Tal capitalização era realizada em benefício dos grupos estrangeiros, detentores de quase toda a tecnologia utilizada no País (Ibidem, p. 7). A captação de recursos para o incremento do processo de industrialização deveu-se ao Estado, que ampliou as bases da estrutura industrial e despendeu grandes recursos financeiros (retirados do setor de exportação e de recursos do conjunto da população) ao setor privado.

O modelo de industrialização brasileiro, pautado na substituição de importações, caracterizou-se por uma concentração de renda (e de consumo), que, por sua vez, demarcou a forma que a industrialização assumiria, agravando ainda mais esta concentração e culminando em um "controle externo global do processo de desenvolvimento", acentuando a dependência tecnológica da periferia em relação ao centro (FURTADO, 1973, p. 31).

A atividade industrial condiciona o comportamento global da economia e os investimentos industriais são o canal por onde penetra o progresso tecnológico. É portanto natural que as atividades financeiras [...] passem a gravitar em torno das atividades industriais (FURTADO, 1973, p. 34).

Tais ideias se prolongaram durante as décadas seguintes, acreditando que se promoveria um desenvolvimento nacional mediante uma ideologia nacional-desenvolvimentista (TENÓRIO, 2007, p. 74-75). "O Estado e o planejamento são vistos como pedra de toque do desenvolvimento econômico" (Ibidem, p.79). As ações voltadas ao desenvolvimento do País nas duas décadas seguintes tinham quase como exclusivamente o governo como agente estratégico e de mudança (FISCHER, 2002, p. 18).

Durante as décadas de 1940 a 1970, o Brasil continuou com a política nacional-desenvolvimentista, procurando integrar e expandir sua economia mediante adoção de políticas de diversificação econômica, via industrialização, com o intuito de que o mercado interno passasse a ser motor da acumulação e do crescimento. Nessa perspectiva, o desenvolvimentismo configurou-se como "uma ideologia econômica que sustentava o projeto de industrialização integral, com participação do Estado como forma de superar o atraso e a pobreza" (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 156).

Com os Planos Nacionais de Desenvolvimento dos anos 1960 e 1970, os polos de desenvolvimento e os complexos industriais se destacaram como aglomerações produtivas na estratégia de industrialização brasileira (TENÓRIO, 2007). A esses planos, somavam-se as mudanças na política fiscal, a qual favorecia ainda mais a instalação e expansão de empresas transnacionais dentro do território do País (FURTADO, 1973, p. 44-45).

Nesse cenário, a economia nacional sofria cada vez mais influência e interferência externas por permanecer adaptando o sistema produtivo brasileiro às demandas do sistema econômico mundial. A industrialização tardia do País orientou-se sobre um modelo imitativo que gerou, como consequências, concentração de renda, exclusão social e dependência econômica (FURTADO, 1981, p. 27; 2002, p. 27).

Na atualidade, o Estado brasileiro tem papel importante e decisivo na política econômica e no incremento da produção industrial. Na busca de promover o desenvolvimento do País, o Governo Federal criou um conjunto de ações aglomeradas em um plano destinado a "modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população": o PAC (BRASIL, 2007), que será tratado como uma política pública promovida pelo Estado na posterior seção deste estudo.

## **2.2 Políticas Públicas: a condução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**

Ao passo que a economia dos países no globo se expandiu, o setor público — compreendido por Carnoy (1988, p. 09) como o próprio Estado — ganhou ainda mais importância nas sociedades, tanto no aspecto político como "econômico (produção, finanças, distribuição), ideológico (educação escolar, meios de comunicação) e a força legal (polícia, forças armadas)". O Estado ocupava espaço singular na configuração social, exercendo

influência e interferindo na economia, na segurança social e na liberdade individual dos indivíduos que vivem sob sua jurisdição. Entender o papel e a atuação do Estado nacional na sociedade significa compreender a própria dinâmica da sociedade (Ibidem, p. 10).

O Estado pode ser compreendido, de acordo com Höfling (2011, p. 02), como um conjunto de instituições permanentes que permitem as ações do governo. Este desempenhará as funções de Estado por determinado período mediante planos e programas propostos para a sociedade. Os planos e programas, por sua vez, representam a materialização da orientação política do governo que conduzirão ações voltadas aos diversos setores da sociedade. Tais políticas (as públicas) são "formas de interferência do Estado" na formação e nas relações sociais.

Há diferentes entendimentos sobre a dinâmica da sociedade. E cada uma dessas perspectivas levará a uma compreensão diferente do Estado e das políticas de interferência social que ele deverá promover (CARNOY, 1988, p. 11).

Frequentemente, as abordagens sobre sua atuação recaem mais "na capacidade do Estado para promover recursos que mantenham ou desenvolvam a acumulação do capital de monopólio do que em sua capacidade para cumprir o seu compromisso com os cidadãos" (CARNOY, 1988, p. 324). Além disso, há de se observar os movimentos que emanam da sociedade. Todavia, Carnoy (Idem) chama a atenção para o fato de que "o problema não reside absolutamente na natureza do capitalismo, mas na extensão em que o Estado, seja como uma entidade autônoma com seu próprio poder, seja como representante das massas, interfere 'irracionalmente' no desenvolvimento capitalista".

A concepção de Estado que esteia este estudo é a que se funda na noção de democracia — estabelecida na sociedade brasileira pela Constituição de 1988 —, com base na ideia apresentada por Bobbio (1987, p. 135) de que o Estado democrático é a "forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo", embasada a partir das necessidades da sociedade. As políticas públicas deveriam ser criadas como "resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo" (CUNHA; CUNHA, 2002, p.12).

O Estado tem por dever o papel de "responder materialmente às demandas da classe trabalhadora por mais benefícios sociais" (CARNOY, 1988, p. 340); demandas estas que reivindicam democracia e justiça social (Ibidem, p. 340-341). Por isso, o Estado não deveria se tornar um "apêndice-reflexo dos anseios econômicos" (POULANTZAS, 1985, p. 18). Assim, torna-se fundamental seu trabalho no intuito de assegurar equidade de oportunidades por meio de um maior diálogo e interação com a sociedade, como também fixar políticas

públicas renovadoras que permitam o desenvolvimento do contexto local (SILVA; BASSI, 2012, p. 15-16).

A partir dos anos 1980, principalmente nos países em desenvolvimento recém-democratizados ou de democracia em consolidação — como foi o caso brasileiro —, aumentou-se a preocupação sobre as políticas públicas. Constituíam-se um dos principais desafios desses países e de cientistas políticos entender como as políticas públicas poderiam ser desenhadas a fim de gerar a inclusão social de seus cidadãos e estimular o crescimento econômico (SOUZA, 2006, p. 20-21) — imperativo da lógica dominante que associava o crescimento econômico como prerrogativa do desenvolvimento nacional.

Segundo Souza (2006, p. 24), não existe uma única, ou melhor, definição para a política pública. Em sua livre interpretação sobre os principais autores da área, aponta que Mead (1995) a entendia como um estudo político o qual visava analisar os governos sob a perspectiva de grandes assuntos públicos; Lynn (1980) a concebia como o comportamento dos governos e suas consequências específicas; Peters (1986), como a soma das atividades governamentais que, direta ou indiretamente, impactava a sociedade; Dye (1984), como as ações e omissões da esfera pública.

Ainda com base em Souza (2006, p. 24), uma das noções centrais acerca das políticas públicas vem de Laswell (1958), quando argumenta que as políticas visam responder a perguntas como "quem ganha o quê, por quê e que diferença faz".

Como todo conceito político, constituem-se numa forma de atividade ou de *práxis* humana (RODRIGUES, 2010). O termo *política* abarca tudo o que diz respeito à vida das pessoas em sociedade, o modo de se organizarem e o processo pelo qual se realiza o bem público e se satisfazem as dimensões do organismo social em sua totalidade.

Já o termo *público*, qualificador do conceito *política*, não se refere exclusivamente ao Estado, mas sim a algo que é público, de todos, com o respaldo e a influência de distintos interesses. Apesar de as políticas públicas serem reguladas e produzidas pelo Estado, elas lidam com diversos pontos de vista privados. O desafio que se estabelece para elas é, justamente, conciliar os diferentes pontos de vista e interesses, promovendo ações públicas que afetarão toda a sociedade (PEREIRA, 1994 apud CARVALHO, A. *et al*, 2002, p. 12).

Abrangentemente, as políticas públicas podem ser compreendidas como uma decisão ou um conjunto de decisões (explícitas ou implícitas) que podem estabelecer o rumo de uma ação presente, orientar decisões futuras e/ou iniciar ou postergar uma atividade (QUEIROZ, 2009, p. 86); e que guiam programas e ações dos governos a fim de promover transformações no mundo real, também servindo de mecanismos para analisar os impactos desses programas

e ações sobre a sociedade e sobre a economia do país (SOUZA, 2006, p. 25-26). As políticas públicas são os instrumentos de ação do governo (QUEIROZ, 2009, p. 86).

Ante o exposto, este estudo se alicerça sobre o entendimento de que a política pública, em geral, possibilita diferenciar aquilo que o governo pretender fazer e o que, de fato, realiza; é materializada através dos governos, mas envolve diversos atores formais e informais, além de distintos níveis de decisão; é ampla, não se limitando a leis e regras; é uma ação intencional formada por objetivos previamente traçados; é uma política de longo prazo, apesar de ter efeitos de curto prazo; é estruturada processualmente, implicando-lhe, após a elaboração, em sua implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36-37).

As ações executadas têm movimentos e contradições que podem provocar resultados diferentes dos almejados, e que sofrem influência dos distintos interesses que permeiam as relações sociais de poder (HÖFLING, 2011, p. 06).

Neste estudo, mais especificamente, irá se focar em um conjunto de políticas públicas do Governo Federal brasileiro denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual vem se tornando o carro-chefe do governo petista no Brasil, e que será abordado no subtópico seguinte.

## **2.2.1 O PAC**

Ao longo de seu processo histórico e político, o Brasil teve uma série de planejamentos governamentais que visavam à estruturação e expansão socioeconômica do País: planos destinados à criação de infraestrutura econômica e social — Plano Especial (1939–1944), Plano de Obras e Equipamentos (1944–1948), Plano SALTE (1950–1954), Plano de Metas (1956–1960) —; planos de fomento ao rápido crescimento econômico — PAEG (1964–1966), Plano Decenal (1967–1976), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968–1970), Metas e Bases (1970–1972), I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972–1974), II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975–1979), III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980–1985) —; planos de estabilização macroeconômica — planos monetários do Cruzado ao Real —; e os Planos Plurianuais — PPA (de 1988 até 2011) (ABREU, 2008 apud MACEDO, 2011, p. 24).

Dentre esses, especificamente, o II PND teve como um de seus objetivos fortalecer o setor de meios de produção, de alimentos e de energia, elevando as taxas de crescimento no período de crise econômica pela qual o mundo passava em decorrência dos choques do petróleo (1973 a 1979). No entanto, o plano utilizou-se de financiamentos internacionais, os

quais ocasionaram forte endividamento externo. Tal cenário levou o governo a empenhar-se para obter superávits comerciais, evitando a desvalorização cambial e favorecendo a estabilização da moeda nacional. Todavia, o que se via era a alta das taxas de inflação e o baixo desempenho da economia brasileira na década de 1980 (MACEDO, 2011, p. 35).

Com a consolidação da mundialização financeira e comercial na década de 1990, o País passou a atender as diretrizes internacionais a fim de angariar crédito externo para financiar sua estratégia de estabilização e posterior crescimento da economia, e valorização monetária. O comportamento moderado e de arrocho quanto aos investimentos públicos manteve-se nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o que não trouxe o crescimento nacional esperado (MACEDO, 2011, p. 36-38).

Mota, Amaral e Peruzzo (2012) chamam a atenção para o fato de que, a partir dos anos 2000, houve crescente perspectiva do novo desenvolvimentismo presente nos governos latino-americanos. Interpretando Castelo (2010), as autoras alertam que estas nações possuem como principal objetivo "delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país [...], um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na questão social" (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 157).

Carvalho, Gameiro e Dourado (2013, p. 02) evidenciam que o contexto sociopolítico e econômico brasileiro tinha sofrido uma entonação conservadora expressiva nesse período. As grandes aspirações por profundas mudanças políticas que o governo petista incitara ao chegar ao poder não havia ocorrido como se esperava. Entretanto, no decorrer do primeiro mandato do presidente Lula, a política desenvolvimentista foi readquirindo espaço, moldando o projeto de progresso econômico nacional juntamente com políticas sociais compensatórias (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012).

Entre 2006 e 2007, após 25 anos de estagnação econômica, houve uma mudança no cenário ocupado pelo Brasil e na atuação de seu governo que abandona a postura defensiva para se articular de maneira planejada no processo de desenvolvimento nacional (MACEDO, 2011, p. 103).

É neste contexto que surge o PAC, pretendendo engrenar a economia brasileira, com o consequente aumento de seu PIB, almejando, para além do crescimento econômico, a elevação da taxa de emprego e a melhoria das condições de vida da população (MACEDO, 2011, p. 38-39).

O PAC foi criado em 27 de janeiro de 2007, no segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007–2010), por meio do decreto nº 6.025. Foi anunciado com uma previsão de mais de 500 bilhões de reais em investimentos para o quadriênio 200–2010. Em sua primeira versão, o PAC se destinava a dedicar recursos nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, tendo como objetivo o incremento da infraestrutura nacional a fim de impulsionar a produtividade empresarial, atrair investimento privado, diminuir as desigualdades regionais e incitar o crescimento econômico (BRASIL, 2007).

O programa foi lançado como a retomada estatal na condução do crescimento e do desenvolvimento econômico e social nacional, mediante investimentos tanto públicos quanto privados (MACEDO, 2011, p. 52), ao mesmo tempo em que sedimentava um trunfo político-eleitoral do governo petista naquela época (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p. 131).

O PAC foi o mais referenciado no segundo mandato do governo Lula, com a promessa de estimular os setores produtivos e, paralelamente, levar benefícios sociais para todas as regiões do País (BRASIL, 2008). Além de prever obras de infraestrutura, o Programa também propôs medidas de caráter econômico que visavam manter a estabilidade econômica e o cumprimento dos acordos internacionais assinados ainda na década anterior (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p. 131).

Em seu primeiro ciclo (2007–2010), o PAC viabilizou investimentos, deu continuidade a outros e promoveu algumas mudanças estruturais fundamentais. No entanto, esteve longe de minimizar as desigualdades regionais (MACEDO, 2011, p. 104). Observa-se, ainda, que nos primeiros quatro anos de sua implantação, apenas 27,64% das obras estavam concluídas (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p. 139).

Em março de 2010, no governo Dilma Rousseff, foi lançado o PAC 2, com o compromisso de investir cerca de 1,6 trilhões de reais (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p. 135-136). Ao observar as prioridades de investimentos com recursos do PAC, percebe-se que há

uma concentração de recursos em projetos de ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, assim como investimentos em moradia popular e políticas sociais. O PAC atribui à exploração de produtos primários, como o petróleo, um papel-chave na economia, devido à sua destacada importância estratégica internacional (CHAGAS, 2014, p. 217).

As duas versões do PAC, ao longo dos anos de suas implementações, foram alvo de diversas críticas e considerações quanto a seus objetivos, efetividade e conquistas. Macedo (2011, p. 13) aponta a importância de se estudá-lo para além do fato de se constituir um marco

importante da gestão pública do Brasil, refletindo sobre sua formação, objetivos e impactos na conjuntura e dinâmica nacional e regional.

Rodrigues e Salvador (2011, p. 152) reforçam que, para se compreender uma política pública, é necessário se analisar suas características, o contexto político, os agentes sociais, os interesses envolvidos e a amplitude das ações. A descrição implícita no discurso do PAC era de que as carências e deficiências de infraestrutura do País representavam grande bloqueio ao seu desenvolvimento (DOMINGUES; MAGALHÃES; FARIA, 2009, p. 122).

Segundo Carvalho, Gameiro e Dourado (2013, p. 02), o Programa não representou apenas um plano de investimentos, e sim a principal ação política do governo Lula e do governo Dilma (2011–2014). Não por acaso, os investimentos concentraram-se nos setores energético e da construção civil, com o intuito de promover a expansão e modernização da economia nacional, reflexos da estratégia desenvolvimentista adotada pela política nacional que anuncia o retorno do Estado na definição da orientação do desenvolvimento brasileiro.

Rodrigues e Salvador (2011, p. 137) e Macedo (2011, p. 52-53) também chamam atenção para o discurso desenvolvimentista do governo petista a fim de adquirir legitimação popular para o Programa. O Estado defende com o PAC uma nova forma de se relacionar com o mercado, agindo mutuamente a fim de promover o crescimento econômico e estimular a reestruturação social e regional em uma clara postura desenvolvimentista que, "por vezes, oculta os reais propósitos do programa, as suas consequências e o seu alcance" (RODRIGUES; SALVADOR, 2011, p. 137).

Macedo (2011, p. 106-107) traz questionamentos importantes que compartilham de inquietações semelhantes às da presente pesquisa: "É suficiente 'acelerar o crescimento'? [...] Que tipo de desenvolvimento tanto se persegue? Até quando a melhora em níveis agregados será aceita como desculpa para o adiamento de questões centrais para a socialização do desenvolvimento?".

Domingues, Magalhães e Faria (2009, p. 122) — a partir das constatações de Haddad (1996) e Diniz (1993) —, outrossim, apresentam a existência de um caráter perverso na associação entre crescimento econômico, desenvolvimento regional e investimentos em infraestrutura, porque estes últimos corroboram para a eficiência e para o crescimento econômico nacional, enquanto seus impactos sobre as economias regionais (estados e municípios) podem gerar concentração de renda e de recursos econômicos, intensificando o problema da desigualdade regional.

São justamente investimentos em infraestrutura que estão sendo canalizados à região de Suape (litoral sul do Estado de Pernambuco), justificados pela tentativa de promover-se

crescimento econômico e desenvolvimento regional. Nessa localidade, são encontradas diversas comunidades autóctones e o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), principal destinatário de recursos do PAC ao estado pernambucano.

Ciente de que o propósito do PAC consiste em "modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e *eleva a qualidade de vida da população*" (BRASIL, 2007, *grifo do autor*) mediante alocação de investimentos, e com o objetivo de compreender como estes investimentos do Programa direcionados a região de Suape implicam na qualidade de vida de uma comunidade autóctone desta localidade, cabe explorar neste referencial teórico o conceito de qualidade de vida para, então, realizar a investigação no *lócus* de pesquisa.

## 2.3 Qualidade de vida

Diferentemente das tradições convencionadas na economia, o enfoque na qualidade de vida não se limita à análise de recurso ou de renda das pessoas, amplia e substantiva-se no modo como as pessoas vivem, nas oportunidades que lhes são dadas para levar uma vida digna e na satisfação de suas necessidades (SEN, 2010, p. 40-41).

A qualidade de vida é, talvez, um dos conceitos mais antigos que se possa evidenciar na existência humana. Na Pré-história, as ações do homem eram destinadas à melhoria da sua e das vidas dos integrantes de sua tribo. Durante séculos, passou a ser medida como a capacidade de suportar as adversidades naturais e humanas. A partir da Revolução Industrial, entre o final do século XVIII e início do século XIX, passou a se associar à vida urbana e, no século XX, ao consumo (BUARQUE, 1993).

A partir de então, a análise sobre a qualidade de vida começou a recair no enfoque demasiadamente econômico, que comumente a associa ao padrão de bem-estar material, à renda familiar, à posse de bens, ao acesso a confortos básicos e a outras práticas de consumo, mediante estatísticas que procuram correlacionar tais aspectos ao "nível de vida" da população (MILES, 1996, p. 635).

Apesar de neste século o conceito de qualidade de vida ter sido expressivamente associado ao uso e acesso a bens, nos últimos anos a utopia da qualidade de vida ligada ao consumo perdeu força e passou a incorporar o princípio de igualdade, tendo como uma de suas metas a eliminação do *apartheid* social (BUARQUE, 1993), passando a perceber dimensões que abrangem "aspectos mais amplos das condições de vida — como o acesso à educação e aos serviços de saúde, a expectativa de vida, a mobilidade e até as oportunidades

culturais" (MILES, 1996, p. 635). Dessa forma, começam a ser consideradas questões de equidade na distribuição espacial e no acesso da população a serviços e a recursos públicos. Procura-se, também, compreender "as condições materiais, físicas, oferecidas nos lugares" (NAHAS, 2005, p. 4). Ou seja, pode-se dizer que a qualidade de vida está relacionada a aspectos múltiplos da vida social, econômica e ambiental que permeiam a existência humana e pode ser analisada a partir da perspectiva de como é utilizada para planejar o desenvolvimento socioeconômico de uma localidade; de como evolui ao longo do tempo; e de como é considerada e percebida pelos habitantes de uma dada região (VITTE *et al*, 2002, p. 40-41).

Ademais, a qualidade de vida possui posição importante nas discussões sobre o desenvolvimento, apresentando-se como um de seus condicionantes na medida em que as necessidades individuais e sociais são abordadas por esta teoria. Em meados dos anos 1970, converteu-se em um dos pilares do planejamento do desenvolvimento e das políticas públicas, sendo um dos questionamentos acerca da consolidação do corpo social. Ao falar de qualidade de vida também almeja-se proteção do direito comum e participação social no debate público (VITTE *et al*, 2002).

Sua melhora está atrelada à cotidianidade, ou seja, às singularidades de cada região. Miles (1996, p. 635) alerta para o fato de que, dependendo da configuração da região que se esteja analisando, as questões que interferem na qualidade de vida podem variar. No entanto, apesar de a literatura técnica perceber tais variações, muitas vezes elas são omitidas. Cada comunidade possui um entendimento do que é uma vida com qualidade para si. Logo, esse conceito difere de acordo com o nível de desenvolvimento do país/local analisado, refletindo o que almeja determinado grupo social e o que pode ser feito para superar iniquidades (KEINERT; KARRUZ; KARRUZ, 2002, p. 120-122).

O Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua a qualidade de vida como proveniente da percepção que as pessoas têm sobre sua própria vida, dentro do contexto cultural que vivem e do sistema de valores que as rodeiam (THE WHOQOL GROUP, 1995). Tal conceito está relacionado aos fatores psicossociais dos cidadãos, estando suas percepções sujeitas a condicionantes externos, como a cultura e a educação dos indivíduos estudados. Do mesmo modo, é importante se avaliar o nível de satisfação ou insatisfação das necessidades daqueles que as vivências estão sendo analisadas (VITTE *et al*, 2002, p. 42-43).

A qualidade de vida deve estar relacionada tanto às condições de uma existência saudável quanto à salvaguarda do patrimônio histórico e da natureza, requisitos garantidores

do pleno desenvolvimento das capacidades humanas e de alicerce à ação coletiva (VITTE, 2002, p. 31).

Segundo Leff (2001, p. 320), nos países de Terceiro Mundo "a qualidade de vida toma sentido próprio dentro das condições de desenvolvimento de diferentes culturas que definem seus estilos de vida, suas normas de consumo, seus gostos, seus desejos e suas aspirações", referindo-se às reais condições de vida de populações e subgrupos de populações (MILES, 1996, p. 635).

Quando se fala em desenvolvimento, está-se, indissociavelmente, falando sobre qualidade de vida, assim como nas dimensões a ela atreladas, como educação, saúde, trabalho, cultura, habitação, mobilidade, acesso a espaços públicos de convivência social e preservação dos recursos naturais. Essas dimensões são utilizadas como indicadores para se analisar a qualidade de vida e serão discutidas a seguir.

### 2.3.1 Categorias para a análise da qualidade de vida

Em uma avaliação das condições de vida de uma comunidade busca-se compreender como se caracteriza o atendimento das necessidades básicas para sobrevivência e reprodução social desta, podendo ser refletidas nas condições de saúde, habitação, trabalho e educação que seus habitantes possuem (JANUZZI, 2006, p. 19).

Diversos indicadores e organizações possuem áreas específicas pelas quais avaliam uma realidade social. O Quadro 01 apresenta alguns desses critérios.

**Quadro 01 - Critérios de avaliação da qualidade de vida.**

INDICADORES/ORGANIZAÇÕES	CRITÉRIOS UTILIZADOS
Indicadores de Qualidade de Vida da OMS (1992)	Domínio físico, domínio psicológico, nível de independência, relações sociais, ambiente e aspectos espirituais/religião/crenças pessoais.
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (1990)	Renda, longevidade e educação.
Indicadores de Qualidade de Vida Calvert–Henderson (2000)	Educação, emprego, energia, meio-ambiente, saúde, direitos humanos, renda, infraestrutura, segurança nacional, segurança pública, lazer e habitação.
Indicador de Felicidade Interna Bruta – FIB (1972)	Bom padrão de vida econômica; boa governança; educação de qualidade; saúde; vitalidade comunitária; proteção ambiental; acesso à cultura; gerenciamento equilibrado do tempo e bem-estar psicológico.
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	Saúde, educação, emprego, acesso a consumo, segurança pessoal, condições da habitação e do ambiente físico, lazer, participação social.
Nações Unidas	População, saúde, educação, atividade econômica, renda, patrimônio, uso do tempo, segurança pública, mobilidade social, cultura, comunicação, lazer.
Conferências Internacionais do HABITAT	Uso do solo urbano, habitação, meio-ambiente, desenvolvimento socioeconômico, transporte urbano.

Adaptado de Alves (2011, p. 17-18) e Januzzi (2006, p. 17).

Os indicadores podem ser classificados em objetivos ou subjetivos. Os primeiros, caracterizados por dados quantitativos obtidos por percentuais estatísticos; e os segundos, determinados a partir da opinião pública, de grupos de discussão, de especialistas e/ou da avaliação dos indivíduos estudados, refletindo qualitativamente juízos de valor ou critérios normativos referentes à dimensão social analisada. Os indicadores qualitativos podem indicar opiniões contrárias ao que os indicadores quantitativos explicitam, assinalando que valores numéricos muitas vezes não expressam a satisfação, opinião e/ou realidade dos indivíduos de uma sociedade (JANUZZI, 2006, p. 20-21). Além disso, devem se constituir como um instrumento transparente, consciente e compreensível, auxiliando no planejamento das políticas públicas e servindo de empoderamento da sociedade civil diante das atividades do poder público (JANUZZI, 2006, p. 35). Nessa perspectiva, para se analisar a qualidade de vida, é necessário buscar amplas impressões, opiniões e avaliações a respeito dos distintos aspectos do ambiente socioespacial da população, discutindo "a satisfação quanto ao domicílio, às facilidades existentes no bairro e às economias e deseconomias da vida no município, das condições materiais às aspirações pessoais" (JANUZZI, 2006, p. 112).

Essa compreensão acerca de como se configura a qualidade de vida serve de recurso avaliativo sobre a situação em que se encontram as dimensões da vida dos indivíduos de uma determinada sociedade, apontando as instâncias que necessitam de maior atenção e investimentos do poder público, sinalizando aspectos que devem ser analisados com o propósito de melhorar suas condições vivenciais. Assim, estudiosos da qualidade de vida e organizações formuladoras de indicadores sociais possuem critérios distintos para avaliar a esse conceito na sociedade. O Quadro 02 detalha as respectivas categorias abordadas por autores citados neste trabalho:

**Quadro 02 - Critérios abordados na concepção de qualidade de vida.**

AUTORES	CRITÉRIOS CITADOS
Bernstein (1996)	Satisfação das necessidades básicas humanas, como nutrição, saúde e habitação, superação da pobreza absoluta, universalização da educação, garantia dos direitos civis e de participação política (p. 197).
Januzzi (2006) - Indicadores Subjetivos	Satisfação com a moradia; satisfação com o bairro, vizinhança, cidade; intenção de mudar-se de domicílio, cidade; atendimento de necessidades básicas; atendimento de aspirações culturais, lazer, etc. (p. 112).
Nahas (2005)	Educação, renda, saúde, saneamento, pobreza, habitação, energia elétrica, transportes, telecomunicações, trabalho e violência (p. 08).

Pereira, Godoi e Coelho (2012)	Alimentação, lazer, emprego/trabalho (serviço), saúde, renda (recursos econômicos para o consumo de bens e serviços), educação (acesso e condições científico-culturais), moradia, questões políticas (liberdade de expressão e participação política), questões ligadas ao meio ambiente (p. 164-165).
Queiroz (2009)	Abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, saúde e assistência pública, telecomunicações, limpeza urbana, transporte coletivo, seguridade social, educação e segurança pública (p. 205-206).
Sachs (2008)	Educação, proteção à saúde e moradia (p. 39).
Sen (2010)	Promoção da democracia, dos poderes sociais, bem como das condições de saúde, de educação e de oportunidades (p. 16-18).

Elaborado pelo autor.

As informações presentes no Quadro 2 possibilitam a observação de que há um consenso quanto à relevância das categorias educação, saúde e moradia/habitação para o conceito da qualidade de vida. De acordo com Sachs (2008, p. 39),

a educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a confiança e a autoestima.

Já o acesso aos serviços de saúde se relaciona a um objetivo mais amplo: melhorar a saúde das pessoas, correspondendo à segurança/adequação alimentar, acesso à água limpa, melhoria das condições de moradia e de trabalho, medidas preventivas (como a vacinação), além do atendimento médico (SACHS, 2008, p. 40).

A respeito da habitação, há uma controvérsia ao considerá-la um serviço público ou não. Apesar disso, apresenta-se como uma necessidade básica das pessoas e, conseqüentemente, um dos desafios do desenvolvimento inclusivo (SACHS, 2008, p. 40). No caso brasileiro, ressalta-se a importância de políticas de moradias populares (como é o caso do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal).

Essas categorias e outros indicadores devem servir para nortear políticas públicas provedoras de serviços públicos. Os serviços públicos de interesse geral compreendem todos aqueles usados para suprir as necessidades básicas nos campos social, econômico e cultural dos cidadãos, indispensáveis ao bom funcionamento de uma sociedade. Mais especificamente, os serviços públicos essenciais caracterizam-se por um subconjunto daqueles de interesse geral e se diferenciam por comprometerem a coesão social e a qualidade de vida da população caso estejam ausentes. Entre eles, salientam-se o abastecimento de água e o saneamento, que comprometem a saúde individual e pública; e os serviços de energia elétrica e de telecomunicações, base de sustentação da sociedade moderna (QUEIROZ, 2009, p. 205-206).

Os serviços devem ser acessíveis a todos os cidadãos (universalidade); igualitários, não fazendo distinção de usuário (isonomia); ter atividades ininterruptas (continuidade);

atender às finalidades do serviço e a sua qualidade (eficácia); além de estar em constante adaptação (adaptabilidade) (Ibidem, p. 208-209).

O grande desafio dos governos com a oferta dos serviços públicos consiste em elaborar políticas públicas aptas a impulsionar a equidade social e a melhoria da qualidade de vida da população (SOUZA, 2003, p. 11-12).

A partir do entendimento dos conceitos de desenvolvimento e de qualidade de vida, pode-se compreender como os investimentos do PAC — o qual possui entre seus objetivos "elevar a qualidade de vida da população" (BRASIL, 2007) — alocados na região de Suape (PE) implicam na qualidade de vida de uma comunidade autóctone desta localidade, a partir das categorias percebidas como essenciais por seus habitantes.

Sendo assim, a próxima seção abordará os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, do mesmo modo que caracterizará a região estudada e a comunidade autóctone a ser utilizada para ilustrar a problemática da pesquisa.

## 3 O fazer da pesquisa: procedimentos metodológicos

---

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para alcançar os objetivos de pesquisa propostos no início deste estudo. A apresentação inicia-se com o paradigma epistemológico que norteou a pesquisa e a tipologia do estudo. Em seguida, vem a contextualização da comunidade escolhida como exemplo ilustrativo aos pressupostos da investigação e as respectivas dimensões de análise da qualidade de vida; os procedimentos de coleta de dados; a forma como os dados foram analisados; e as limitações da pesquisa.

Neste capítulo, é apresentado, ainda, um quadro resumo associando os objetivos traçados à fonte de informação, ao método de coleta de dados e ao método de análise.

### 3.1 Visão do mundo e do fazer científico

Este estudo foi construído sobre um paradigma epistemológico interpretativista que, segundo Morgan (1980 apud SILVA; ROMAN NETO, 2006, p. 58),

parte do princípio que o mundo social tem *status* ontológico precário e a realidade social não existe em termos concretos, mas é um produto de experiências subjetivas e intersubjetivas dos indivíduos. [...] entende a sociedade do ponto de vista do participante em ação, [...] [fundamentando-se] na visão de que as pessoas constroem e mantêm simbólica e socialmente suas próprias realidades organizacionais.

A pesquisa foi conduzida com base no processo de experiências vividas, e a investigação se realizou sobre a complexidade da realidade concebida socialmente pelos indivíduos (MERRIAM, 1998, p. 04). A intenção aqui não é testar uma teoria, criar um experimento ou medir qualquer coisa. O empenho recaiu sobre o desejo de compreender as interações que se estabelecem no mundo vivido a partir dos diversos pontos de vista que fazem parte ou que se relacionam com o objeto de estudo (MERRIAM, 1998, p. 04-05). Sendo assim, recorreu-se a recursos como entrevista, observação e fotografia a fim de colher as visões das pessoas envolvidas no contexto estudado sobre a realidade que as cerca.

A abordagem indutiva surgiu, então, como a alternativa epistemológica que possibilitou a "descoberta de novos fenômenos ou variáveis, num processo de enriquecimento da própria teoria vigente" (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009, p. 07). Induzir significa "tirar uma conclusão a partir de um ou mais fatos em particular" (COOPER; SCHINDLER, 2003, p.

49); e com esse raciocínio, subentende-se que a conclusão elucidou os fatos apresentados e estes, por sua vez, deram sustentação à conclusão. A conclusão foi obtida mediante uma concordância inferencial além dos fatos expostos.

Com base nestes entendimentos, o presente estudo tem caráter fundamentalmente qualitativo, em que se buscou compreender a realidade da região de Suape por meio da percepção de seus moradores, e por intermédio de suas reflexões, opiniões e comportamentos, que serviram de norte à pesquisa (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009, p. 07). Fez-se necessário ir além das definições operacionais trazidas através da relação entre a fundamentação teórica e as dimensões analisadas (SILVERMAN, 2009, p. 51), buscando-se caracterizar o desenvolvimento da região mediante uma sensibilidade contextual sobre as interações sociais, os significados que seus participantes dão a elas e a alocação dos investimentos do PAC à região estudada.

A pesquisa qualitativa tem em sua essência o paradigma interpretativo, pois representa uma determinada maneira de apreender o mundo e fazer ciência. Grande parte dos estudos dessa natureza dedica-se a investigar fenômenos sociais singulares, diretamente no contexto em que ocorrem (GODOY, 2005, p. 82-83). Esta abordagem se designa a compreender o significado subjetivo presente na percepção de indivíduos ou grupos de pessoas em relação à complexidade de um problema social ou humano (CRESWELL, 2010, p. 26; FLICK, 2013, p. 23). Constituiu-se menos relevante explorar a relação de causa e efeito do fenômeno. Dessa forma, procurou-se "descrever e reconstruir a complexidade das relações [...], [objetivando] descobrir novos aspectos na situação que está sendo estudada" (FLICK, 2013, p. 23-24).

Diante dessas proposições, a presente pesquisa baseou-se nas características expostas por Merriam (1998, p. 06-07) como sendo fundamentais em um estudo qualitativo básico. A primeira encontra-se na compreensão de que o entendimento do fenômeno deve centrar-se no olhar dos atores da pesquisa, e não no ponto de vista do pesquisador. O segundo traço evidencia o pesquisador como o principal instrumento para a coleta e análise dos dados, pois ele é sensível aos inúmeros fatores que envolvem a pesquisa, como os aspectos não verbais. Outra particularidade é encontrada na importância do contato com o campo de pesquisa, com o propósito de tornar-se mais intimamente familiarizado com o fenômeno estudado, podendo tecer descrições e interpretações mais substanciais sobre ele. O próximo atributo é que a orientação desse tipo de pesquisa é substancialmente indutiva, por meio de concordâncias inferenciais que dão suporte às conclusões. E, por último, apresenta que a pesquisa qualitativa é repleta de descrições, utilizando-se de palavras e imagens para exprimir a percepção do pesquisador sobre o estudo (MERRIAM, 1998, p. 06-08).

**Quadro 03 - Características fundamentais da pesquisa qualitativa segundo Merriam (1998).**

CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA PESQUISA QUALITATIVA BÁSICA SEGUNDO MERRIAM (1998)
⇒ Significação centrada nas experiências e percepções das pessoas sobre o mundo.
⇒ Pesquisador como o principal instrumento para a coleta e análise dos dados.
⇒ Aproximação com o campo de pesquisa.
⇒ Orientação substancialmente indutiva.
⇒ Resultados e interpretações bastante descritivas.

Elaborado pelo autor.

Tais orientações foram seguidas paralelamente às de Creswell (2010). Os dados foram coletados pelo próprio pesquisador no mesmo campo e local onde os atores sociais experienciam sua realidade; procuraram-se diferentes formas de coletar os dados (que são explicitadas mais adiante neste capítulo); a análise foi realizada indutiva e interpretativamente, mediante utilização de lente teórica para compreender o estudo (CRESWELL, 2010, p. 208-209).

Diante do exposto, verificou-se que dentro da abordagem qualitativa a estratégia de investigação mais apropriada para explorar o tema aqui proposto é o estudo qualitativo básico ou genérico.

### **3.1.1 Estratégia de investigação: Estudo Qualitativo Básico ou Genérico**

De acordo com Merriam (1998, p. 11-12), o estudo qualitativo básico ou genérico é a forma mais comum de pesquisa qualitativa, possuindo as características básicas de uma pesquisa *quali*, como descrição, interpretação e compreensão. Tal estudo procura "um fenômeno, um processo, ou as perspectivas e visões de mundo das pessoas envolvidas", seus dados são coletados por meio de "entrevistas, observações ou análises de documentos", e suas conclusões são

uma mistura de descrições e análise — uma análise que utiliza conceitos do referencial teórico do estudo [...] [e] geralmente resulta na identificação de padrões recorrentes (na forma de categorias, fatores, variáveis, temas) que cortam os dados ou no delineamento de um processo (MERRIAM, 1998, p. 11, *tradução do autor*).

A autora explica, ainda, que este tipo de pesquisa não se constitui estudo de caso ou qualquer outra modelagem específica: "não existe um sistema limitado ou unidade funcional que circunscreve a investigação" (Idem).

Godoy (2005, p. 88) estabelece uma agenda mínima de critérios que devem nortear os estudos qualitativos básicos ou genéricos e que serviram como direcionamento deste estudo. Tais critérios estão resumidos no Quadro 04.

**Quadro 04 - Critérios essenciais dos Estudos Qualitativos Básicos ou Genéricos segundo Godoy (2005).**

CRITÉRIOS ESSENCIAIS DOS ESTUDOS QUALITATIVOS BÁSICOS OU GENÉRICOS SEGUNDO GODOY (2005)
⇒ Clareza dos pressupostos qualitativos que orientam a pesquisa.
⇒ Detalhamento de como ocorreu a pesquisa de campo e sua análise.
⇒ Consistência entre dados coletados e resultado.
⇒ Prover dados abundantes e expressivos.
⇒ Localizar o contexto histórico-social do estudo, estabelecendo conexões e interações entre a situação estudada e seu entorno.
⇒ Possibilitar a generalização naturalística por meio do detalhamento e grande número de informações.
⇒ Organizar registros que resguardem os dados.

Elaborado pelo autor.

O presente estudo qualitativo básico ou genérico foi realizado na região de Suape (PE), mais especificamente sobre a comunidade autóctone Engenho Ilha, que recebe influência dos investimentos do PAC direcionados à localidade. Com o intuito de cumprir com algumas das orientações apontadas no Quadro 04, foi localizado o contexto histórico-social da região e descritas as interações estabelecidas pela comunidade autóctone estudada no tópico a seguir.

## **3.2 Contexto e caracterização do lócus da pesquisa**

### **3.2.1 A dimensão vivida de Suape: as comunidades autóctones**

A organização espacial e o povoamento do litoral sul pernambucano giraram em torno dos Engenhos de cana-de-açúcar. Após o fim da escravidão, para manter o contingente de trabalhadores das usinas, começaram a se instalar moradas em seu entorno. Essa é a origem histórica das comunidades (engenhos) que se encontram na região de Suape. A datar do início do século XX, os habitantes dessa localidade sobrevivem da criação de animais de pequeno

porte, do cultivo de mandioca, feijão, frutos, entre outros, e da pesca. Alguns deles obtendo até o registro de terras pelo Incra (PÉREZ; GONÇALVES, 2012, p. 167).

A região de Suape passou por um longo período de isolamento que se estendeu até 1945. As comunicações com o Recife eram precárias e a região movimentava-se em torno da pesca, do artesanato de cerâmica e da fabricação de farinha de araruta (as últimas extintas na década de 1980). Quase não havia a circulação de dinheiro, pois havia poucos objetos à venda, as tradições locais eram fortes e a organização social era descrita como igualitária por seus moradores (MOTTA, 1978, p. 45-46).

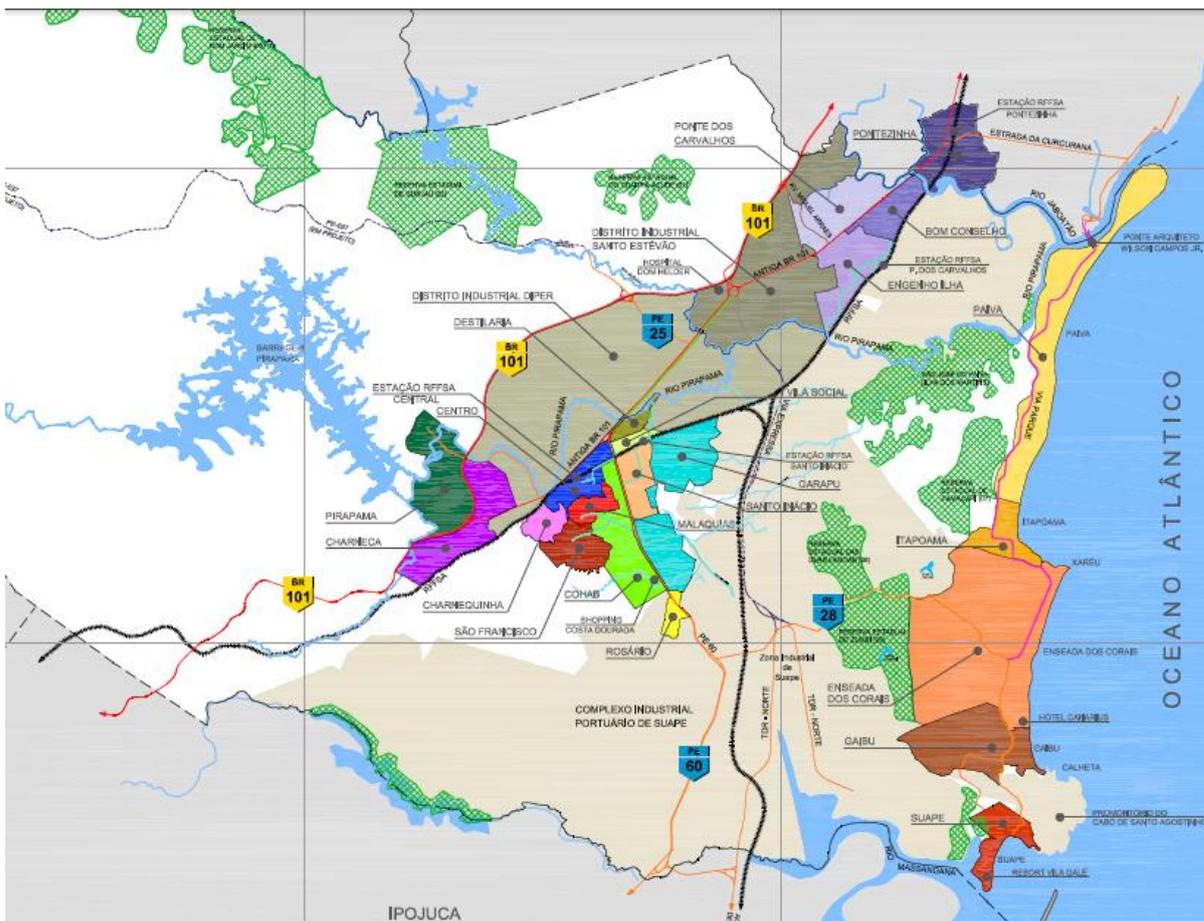
No início da segunda metade do século XX, época da divulgação da construção do Complexo, as comunidades suapenses não possuíam posição consciente quanto à sua construção. As atitudes locais eram confusas e contraditórias, pois o espírito de comunidade era fraco e anômico (MOTTA, 1978, p. 51).

Em 1978, de acordo com pesquisa domiciliar censitária realizada na região de Suape pelo antropólogo José Ramos Sobrinho, a população total do povoado de Suape era composta de 864 indivíduos; desses, 71 eram pescadores. A pesca representava uma dessas atividades dominantes na região, destinando-se tanto ao mercado de poder aquisitivo, quanto ao pequeno consumo da comunidade e de áreas vizinhas. Não havia esgoto e a coleta de lixo não era diária. Havia um descaso pelo espaço coletivo, e a população se encontrava em posição de impotência diante dele. O programa educacional era inadequado e de baixo rendimento, desinteressado de promover a real alfabetização popular; não existiam escolas secundárias e o acesso também era dificultoso. A taxa de analfabetismo entre a população adulta superava os 60% (MOTTA, 1978).

Motta (1978, p. 32) afirma que "as regras, normas e valores da sociedade mais ampla, com suas desigualdades estruturais de classe, renda e poder são aceitas pelos suapenses como princípios fundamentais incontestados". O autor esclarece, ainda, que as transformações ocorridas na segunda metade do século XX em Suape não decorreram da dinâmica interna ou dos desejos das comunidades suapenses, e sim mediante pressões externas que provocaram erosões na configuração local. "Os suapenses têm antes sido objeto do que sujeitos do processo" (MOTTA, 1978, p. 49). O CIPS representou menos novidade do que se esperou, trouxe uma lógica exógena para comandar as relações da região.

A região de Suape pode ser observada na Figura 01. Nela constam tanto as comunidades autóctones da região como a área ocupada pelas atividades do CIPS.

Figura 01 - Mapa da região de Suape.



DISTRITO CABO DE SANTO AGOSTINHO (SEDE)		DISTRITO SANTO AGOSTINHO (PRAIAS)		DISTRITO PONTE DOS CARVALHOS		DISTRITO JUÇARAL	
BAIRRO CENTRO	(8,579hab)	BAIRRO ROSÁRIO	(2,870hab)	BAIRRO PONTE DOS CARVALHOS	(26,320hab)	BAIRRO JUÇARAL	(2,134hab)
BAIRRO GARAPU	(7,203hab)	BAIRRO PAIVA	(421hab)	BAIRRO ENGENHO ILHA	(11,809hab)	BAIRRO PIRAPAMA	(4,631hab)
BAIRRO COHAB	(15,308hab)	BAIRRO ITAPOAMA	(1,488hab)	BAIRRO BOM CONSELHO	(3,417hab)		
BAIRRO VILA SOCIAL C. MOCAMBO	(3,878hab)	BAIRRO ENSEADA DOS CORAIS	(3,700hab)	BAIRRO PONTEZINHA	(8,207hab)		
BAIRRO SANTO INÁCIO	(3,949hab)	BAIRRO GAIBU	(8,828hab)	BAIRRO DIST. INDUST. STO. ESTEVÃO	(1,031hab)		
BAIRRO MALAQUIAS	(12,878hab)	BAIRRO VILA SUAPE	(1,831hab)				
BAIRRO SÃO FRANCISCO	(15,209hab)						
BAIRRO CHARNEQUINHA	(5,890hab)						
BAIRRO CHARNECA	(10,254hab)						
BAIRRO DIST. INDUSTRIAL DIPER	(2,439hab)						
BAIRRO DESTILARIA	(713hab)						

DADOS GERAIS		CONVENÇÕES	
Fonte: IBGE/2010			
Área:	447,875 Km <sup>2</sup>		RODOVIAS FEDERAIS
Altitude da sede:	29m		RODOVIAS ESTADUAIS
População:	185.123 Hab (Censo 2010)		RODOVIAS MUNICIPAIS
Densidade:	413,33 Hab/Km <sup>2</sup>		RODOVIAS PEDAGIADAS
Domicílios:	64.352		RODOVIAS PROJETADAS
<p>Declinação Magnética = -22° 25'</p> <p>Convergência Meridiana = 0° 17' 09,21"</p> <p>27,22" Convergência Meridiana = 0° 17' 09,21"</p> <p>Projeção Cartográfica: UTM</p> <p>DÁTUM SAD 69</p> <p>Meridiano Central: 35° W</p> <p>VARIACÃO ANUAL = 2" 5,00"</p> <p>K = 1,00022657685</p>			FERROVIAS
			LIMITE MUNICIPAL
			RIOS
			BARRAGENS
			ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
			COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

Fonte: Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, 2012.

Essas comunidades passam por transformações e conflitos em seu dia a dia decorrentes das atividades e da expansão do CIPS que, como pode ser observado no mapa, margeia o território das comunidades.

Os conflitos pelas terras de Suape começaram desde o final da década de 1970. Ainda em 1978, Motta já vislumbrava alguns fatos. Pressagiu que as terras ocupadas pelas comunidades corriam o risco do "súbito aparecimento de donos do chão, munidos de títulos de propriedade moralmente inválida, em alianças com grupos de especuladores ou empreiteiros, a demolir, lotear e expulsar" (MOTTA, 1978, p. 53). Chamava, assim, a atenção para o fato de que os direitos de propriedade dessas populações afetadas pelo CIPS deveriam ser assegurados. Nos anos de 1990 e 2000, as pressões do Complexo para expropriar moradores aumentaram, principalmente com a ampliação do parque industrial, da refinaria e demais empreendimentos fomentados com recursos do PAC (PÉREZ; GONÇALVES, 2012, p. 168).

Os conflitos vão além da defesa dos territórios de vida: estão relacionados com a poluição sonora, atmosférica e hídrica, com a degradação dos manguezais e com a alteração da dinâmica local das comunidades (SILVEIRA, 2010). São problemas sociais e ambientais que prejudicam a atividade de trabalho e subsistência dessas populações (PÉREZ; GONÇALVES, 2012).

Neste estudo, foi selecionada intencionalmente uma comunidade a fim de ilustrar a problemática da pesquisa. Na escolha, considerou-se a viabilidade, a disponibilidade, a facilidade de acesso e a aceitação local para a realização do estudo. Além disso, respeitaram-se os critérios de fazer parte da região de Suape e de ser uma comunidade autóctone da localidade. Tendo em vista a relevância de, na pesquisa qualitativa, ter-se o detalhamento dos informantes e do contexto que se pretende estudar (GODOY, 2005, p. 83), apresenta-se a seguir a comunidade selecionada e como se deu esta escolha.

### **3.2.2 A escolha do Engenho Ilha como comunidade a ser estudada**

Por intermédio de estudos desenvolvidos na região de Suape pelo grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional — do qual o autor deste estudo faz parte —, foi possível estabelecer contato com representantes comunitários da região que se demonstraram solícitos a ajudar e fornecer informações para as investigações em andamento e demonstraram algumas necessidades da comunidade da qual fazem parte.

Dentre estas, constava a carência de levantamento sobre a realidade em que os habitantes desta comunidade vivem, com o qual pudessem basear a luta pela garantia de seus

direitos. Notadamente, a região sofre transformações provenientes da expansão do CIPS e de seus empreendimentos, como as disputas fundiárias.

A comunidade escolhida para ser analisada neste estudo foi o Engenho Ilha (descrita e caracterizada no item 4.3). Sabendo que a região na qual essa população, assim como o CIPS, está localizada é alvo de recursos provenientes do PAC, buscou-se compreender como tais investimentos implicam na qualidade de vida dos habitantes, para então entender como está configurado o desenvolvimento da região.

De acordo com a concepção de que a qualidade de vida está relacionada a aspectos múltiplos da vida social, econômica e ambiental que se relacionam com o dia a dia humano (MILES, 1996; VITTE et al, 2002), a pesquisa de campo — além de se preocupar em evidenciar aqueles aspectos valorados como fundamentais para a qualidade de vida dos habitantes do Engenho Ilha — procurou apreender como se encontram configuradas suas dimensões (educação, saúde, renda, moradia, abastecimento de água e de energia elétrica e trabalho) na realidade da comunidade estudada.

Após a identificação do recorte da pesquisa, foram descritos abaixo os procedimentos de coleta de dados utilizados na posterior análise da qualidade de vida da comunidade estudada e na interpretação sobre o desenvolvimento conduzido na região, servindo para fundamentar o alcance dos objetivos propostos.

### **3.3 Procedimentos de coleta dos dados**

No intuito de adquirir maior credibilidade à pesquisa qualitativa, recorreu-se a diferentes estratégias de coleta de dados — como entrevistas, observação, documentos escritos, imagens —, definindo e descrevendo com transparência os componentes do estudo — "unidades de análise, conceitos gerados, características da população, cenários" (GODOY, 2005, p. 83). Tais métodos de coleta de dados serão descritos e justificados nos tópicos que seguem.

#### **3.3.1 Pesquisa documental**

A pesquisa documental se concentra em dados já existentes. Para este estudo, recorreu-se ao *10º Balanço das Atividades do PAC 2 em Pernambuco* (2011–2014), contendo as informações regionais dos empreendimentos e investimentos do PAC no estado. Tal documento divide-se em eixos nos quais o Programa se sustenta, a saber: Transportes; Energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e Água e Luz para

Todos (10º BALANÇO DO PAC 2, 2014). A apreciação deste material permitiu realizar inferências acerca do direcionamento que os investimentos do PAC têm a partir de sua relação com a qualidade de vida e a política de desenvolvimento nacional e possibilitou a compreensão dos propósitos do Governo Federal subjacente na aplicação desses investimentos advindos do Programa à região de Suape.

Os documentos, de uma maneira geral, têm uma importante relevância no caminhar da pesquisa. Permitem conclusões acerca do que seus autores pretendem ou fizeram, como também, a maneira que avaliam alguma questão (FLICK, 2013, p. 125-126). Além disso, podem ser extraídos tanto de material impresso quanto de recursos audiovisuais e outros vestígios realizados pelo homem (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 166). No caso desta pesquisa, o *10º Balanço das Atividades do PAC 2 em Pernambuco* representou uma relevante fonte de dados.

Pode se dizer que a pesquisa documental conduz às informações de forma direta:

os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los [...] pode-se concluir que a coleta da informação resume-se em reunir os documentos, em descrever ou transcrever eventualmente seu conteúdo e talvez em efetuar uma primeira ordenação das informações para selecionar aquelas que parecem pertinentes (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 167-168).

Bardin (2014, p. 47), a partir do contemplado por Chaumier (1989), explica que a análise documental consiste em "uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e diferenciação". Objetiva dar interpretação apropriada às informações, favorecendo, pertinentemente, à compreensão do estudo realizado.

Para esta pesquisa, foram filtrados apenas os investimentos do PAC que se destinaram a região suapense e ao Município do Cabo de Santo Agostinho. A região de Suape, como já informado anteriormente, localiza-se parte no município de Ipojuca e parte no município do Cabo; já a comunidade selecionada, situa-se neste último município. Não houve como distinguir dentro dos investimentos realizados no Cabo de Santo Agostinho aqueles que estavam concentrados apenas na região de Suape. Também não houve como dissociar dentro dos investimentos destinados ao CIPS uma parte concernente apenas ao Município do Cabo. Sendo assim, a fim de facilitar e possibilitar a seleção e análise de tais empreendimentos na localidade, a pesquisa considerou os dados/investimentos alocados no município do Cabo de Santo Agostinho e todos aqueles destinados a região de Suape (Cabo e Ipojuca) — principalmente aqueles referentes aos empreendimentos no Complexo Industrial Portuário.

Foram selecionados especificamente os projetos realizados de maneira exclusiva no Estado de Pernambuco, pois existem ainda projetos que abrangem, ao mesmo tempo, diversos estados que dividem os recursos disponibilizados para uma operação conjunta. Manteve-se a distinção dos empreendimentos através dos eixos temáticos do PAC, destacando-se o tipo e subtipo de cada um deles, a quantidade de investimento destinado à sua operação e o estágio da obra. Quando possível, foi destacado o proponente de cada projeto.

A partir dessa caracterização, foram explorados os seguintes pontos: o montante de recursos referentes a cada eixo, com que tipo de transformação na região de Suape esses recursos estão envolvidos e a efetividade do objetivo do PAC que se propõe a "elevar a qualidade de vida da população" (BRASIL, 2007).

Já antecipando a análise deste tipo específico de dado coletado, realizou-se "o recorte da informação, a divisão em categorias segundo o critério da analogia, [e a] representação sob forma condensada por indexação". Todavia, apesar da semelhança técnica com a análise de conteúdo, cabe aqui estabelecer sua diferenciação. Aquela lida com documentos e a representação concentrada de suas informações, enquanto esta última trabalha com o manejo de mensagens e/ou comunicação (BARDIN, 2014, p. 48). Para tanto, sobre o balanço, será realizada a análise documental.

### **3.3.2 Observação**

O ato de observar dos cientistas sociais é mais amplo e criterioso, centrando uma atenção adicional às pessoas e aos significados sociais a elas associados (SILVERMAN, 2009, p. 71). A observação só é considerada científica quando cuidadosamente pensada e direcionada a atender uma questão de pesquisa, representa um recurso metodológico fundamental e primário nas pesquisas qualitativas, complementando os demais métodos utilizados. Sua importância pode ser evidenciada na originalidade dos dados, coletados no momento em que acontecem (COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 304-305).

No presente estudo, utilizou-se a observação direta simples, com o pesquisador/observador monitorando e registrando suas percepções sobre a cotidianidade da população do Engenho Ilha, de forma não padronizada "em razão da natureza de descoberta da pesquisa exploratória" (COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 309).

O pesquisador foi instrumento essencial deste método de coleta, adentrando o campo para realizar as observações que, por sua vez, foram canalizadas ao alcance dos aspectos centrais do estudo e à cobertura da complexidade do campo. Com este recurso, foi possível assimilar a prática vivida da comunidade Engenho Ilha, compreendendo como se dá a

configuração e dinâmica local e a forma como tais atores funcionalizam o espaço em que vivem e suas próprias vidas.

As observações foram conduzidas abertamente nas visitas a campo, que se deram entre os meses de outubro a dezembro de 2014 na comunidade. Com a ajuda de representantes locais, foi possível adentrar no campo e ter acesso aos sítios onde os moradores vivem. O direcionamento da observação concentrou-se sobre as dimensões de qualidade de vida apontadas pela literatura do tema como sendo relevantes para a vivência humana, a fim de perceber como estavam configuradas naquela realidade. Foram observadas questões como a apresentação das moradias, o abastecimento elétrico e de água, a ocupação das terras, a mobilidade da população, sua organização social, a funcionalização do seu dia a dia, sua expressão verbal e a relação que mantêm entre si, com a terra, e com CIPS. Em uma das visitas, o pesquisador teve a oportunidade de presenciar uma de suas reuniões comunitárias na Associação de Pequenos Produtores Rurais da localidade.

Cumprindo um dos requisitos esperados da postura ética da pesquisa, em todas as visitas a campo o pesquisador foi apresentado como tal e era explicado o motivo da visita: a realização de uma pesquisa sobre a dinâmica de suas vidas. Também se respeitou a concordância quanto à participação na pesquisa, documentada pelo Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice D). As pessoas observadas e entrevistadas na comunidade foram selecionadas de acordo com critérios como representatividade local, disponibilidade e indicação, segundo a técnica bola de neve. Em sua maioria, eram habitantes comuns que se assemelhavam com os demais moradores da região.

O acompanhamento das condições de vida da população constituiu-se na mola propulsora da pesquisa de campo e na principal fonte de dados para se identificar o provimento das necessidades e da reprodução social comunitária.

### **3.3.3 Entrevista**

A entrevista é um dos recursos mais utilizados nas pesquisas qualitativas, devido à profundidade e ao detalhe das informações que pode proporcionar, sendo capaz de ser aperfeiçoada durante o processo de interlocução (COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 249).

De acordo com Bridget Byrne, a entrevista

tem sido particularmente atraente aos pesquisadores que querem explorar vozes e experiências que acreditam ter sido ignoradas, mal representadas ou suprimidas no passado. [...] [A entrevista] é bastante útil como um método de pesquisa para se ter acesso às atitudes e aos valores dos indivíduos — coisas que não podem necessariamente ser observadas ou acomodadas em

um questionário formal. As perguntas abertas e flexíveis podem obter uma resposta mais ponderada do que as perguntas fechadas e, por isso, proporcionam um melhor acesso às visões, interpretações dos eventos, aos entendimentos, às experiências e às opiniões dos entrevistados (2004, p. 182 apud SILVERMAN, 2009, p. 111).

Nas entrevistas, são realizadas perguntas relevantes à pesquisa, permitindo a ampliação de significação da temática do estudo e o aprofundamento contextual dos entrevistados, abrindo espaço para suas visões singulares e individuais com as quais se intenta atingir os objetivos propostos (FLICK, 2013, p. 115-116).

Na presente pesquisa, foi utilizada a entrevista do tipo semiestruturada, com um guia de orientação para a abordagem ao respondente (conforme roteiros nos apêndices A, B e C). No entanto, não se limitou à formulação inicial exata das perguntas — o intuito foi captar as percepções pessoais dos entrevistados sobre sua qualidade de vida e cotidianidade, podendo este responder de forma livre e extensiva (FLICK, 2013, p. 115).

A amostragem da pesquisa foi intencional e se preocupou em selecionar respondentes que "são típicos para a média ou para a maioria dos casos potenciais" (FLICK, 2013, p. 82) e/ou que possuíssem legitimidade e representatividade no ambiente em que se encontravam. No caso do Engenho Ilha, foram entrevistados alguns representantes comunitários — caracterizados como respondentes-chave desta investigação — e moradores que tivessem o perfil geral da comunidade. Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas na região, no período de outubro a dezembro de 2014, com duração de 20 a 60 minutos cada. Entre os respondentes, encontraram-se homens e mulheres, de 18 a 70 anos. O número de entrevistados foi definido com base na saturação dos dados, a partir de quando as respostas às indagações não apresentavam novas informações e começavam a se repetir com relação ao conteúdo que apresentavam. A pesquisa teste realizada antes do início de fato da coleta de dados — realizada em uma visita prévia ao campo — e a pré-disposição dos habitantes da comunidade em participar da pesquisa validou este método de coleta de dados, evitando problemas de não resposta ou de não aproveitamento dos dados.

Algumas entrevistas foram feitas individualmente, outras com mais de uma pessoa que se encontrava na residência no momento de visita a campo. Outras ainda foram realizadas em grupo, com representantes da Associação de Pequenos Produtores de Ponte dos Carvalhos. Dessa forma, esperou-se confrontar as informações e sentimentos que eram proferidos em diferentes instâncias e situações.

Além das entrevistas com habitantes do Engenho Ilha, foram realizadas entrevistas com membro da diretoria da Empresa Suape (que administra o CIPS) e com gestor da

Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (Seplag). Com esses atores, em específico, procurou-se compreender quais os interesses e como se comportam o Governo do Estado de Pernambuco e a administração do Complexo com relação à condução do desenvolvimento na região, aos recursos do PAC para Suape e às comunidades autóctones.

Vale salientar que, para manter em sigilo a identidade dos entrevistados, eles não foram identificados nominalmente, nem pelo gênero. Foram adotados códigos que os classificam conforme origem e ordem numérica das interações. Para os habitantes da comunidade, foi adotado o código "E" (E1, E2, E3... En); para o diretor da Empresa Suape foi adotado o código D1; e para o gestor da Seplag, utilizou-se o código (G1).

### **3.4 Análise dos dados**

Esta pesquisa realizou uma triangulação de dois métodos de análise, a saber: a análise de conteúdo — sobre a observação e as entrevistas — e a análise documental — sobre o balanço de atividades do PAC em Pernambuco. Conforme Flick (2013, p. 183), a triangulação contribui para a melhoria da qualidade na pesquisa, de forma que, ao aplicar diferentes métodos de análise nos dados, amplia-se a aquisição de conhecimento. A análise documental já foi abordada no subitem 3.3.1, sendo necessária nesta seção uma maior explicação sobre a análise de conteúdo.

#### **3.4.1 Análise de conteúdo**

A análise de conteúdo é "um método empírico para a descrição sistemática e intersubjetivamente transparente das características substanciais e formais das mensagens" (FRÜH, 1991, p. 25, apud FLICK, 2013, p. 134). Constitui-se em uma metodologia clássica, pois está fundamentada no uso de categorias provenientes de modelos teóricos. Possui como objetivo "classificar o conteúdo dos textos alocando as declarações, sentenças ou palavras a um sistema de categorias" (FLICK, 2013, p. 134).

Esta análise procura dar sentido aos dados,

captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais. [...] consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 214).

Foi realizada nesta pesquisa uma análise de conteúdo clássica amparada em categorias, na qual se privilegiou a repetição de frequência dos temas no conjunto de dados, permitindo, dessa forma, maior fidelidade, distanciamento e relativização da análise. Entretanto, a fim de enriquecer a pesquisa, não se excluíram alegações originais e contextuais que não estavam dentre as maiores repetições verbalizadas e/ou observadas, trazendo significações importantes e específicas para o processo de investigação (BARDIN, 2014, p. 91).

Cada uma das entrevistas possuiu uma lógica, dinâmica e estruturação própria, o que requereu que cada nova interlocução possuísse um distanciamento de si mesmo e dos diálogos passados, procurando-se registrar os temas e a forma de mostrá-los ou ocultá-los (BARDIN, 2014, p. 92-93).

Antes do início das análises foram realizadas a transcrição das entrevistas e a compilação de todas as anotações referentes às observações sobre o campo. Ao discorrer sobre a análise dos dados, teve-se em mente questionamentos como: "O que poderia estar esta pessoa a dizer realmente? Como isso é dito? Que poderia ela ter dito de diferente? O que não diz ela? O que diz sem o dizer? Como é que as frases e as sequências se encadeiam entre si?" (BARDIN, 2014, p. 94). A sua apreciação foi

*sintagmática* (segue o encadeamento, único e realizado numa entrevista, de um pensamento que se manifesta por uma sucessão de palavras, frases e sequências) e, ao mesmo tempo, *paradigmática* (tem em mente o universo dos possíveis: isso não foi dito, mas poderia tê-lo sido dito, ou foi efectivamente dito noutra entrevista) (Idem).

O processo de análise iniciou-se com a verificação temática, a qual segmentou as transcrições e anotações das observações sobre a comunidade entre as principais categorias analíticas da qualidade de vida (educação, trabalho, infraestrutura urbana, saúde, habitação, abastecimento de energia elétrica e de água, esgotamento sanitário, mobilidade, questões ambientais e participação/organização política). Posteriormente, extraiu-se o significado que os entrevistados possuem sobre cada uma das categorizações. Depois, fez-se uma análise sequencial, destacando-se trechos relacionados às categorias. Por fim, realizou-se uma nova busca por fatos portadores de sentido que não foram contemplados nas principais categorias de análise e/ou que não constaram com maiores frequências de repetição entre os atores estudados (BARDIN, 2014, p. 96-101).

Com relação às entrevistas com representantes da Empresa Suape e do Governo do Estado de Pernambuco, antes de realizar a mesma análise sequencial descrita no último parágrafo, seccionaram-se as transcrições com base nas seguintes categorias: interesse dos

órgãos pela região de Suape, o que entendem por desenvolvimento, a forma como conduzem o desenvolvimento, a relação com os investimentos que vêm do PAC e a relação com as comunidades autóctones.

A estratégia da análise de conteúdo adotada é a de emparelhamento, que "consiste em emparelhar ou, mais precisamente, em associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los" (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 227). O pesquisador se apoiou na teoria sobre desenvolvimento e qualidade de vida para compreender o objeto de estudo, estabelecendo coerências entre a fundamentação teórica e o contexto observado. Desse modo, a qualidade e a organização da teoria se tornaram essenciais, pois foi sobre elas que se teceu toda a análise e interpretação dos conteúdos (Idem).

No Quadro 05, foram especificadas as categorias constitutivas e operacionais da pesquisa a partir da fundamentação teórica, por intermédio das definições que foram atribuídas aos principais termos utilizados na pesquisa. Em seguida, definiram-se as categorias operacionais da análise, descrevendo como tais termos foram identificados na realidade estudada (VIEIRA; ZOUAIN, 2006, p. 19).

**Quadro 05 - Categorias constitutivas e operacionais de análise.**

CATEGORIAS CONSTITUTIVAS	DEFINIÇÃO	VARIÁVEIS OPERACIONAIS DA ANÁLISE
Desenvolvimento hegemônico, dominante ou econômico	Surge com "o intuito de aumentar a produtividade e a renda por habitante, mediante acúmulo de capital e incorporação do progresso técnico" (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 01), buscando implantar a modernidade e estabelecer instrumentos de intervenção no intuito de aproximar as sociedades existentes ao parâmetro de uma sociedade ideal (SANTOS, T., 2000, p. 15-16).	Políticas e ações dos governos Federal, Estadual e Municipal centradas na dinamização econômica da região; priorização da industrialização e de estímulo às cadeias produtivas.
Desenvolvimento alternativo, amplo	Possui "base em uma crítica de fundo à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes. Contra a ideia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não econômicos — sociais (v. g., igualdade), políticos (v. g., participação democrática), culturais (v. g., diversidade étnica) e naturais (v. g., meio ambiente) —, o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores [...], essa linha de	Realidade vivida pelas comunidades autóctones suapenses.

	pensamento e ação não rejeita a ideia de crescimento econômico. No lugar dele, propõe impor limites e subordiná-lo a imperativos não econômicos" (SANTOS, B.; RODRÍGUEZ, 2012, p. 46-47).	
Políticas Públicas	São os instrumentos de ação do governo, que podem ser compreendidos como uma decisão ou um conjunto de decisões (explícitas ou implícitas) que podem estabelecer o rumo de uma ação presente, orientar decisões futuras e/ou iniciar ou postergar uma atividade (QUEIROZ, 2009, p. 86); guiam programas e ações dos governos a fim de promover transformações no mundo real, também servindo de mecanismos para analisar os impactos desses programas e ações sobre a sociedade e sobre a economia do país (SOUZA, 2006, p. 25-26).	PAC; Eixos do PAC; direcionamento dos investimentos à região de Suape; efetividade dos objetivos propostos pelo Programa e suas políticas.
Qualidade de vida	Refere-se às reais condições de vida de populações e subgrupos de populações, a partir da observância de dimensões que abrangem "aspectos mais amplos das condições de vida — como o acesso à educação e aos serviços de saúde, a expectativa de vida, a mobilidade e até as oportunidades culturais" (MILES, 1996, p. 635).	Educação, trabalho, infraestrutura urbana, saúde, habitação, abastecimento de energia elétrica e de água, esgotamento sanitário, mobilidade, questões ambientais e participação/organização política e social.

Tais categorias serviram de suporte à análise de conteúdo e à posterior interpretação dos dados. Com a explicação de como foi realizada a análise da pesquisa, o desenho metodológico deste projeto — descrito neste capítulo — pode ser sintetizado no Quadro 06:

**Quadro 06 - Quadro resumo do desenho metodológico da pesquisa.**

DESENHO DA PESQUISA	
Abordagem	Qualitativa
Paradigma	Interpretativista
Tipo de Estudo	Qualitativo Básico ou Genérico
Procedimentos de Coleta de Dados	Observação participante
	Entrevistas semiestruturadas e abertas
	Documentos oficiais escritos
Métodos de Análise	Conteúdo
	Documental

Posteriormente, seguem algumas dificuldades encontradas durante a execução do estudo e o quadro resumo da pesquisa.

### **3.5 Limitações e dificuldades na pesquisa**

Uma das dificuldades encontradas no caminho da pesquisa foi o difícil acesso ao local onde se localiza o Engenho Ilha, assim como a distância e o deslocamento até a região de Suape, a qual não dispõe de transporte público até as comunidades autóctones. Por causa da dificuldade de acesso, dependia-se constantemente de alguém da comunidade para fazer a condução até a região nas visitas a campo. Isso gerou alguns desencontros e falta desse acompanhamento em alguns períodos, o que atrasou um pouco a coleta de dados.

Outra limitação diz respeito aos dados divulgados pelo PAC com relação aos seus empreendimentos. Diversos deles não tinham precisão quanto ao valor da obra e ao seu local de realização. Além disso, verificou-se a falta de clareza com relação a algumas informações vinculadas a esses empreendimentos. Não foi simples a captação dos dados no Balanço de Atividades do PAC em Pernambuco (BRASIL, 2014).

Outra inconsistência dos dados do Balanço revela-se no período de divulgação dos empreendimentos e seus valores. Para os empreendimentos ligados a ações de incremento técnico-estrutural (Eixo Transportes e Eixo Energia) foram divulgados dados de 2011 a 2014. Para os empreendimentos ligados à qualidade de vida (Eixos Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; Água e Luz para Todos), as informações foram repassadas de 2007 a 2014. Tal divergência, presente no mesmo relatório, não foi explicada. Parte-se do pressuposto de que a diferente periodização da divulgação pretende minimizar a discrepância de valores alocados nesses diferentes eixos, e que serão discutidos no decorrer deste estudo, no item 4.2 (Investimentos do PAC na região de Suape).

Vale salientar que não houve como distinguir, dentro dos investimentos alocados no Cabo de Santo Agostinho, aqueles que estavam concentrados ou não na região de Suape; e que parte dos investimentos direcionados a este município — principalmente aqueles que estão ligados à construção e revitalização de creches, postos de saúde, escolas, etc. — não se concentraram na região de Suape.

Como a região de Suape abrange 2 municípios (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) e o CIPS se concentra em ambos, foi necessário considerar todos os investimentos direcionados ao Complexo para realizar as análises.

### 3.6 Quadro resumo da pesquisa

Ante o exposto, apresenta-se abaixo o Quadro 06, contendo cada objetivo específico e suas respectivas fontes de informação, método de coleta e método de análise. A partir das fontes de informação e seus respectivos métodos de coleta e análise, pretende-se alcançar o objetivo de compreender como os investimentos do PAC, alocados na região de Suape (PE), implicam na qualidade de vida de uma comunidade autóctone (Engenho Ilha).

**Quadro 07 - Quadro resumo dos objetivos x fonte de informação x método de coleta x método de análise.**

OBJETIVO ESPECÍFICO	FONTE DE INFORMAÇÃO	MÉTODO DE COLETA	MÉTODO DE ANÁLISE
Descrever os investimentos do PAC por meio de seus eixos temáticos na região de Suape.	Dados primários e secundários ( <i>Balanço das Atividades do PAC 2</i> )	Pesquisa bibliográfica e documental	Análise documental
Identificar quais os investimentos do PAC na localidade estão voltados para a qualidade de vida.	Dados secundários (livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos)	Pesquisa bibliográfica e documental	Análise de conteúdo e documental
Identificar e descrever uma comunidade autóctone da região de Suape influenciada pelos investimentos do PAC.	Dados primários (observação, entrevistas)	Pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (observação, entrevistas)	Análise de conteúdo
Verificar como a comunidade compreende sua qualidade de vida.	Dados primários (observação, entrevistas, imagens)	Pesquisa de campo (observação, entrevistas)	Análise de conteúdo
Analisar a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade por meio das categorias por ela percebidas como sendo essenciais à sua qualidade de vida.	Dados primários e secundários (livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, etc.)	Pesquisa bibliográfica, documental e de campo (observação, entrevistas)	Análise de conteúdo e documental

A seguir, serão apresentados e analisados os achados desta pesquisa.

## 4 Caracterização e análise dos resultados

---

Nesta seção da pesquisa, são apresentados e caracterizados os dados encontrados na pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a fim de responder os objetivos específicos propostos no início do estudo. Posteriormente, esses dados são avaliados e analisados, possibilitando, assim, responder à pergunta de pesquisa e tecer considerações sobre o objeto investigado e a contexto que o cerca.

Inicialmente, foram abordados os objetivos do PAC, seus eixos temáticos e a forma como se dá a distribuição de seus recursos.

### 4.1 O PAC e seus eixos temáticos

Como já citado na seção 2.4.1 deste trabalho, o PAC constitui-se em um plano de políticas públicas do Governo Federal que visa promover o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do País, contribuindo para o acelerado e sustentável desenvolvimento nacional (PAC, s.d.). Segundo o Governo Federal (BRASIL, 2014, p. 2), o PAC tem o intuito de "resgatar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, incentivar os investimentos públicos e privados e reduzir as desigualdades regionais do Brasil", criando um "Brasil de oportunidades".

Suas atividades são desenvolvidas objetivando: "modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população" (PAC, s.d., grifo do autor). É sobre este último objetivo que se concentram as atenções e análises desta pesquisa. A perspectiva da qualidade de vida norteará toda a descrição e a interpretação deste estudo.

Com relação à sua operacionalização, os recursos do PAC normalmente são solicitados ao Governo Federal por meio de projetos elaborados e encaminhados pelos Estados ou pelos Municípios. Segundo representante da diretoria da Empresa Suape, a maioria dos investimentos do PAC que se destinaram ao CIPS são infraestruturais. A secretaria da empresa interveniente em assuntos com a união, por meio de carta consulta, comunica a necessidade de obras para a ampliação do Complexo, requerendo verba para a área, que possui interveniência federal. Tal pedido é encaminhado ao Ministério do Planejamento, que, por sua vez, avalia o teor estratégico da obra e direciona-o ao órgão/secretaria competente, celebrando acordo entre a anuente e o proponente — que pode

ser a própria Empresa Suape, o Governo do Estado de Pernambuco ou o município a que se destina a obra — para, então, realizar a transferência de recursos.

Segundo um dos gestores da Seplag, o Governo do Estado possui laços estreitos com a prefeitura do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Todos têm interesse no desenvolvimento de Suape. Em entrevista, fornece outros detalhes do processo de captação dos recursos do PAC:

[...] pra que o estado, o órgão, o poder executivo que quiser fazer uma obra capte esse recurso, ele tem que [...] ter o projeto X, [...] tem que ter um plano de trabalho Y, tem que ter um plano de trabalho Z. Então aí o estado ou a prefeitura entram com o projeto e aí o governo federal, aprovando ou não, define quem vai ficar, quem vai executar a obra, entendeu? É basicamente isso. Além disso, tem a questão das competências. Então, por exemplo, não tem como o Governo do Estado fazer uma obra de implantação de metrô dentro do estado de Pernambuco, porque não é de competência do estado, isso é de competência federal. Da mesma forma que não tem como o estado pensar em algum modelo de recapeamento de via, a não ser que a prefeitura delegue essa função pro estado. Aí tem a questão da competência e tem a questão de apresentação do plano de trabalho pra captação de recursos, entendeu? E aí tanto a prefeitura quanto o estado, se tiverem a competência, podem apresentar o plano de trabalho pra obtenção do recurso (G1).

Mesmo quando não é o proponente principal, o Governo do Estado funciona como um intermediador das negociações e acompanha o desenrolar das obras, monitorando a realização daquelas realizadas em Suape. Os projetos que se utilizam de recursos do PAC precisam estar alinhados aos objetivos do Programa e a um de seus eixos temáticos, que são listados a seguir.

#### **4.1.1 Eixo Transportes**

É composto por projetos de portos, hidrovias, aeroportos e equipamentos para estradas vicinais, priorizando investimentos em ferrovias e rodovias do País, com o intuito de potencializar o escoamento da produção nacional e a garantia de segurança aos seus usuários (PAC, s.d.; BRASIL, 2014).

#### **4.1.2 Eixo Energia**

Concentra os investimentos que visam assegurar a geração e transmissão de energia elétrica no País; além da exploração e produção de derivados do petróleo, do gás natural e combustíveis renováveis; e outras áreas como marinha mercante, eficiência energética e pesquisa mineral (PAC, s.d.; BRASIL, 2014).

### **4.1.3 Eixo Cidade Melhor**

Visa promover ações de infraestrutura social e urbana com o propósito de confrontar os principais desafios das cidades do País nas áreas de: saneamento, prevenção em áreas de risco, pavimentação, mobilidade urbana, cidades históricas, infraestrutura turística, equipamentos de esporte de alto rendimento, equipamentos metroviário, cidades digitais (PAC, s.d.; BRASIL, 2014).

### **4.1.4 Eixo Comunidade Cidadã**

Este eixo está ligado a serviços sociais e urbanos nas cidades brasileiras nas áreas de educação, saúde e cultura, como: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), creches e pré-escolas, quadras Esportivas nas escolas, Centros de Arte e Esportes Unificados, Centro de Iniciação ao Esporte (PAC, s.d.; BRASIL, 2014).

### **4.1.5 Eixo Minha Casa, Minha Vida**

Objetiva diminuir a carência habitacional do País, mediante ações como o Programa "Minha Casa, Minha Vida" e de urbanização de assentamentos precários (PAC, s.d.; BRASIL, 2014).

### **4.1.6 Eixo Água e Luz para Todos**

Ligado aos investimentos que têm como meta a universalização do acesso à água e à energia elétrica no País, por meio de ações como Luz para Todos, Recursos Hídricos, Águas em Áreas Urbanas (PAC, s.d.; BRASIL, 2014).

## **4.2 Investimentos do PAC na região de Suape (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca)**

Em Pernambuco, nos anos de 2011 a 2014 (PAC 2), o Programa investiu mais de R\$ 64 bilhões exclusivamente no estado e mais de R\$ 8 bilhões em investimentos regionais que abrangem mais de um estado, entre eles o pernambucano. Houve ainda investimentos aprovados e que serão distribuídos pós 2014, totalizando mais de R\$ 18 bilhões exclusivos para o estado e mais de R\$ 4 bilhões em investimentos regionais que abrangem mais de um estado, entre os quais está Pernambuco (BRASIL, 2014).

Parte desses investimentos destinados ao território pernambucano foi direcionada a iniciativas na região de Suape. Como já abordado anteriormente na seção sobre os procedimentos metodológicos, não houve como distinguir dentro dos investimentos realizados no Cabo de Santo Agostinho aqueles que estavam concentrados apenas na região de Suape. Também não houve como dissociar dentro dos investimentos destinados ao CIPS (que possui parte de sua extensão no município do Cabo de Santo Agostinho e parte em Ipojuca) a parte concernente ao Cabo. Sendo assim, a fim de facilitar e possibilitar a seleção e análise de tais empreendimentos na localidade, essa pesquisa considerou os investimentos alocados no município do Cabo de Santo Agostinho e parte dos de Ipojuca (principalmente aqueles referentes aos empreendimentos do/no CIPS).

Foram selecionados especificamente os projetos realizados/direcionados de maneira exclusiva ao estado pernambucano, pois existem ainda projetos que abrangem, ao mesmo tempo, diversos estados. Estes últimos dividem os recursos disponibilizados para a ação.

De acordo com o *10º Balanço do PAC 2 em Pernambuco* (BRASIL, 2014), os empreendimentos com recursos deste programa para a região de Suape (Cabo e Ipojuca) e ao município do Cabo de Santo Agostinho são:

a) Eixo Transportes:

**Quadro 08: Eixo Transportes: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2011–2014)**

<i>EIXO TRANSPORTES</i>				
<b>EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS DO PAC 2 - PERNAMBUCO - (2011-2014)</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Subtipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Investimento (R\$ milhões)</b>	<b>Estágio</b>
Marinha Mercante	Estaleiro	Ampliação EAS	633,68	Concluído
Marinha Mercante	Estaleiro	Construção do Estaleiro CMO	625,14	Concluído
Marinha Mercante	Estaleiro	Construção - Promar Pernambuco	176,79	Concluído
Marinha Mercante	Estaleiro	Promar Suplem	28,39	Concluído
Porto	Acessos Terrestres	Suape - Construção do acesso rodoviário ao Porto	-	Em obras
Porto	Construção, ampliação e recuperação de berços, cais	Suape - Terminal de Múltiplo Uso e Dragagem	*****	Ação preparatória
Porto	Dragagem e derrocamento	Porto de Suape (Canal Externo) - Dragagem de aprofundamento	5	Em obras
Porto	Dragagem e derrocamento	Porto de Suape - Dragagem Cais 6 e 7	*****	Ação preparatória
Porto	Dragagem e derrocamento	Porto de Suape (Ilha de Tatuoca) - Dragagem de aprofundamento	-	Concluído

Fonte: Adaptado do *10º Balanço do PAC 2 em Pernambuco* (BRASIL, 2014).

Como se pode ver, no Eixo Transportes todos os empreendimentos direcionados à região durante os anos de 2011 e 2014 destinaram-se ao CIPS, mais especificamente ao

Estaleiro e às obras vinculadas ao Porto de Suape. Os valores divulgados somam quase R\$ 1,5 bilhão.

b) Eixo Energia:

**Quadro 09: Eixo Energia: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2011–2014).**

<i>EIXO ENERGIA</i>				
<b>EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS DO PAC 2 - PERNAMBUCO - (2011-2014)</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Subtipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Investimento (R\$ milhões)</b>	<b>Estágio</b>
Geração de Energia Elétrica	Usina Termelétrica a Óleo	Suape II	1.021,14	Concluído
Petróleo e Gás Natural	Campos e Plataformas	Plataforma P-55 - Estaleiro Atlântico Sul	694,11	Concluído
Petróleo e Gás Natural	Navios e Sondas de Perfuração	Construção de 6 sondas - EAS	2.849,11	Em obras
Petróleo e Gás Natural	Navios e Sondas de Perfuração	Promef II - Lote1 (4 Suezmax DP)	*****	Em licitação de obra
Petróleo e Gás Natural	Navios e Sondas de Perfuração	Promef II - Lote2 (3 Aframax DP)	*****	Em licitação de obra
Petróleo e Gás Natural	Navios e Sondas de Perfuração	Promef II - Lote5 (8 navios gaseiros)	-	Em obras
Petróleo e Gás Natural	Navios e Sondas de Perfuração	Promef I - Lote 01 (10 petroleiros - Suape)	-	Em operação
Petróleo e Gás Natural	Navios e Sondas de Perfuração	Promef I - Lote 02 (5 petroleiros - Suape)	-	Em licitação de obra
Petróleo e Gás Natural	Novas Refinarias e Petroquímica	Petroquímica Suape	5.541,42	Concluído
Petróleo e Gás Natural	Novas Refinarias e Petroquímica	Refinaria Abreu e Lima	31.236,24	Em obras
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	LT 500 kV Recife II - Suape II - C2	*****	Em licitação de obra
Transmissão de Energia Elétrica	Subestação	SE Suape II 500/230 kV	128,58	Concluído
Transmissão de Energia Elétrica	Subestação	SE Suape III 230/69 kV	41,20	Concluído

Fonte: Adaptado do *10º Balanço do PAC 2 em Pernambuco* (BRASIL, 2014).

No Eixo Energia, os empreendimentos foram quase que exclusivamente direcionados ao CIPS. Com exceção de uma Linha de Transmissão que liga uma Estação de Energia Elétrica no Recife a outra Estação em Suape, todos os demais recursos do PAC para a região de Suape e para o Município do Cabo de Santo Agostinho foram alocados em ações voltadas para o Complexo. Entre elas estão a construção de duas subestações de transmissão elétrica, a construção de uma Usina Termoelétrica e empreendimentos ligados ao petróleo e ao gás natural (estaleiro, navios, petroleiros, petroquímica, refinaria, etc.). Os valores divulgados somam mais de R\$ 41,5 bilhões.

## c) Eixo Cidade Melhor

**Quadro 10: Eixo Cidade Melhor: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2007–2014)**

<i>EIXO CIDADE MELHOR</i>				
<b>EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS DO PAC 2 - PERNAMBUCO - (2007-2014)</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Proponente</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Investimento (R\$ milhares)</b>	<b>Estágio</b>
Saneamento	Estado	Elaboração de projeto executivo do SES da sede municipal (jul/07)	874,45	Em execução
Saneamento	Estado	Implantação do SES nos bairros Centro e São Francisco - Rede coletora, ligações domiciliares e ETE (jul. 2007)	17.378,97	Em obras
Prevenção em Áreas de Risco	Município	Drenagem - Macrodrenagem na Enseada dos Corais (jun/09)	8.538,94	Em obras
Prevenção em Áreas de Risco	Município	Obras de contenção de encostas em Cabo de Santo Agostinho - Intervenção em setores de risco alto e muito alto (dez/12)	*****	Ação preparatória
Prevenção em Áreas de Risco	Município	Elaboração de projetos para estabilização de encostas (nov/10)	967,71	Concluído
Prevenção em Áreas de Risco	Município	Obras de contenção de encostas em Cabo de Santo Agostinho (nov/10)	2.009,23	Em obras

Fonte: Adaptado do *10º Balanço do PAC 2 em Pernambuco* (BRASIL, 2014).

Com relação ao Eixo Cidade Melhor, não foram realizadas obras em pavimentação e mobilidade urbana na região no período de 2007–2014. Entretanto, executaram-se obras de saneamento e prevenção de áreas de risco. Os valores divulgados somam quase 30 milhões de reais.

## d) Eixo Comunidade Cidadã

**Quadro 11: Eixo Comunidade Cidadã: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2007–2014)**

<i>EIXO COMUNIDADE CIDADÃ</i>				
<b>EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS DO PAC 2 - PERNAMBUCO - (2007-2014)</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Proponente</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Investimento (R\$ milhares)</b>	<b>Estágio</b>
UBS - Unidade Básica de Saúde	Município	Ampliação - UBS (3 unidades) (jun/12)	*****	Ação preparatória
UBS - Unidade Básica de Saúde	Município	UBS II - destinadas a abrigar 2 Equipes de Atenção Básica (4 unidades) (dez/10)	*****	Em licitação de obra
Creches e Pré-Escolas	Município	Tipo C (Projeto Padrão - 120 crianças) (dez/10)	541,46	Em obras
Quadras Esportivas nas Escolas	Estado	Cobertura de quadra (4 unidades) (dez/12)	*****	Ação preparatória
Quadras Esportivas nas Escolas	Estado	Cobertura de quadra (3 unidades) (dez/11)	*****	Ação preparatória
Quadras Esportivas nas Escolas	Estado	Cobertura de quadra (2 unidades) (mai/12)	*****	Ação preparatória

Centro de Artes e Esportes Unificados	Município	Modelo 3.000m <sup>2</sup> (dez/10)	1.998,05	Em obras
Centros de Iniciação ao Esporte	Município	Modelo III: Ginásio poliesportivo, área de apoio e estruturas de atletismo (dez/13)	*****	Em contratação

Fonte: Adaptado do *10º Balanço do PAC 2 em Pernambuco* (BRASIL, 2014).

Verifica-se que, no Eixo Comunidade Cidadã, não houve investimentos alocados e/ou projetos submetidos para a construção e/ou melhoria de UPAs (Unidades de Pronto Atendimento). Os empreendimentos realizados na região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho foram a ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS); construção de creche/pré-escola, centro de artes e esportes, centro de iniciação ao esporte; e revitalização de quadras esportivas escolares. Os valores divulgados totalizam mais de 2 milhões e meio de reais.

e) Eixo Minha Casa, Minha Vida

**Quadro 12: Eixo Minha Casa, Minha Vida: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2007–2014)**

<i>EIXO MINHA CASA, MINHA VIDA</i>				
<b>EMPREENDEMENTOS EXCLUSIVOS DO PAC 2 - PERNAMBUCO - (2007–2014)</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Proponente</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Investimento (R\$ milhares)</b>	<b>Estágio</b>
Urbanização de Assentamentos Precários	Estado	Urbanização - Vila Charnequinha (ago/07)	23.580,65	Em obras
Urbanização de Assentamentos Precários	Estado	Urbanização - Vila Suape, Vila Gaibu, Vila Nazaré, Cepovo, Nova Tatuoca, Massangana, Dois Irmãos e Vila Claudete - Suape (nov/10)	83.450,00	Em obras
Urbanização de Assentamentos Precários	Estado	Urbanização - Favela do Maruim, Chiado do Rato e Vila Esperança em Pontes dos Carvalhos e implantação de moradias em Garapu (ago/07)	27.586,28	Em obras
Urbanização de Assentamentos Precários	Estado	Urbanização - Vila Suape, Vila Gaibu, Vila Nazaré, Cepovo, Nova Tatuoca, Massangana, Dois Irmãos e Vila Claudete - Suape (nov/10)	*****	Ação preparatória
Urbanização de Assentamentos Precários	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação (jan/08)	111,2	Concluído
Urbanização de Assentamentos Precários	Município	Provisão habitacional - Novo Horizonte (jan/08)	1.546,13	Concluído
Urbanização de Assentamentos Precários	Município	Urbanização - Ponte dos Carvalhos (nov/10)	*****	Em licitação de obra
Urbanização de Assentamentos Precários	Município	Urbanização - Comunidade Chiado do Rato II (nov/09)	17.770,89	Em obras

Urbanização de Assentamentos Precários	Município	Elaboração de estudos e projetos para urbanização - Novo Horizonte e Vila Nova (nov/10)	*****	Em licitação de obra
--	-----------	---	-------	----------------------

Fonte: Adaptado do *10º Balanço do PAC 2 em Pernambuco* (BRASIL, 2014).

No Eixo Minha Casa, Minha Vida, foi realizada apenas a urbanização de assentamentos precários na região de Suape e no município do Cabo de Santo Agostinho. Os investimentos somam mais de R\$ 154 milhões.

f) Eixo Água e Luz para Todos

**Quadro 13: Eixo Água e Luz para Todos: Empreendimentos Exclusivos do PAC 2 na Região de Suape e no Município do Cabo de Santo Agostinho (2011–2014)**

<i>EIXO ÁGUA E LUZ PARA TODOS</i>				
<b>EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS DO PAC 2 - PERNAMBUCO - (2011–2014)</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Proponente</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Investimento (R\$ milhares)</b>	<b>Estágio</b>
Água em áreas urbanas	Estado	Ampliação e adequação do SAA na sede municipal - Estações elevatórias, linhas de recalque, subadutora, rede e ligações prediais (nov/10)	7.834,39	Em obras
Água em áreas urbanas	Estado	Ampliação do SAA na sede municipal (nov/10)	19.107,60	Em obras

Fonte: Adaptado do *10º Balanço do PAC 2 em Pernambuco* (BRASIL, 2014).

Com relação ao Eixo Água e Luz para Todos, as obras exclusivas realizadas no município do Cabo de Santo Agostinho e na região de Suape se concentraram apenas na ampliação de dois Sistemas de Abastecimento de Água em áreas urbanas, totalizando quase 27 milhões de reais.

Depois de observar a maneira como foram distribuídos os investimentos do PAC 2 para a região de Suape e ao município do Cabo, percebe-se uma discrepância no montante direcionado a empreendimentos estruturantes em comparação com os investimentos destinados à melhoria direta da qualidade de vida da população local. Os investimentos do Eixo Transportes (que foram destinados ao Estaleiro Atlântico Sul e ao Porto de Suape) e do Eixo Energia (que estão ligados à Usina Termelétrica, à Refinaria Abreu e Lima, à Petroquímica Suape, e aos demais empreendimentos ligados ao petróleo e ao gás natural, assim como, à transmissão de energia elétrica ao CIPS) possuem valores de cada obra definidos em milhões de reais; enquanto os empreendimentos dos Eixos Cidade Melhor (Saneamento, Prevenção em Áreas de Risco), Comunidade Cidadã (Unidades Básicas de Saúde, Creches e Pré-Escolas, Ações com Esportes e Artes) e Minha Casa, Minha Vida

(Urbanização de Assentamentos Precários) possuem recursos alocados em cada obra aos milhares.

Somando-se os recursos divulgados dos empreendimentos exclusivos dos Eixos Transporte e Energia para a região de Suape e Município do Cabo de Santo Agostinho, tem-se um montante de quase 43 bilhões de reais. Essa quantia representa cerca de 2/3 de todos os recursos originários do PAC que foram investidos no estado de Pernambuco entre os anos de 2011 a 2014 (BRASIL, 2014). Curiosamente, a maior parte desses recursos foi ou está sendo alocada em empreendimentos pertencentes ao CIPS ou em obras que viabilizem seu funcionamento e expansão, em uma clara evidência da condução desenvolvimentista por parte das políticas do Programa à localidade. Os Governos Estadual e Federal, portanto, canalizaram suas ações estratégicas em atividades de infraestrutura que favorecessem e consolidassem o setor industrial em Suape.

Todavia, ao se somar os valores divulgados nas mesmas condições dos Eixos Cidade Melhor, Comunidade Cidadã e Minha Casa, Minha Vida não se chega à casa do bilhão (aproximadamente 730 milhões de reais). Tal disparidade, por si só, sinaliza qual a prioridade dos projetos governamentais que solicitam recursos do PAC e, conseqüentemente, o direcionamento do “desenvolvimento” que se desenha na localidade. Se comparadas às ações de cunho econômico, financeiro e de produção de bens, as ações de infraestrutura social recebem expressivamente menos recursos por parte da gestão pública.

### **4.3 A dimensão vivida de uma comunidade autóctone de Suape: o Engenho Ilha**

De acordo com Shore (1996, p. 115), comunidade "geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interage dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração". O que une uma comunidade não é sua estrutura, e sim o sentimento de pertencimento ao grupo do qual fazem parte, resultando em relações duradouras e multi-integradas.

Essas foram algumas das características observadas na comunidade suapense Engenho Ilha, selecionada para a análise deste estudo. Ela se encontra, mais especificamente, na Zona classificada como Agro-Florestal (ZAF) pelo CIPS. Trata-se de uma zona rural vizinha a Ponte dos Carvalhos (bairro do município do Cabo de Santo Agostinho — zona urbana), que ocupa uma região de aproximadamente 320 hectares (ENGENHO, 2014). Tem como

atividade básica a agricultura familiar e é representada comunitariamente por meio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ponte dos Carvalho.

Para entender melhor como se configura a comunidade e suas condições de vida, buscou-se, a partir dos relatos e dos olhares de sua população, caracterizar o meio de se organizar pela Associação; sua relação com a terra; sua atividade laboral; sua relação com os empreendimentos do Complexo Industrial Portuário; o abastecimento de luz e água; os serviços públicos de saúde, educação e mobilidade a que tem acesso; como se apresenta a infraestrutura da comunidade; o acesso a saneamento básico e coleta de lixo; o nível de satisfação dos habitantes com a moradia; a questão ambiental; o nível de informação sobre o PAC e seus projetos e investimentos, como o Programa Minha Casa, Minha Vida; e, por fim, suas preocupações com o futuro.

Sendo assim, estão elencadas, nos itens a seguir, discussões sobre a realidade social desses indivíduos, a partir de seus diversos pontos de vista e das interações que se estabelecem no seu dia a dia (MERRIAM, 1998); buscou-se apreendê-la (a realidade) por meio de reflexões, opiniões e comportamentos destes habitantes (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009) para que, posteriormente, discorra-se como está configurada sua qualidade de vida e o desenvolvimento da região.

### 4.3.1 A comunidade

A maioria dos moradores do Engenho Ilha viveu a maior parte da vida na região, ou são filhos de moradores da região, tendo nascido e crescido no local, e hoje, além de morar, exercem alguma atividade ligada à terra. Como alegam os entrevistados abaixo:

Fui criado aqui. Cheguei aqui com 6/7 anos de idade. [...] Hoje eu sou aposentado, não é pela agricultura, é pelo meio industrial. Mas sempre meus pais faziam trabalho na agricultura. [...] Hoje eu planto. Tô lá na área, planto, tenho minha terra e trabalho como agricultor. Isso a mais de 25 anos. Depois que eu cheguei aqui, Suape nem existia (E10).

32 anos, [...] minha idade. Nunca me mudei pra canto nenhum (E12).

De acordo com os relatos, a maioria dos primeiros moradores que ali se assentaram trabalhava no plantio de cana-de-açúcar e nas usinas que processavam a planta. Depois deles, seus filhos também seguiam no mesmo ramo de atividade. E com o passar do tempo, foram se estabelecendo na localidade. Paralelamente, plantavam nas terras próximas a esses engenhos tanto cana-de-açúcar — que era destinada aos próprios engenhos — quanto alimentos para sua subsistência.

Meu pai trabalhava só em Usina, o salariozinho desse tamanho [sinaliza pequena quantidade com os dedos], na Usina Bom Jesus aqui do lado... funciona ainda. [...] Meu pai trabalhou nessas usina todinha, na Santo Inácio que é fechada, na Central Barreiros, 13 de Maio, Serra Azul, Macapajira. [...] Aqui trabalha com cana-de-açúcar até hoje é a Usina Bom Jesus, aqui em Ponte dos Carvalhos. [...] Muita gente daqui trabalhava no Engenho, na usina, e também no plantio da cana. [...] Aqui mesmo, aqui mesmo tinha os engenhos das usinas, que os próprios funcionários das usinas plantava a cana. Aí tinha uma área que plantava a macaxeira, a mandioca, saía plantando tudinho. Tudo que tem aqui, a maioria desses pés de árvores mais alto, tudo foi a Usina que deu a cobertura para os trabalhadores na área rural para fazer o trabalho. [...] Ela [a Usina] tinha uma área dela para plantar cana, e uma área ela dava para plantarem. [...] tinha área que era no Engenho, aonde ela podia plantar cana, ela plantava; e aonde não dava cana, ela dizia ao agricultor: 'plante sua roça aí' (E10).

Desde a entrada dessas pessoas na região que suas vidas passam a se atrelar à terra. Tanto o trabalho assalariado (nos engenhos de cana-de-açúcar) quanto o trabalho domiciliar estavam ligados à terra; e a partir desta terra que os habitantes da localidade funcionalizavam suas vidas. Segundo os relatos, aparentemente uma das primeiras posses de terra concedida partiu desses Engenhos de cana-de-açúcar para seus trabalhadores — neste caso, os atuais habitantes das comunidades localizadas no território de Suape. Na atualidade, grande parte desses primeiros moradores, trabalhadores do plantio e dos engenhos de cana, faleceu ou possui idade avançada. A maior parte dos ainda vivos continua a morar na região e criaram seus filhos por lá.

Tem as pessoas que já moravam, que são os nativos, que trabalhava na usina e plantava cana pra usina e morava. [...] Eu mesmo fui filho do pessoal daqui da área. Meu pai trabalhava na usina e a gente tinha uma área pra fazer o nosso trabalho. [...] Nessa época de 56 pra cá, a usina tinha umas áreas que dava pra o pessoal plantar e cultivar o plantio dela, que era cana-de-açúcar. Aí ela dava uma área e o agricultor ia lá e plantava (E10).

Percebe-se pelo relato que a chegada desses habitantes na região não se deu por invasão. Na figura a seguir, podem ser observados alguns desses antigos moradores da região nas terras onde vivem.

**Figura 02 - Moradores do Engenho Ilha.**



Fonte: Fotografia tirada por morador da comunidade.

Ao serem indagados sobre a legitimidade da posse das terras, os moradores informam que, no Governo de Miguel Arraes (então Governador do Estado de Pernambuco — de 1987 a 1990), houve o assentamento das terras para estes habitantes da região.

Essa área [região habitada de Suape] o governo fez um balancete e deixou o pessoal... quem já tava ficou. E quem não tava saiu, mas ficou na redondeza. Tem muitas pessoas que plantava aqui na área, isso foi quando o governo entrou aqui em 1980, no tempo de Arraes mesmo [...]. Aí Suape entrou (E10).

Fomos assentados por Miguel Arraes. [...] Fomos todos assentados, aqui não tem um invasor. Aqui ou é posseiro legítimo, que receberam a doação no ato, ou remanescente, ou boa-fé (E01).

Essas terras que eram da usina aqui da área são do agricultor. Quando Arraes chegou, deu uma área para o pessoal aqui. Essa área daqui, Miguel Arraes cedeu para o pessoal. [...] mas não se elaborou um documento fechando, aí ficou aquele impasse [...] (E10).

De acordo com os comentários dos entrevistados, na década de 1980, o então governador do estado, Miguel Arraes, cedeu as terras que hoje ocupam (o Engenho Ilha, no caso dos entrevistados, mas também para outras comunidades da região) para que lá pudessem viver e praticar sua atividade agrícola, reconhecendo o usufruto do território a essa população. No entanto, não houve nenhum tipo de repasse formal através de escritura, por exemplo, o que motivou as disputas de terras e a contestação da posse desses habitantes nos dias atuais.

Ao serem perguntados sobre a origem da posse das terras que ocupam hoje, os entrevistados fazem a distinção entre os nativos e os remanescentes, alegando e justificando ainda que não concordam com o repasse de terras para terceiros, mas sim com a garantia do direito daqueles que lá nasceram, cresceram e/ou viveram:

Os remanescentes são os que compraram as posses dos sócios que moram no Engenho Ilha há bastante tempo. [...] Eles [os antigos moradores] ficaram velhos, doentes, cegos, aí a família 'ah ele não pode mais trabalhar e a gente quer fazer dinheiro para mantê-los', aí repassa a posse. [...] Que a gente não é a favor. Eu não sou, por quê? Porque eu entendo que nos enfraquece. Quando eu repasso uma posse antiga que tá no nome da minha mãe, do meu pai, do meu tio, em meu nome, eu tô dando o direito de eles me chamarem de invasores. E nós não somos. Mas devido a 3, 4, 5 deles termina levando esse rótulo de 'grileiro de terra', invasores. E eu não aceito isso. Nós somos contra ao repasse de terra (E01).

A não concordância com o repasse de terras parece sinalizar o receio que tais moradores têm de perder o direito a elas, algo já tão contestado e alvo de disputas. Eles não se reconhecem como invasores e expressam a preocupação em preservar sua imagem e em evitar quaisquer tipos de situação que possam os enfraquecer nessa disputa pela posse definitiva das terras.

Os habitantes do Engenho Ilha sobrevivem, em sua maioria, da atividade agrícola. São encontradas na localidade plantações das mais diversas: coco, caju, cana-de-açúcar, manga, macaxeira, batata-doce, banana, melancia, acerola, jaca, etc.; além de algumas criações, como bois, porcos, cabras, abelhas, etc. Esses moradores tiram seu sustento ou complementam suas rendas a partir dessas atividades, tal como comenta um dos entrevistados:

A maioria tira o sustento desse movimento. Ajuda o sustento, muitos tiram o sustento. Eu mesmo tenho uma renda [aposentado], mas eu mesmo ontem vendi 60 conto de coco (E10).

A maioria dos habitantes vive em média com um salário mínimo para sustentar a família. Logo, a atividade agrícola surge como a alternativa que lhes fornece uma renda extra para suportar os gastos do dia a dia e garantir a manutenção e sobrevivência familiar.

Na figura a seguir, pode ser observada uma dessas atividades:

**Figura 03 - Criadouro de aves em um dos sítios do Engenho Ilha.**



Fonte: Fotografia tirada por morador da comunidade.

A renda complementar advém da comercialização de parte da produção nas feiras livres de Ponte dos Carvalhos, Cabo, Prazeres e Ipojuca — zonas urbanas próximas à região de Suape.

### **4.3.2 Como organizam a coletividade: a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ponte dos Carvalhos**

Os habitantes do Engenho Ilha moram em sítios, em sua maioria isolados uns dos outros. Reúnem-se com os demais moradores nos encontros comunitários mensais, em que discutem os problemas que os rodeiam, especialmente os relacionados à terra: seja em relação ao trabalho da agricultura, de plantação, colheita e venda dos cultivos, ou em relação à posse e às pressões sofridas por ameaças de funcionários do CIPS.

Existente desde julho de 1988, a Associação tem a finalidade de criar unidade e de fortalecer a comunidade agrícola do Engenho Ilha e a luta por seus direitos na terra em que ocupam. Além dos moradores desta localidade, a Associação possui alguns outros membros — ou associados, como também são chamados — de comunidades vizinhas (como do Engenho Jurrisaca, Engenho Cedro e Engenho Boa Vista). A Associação desenvolve relevante papel representativo nos casos de luta de interesses, sobretudo por seu papel formal, tal como menciona um dos seus líderes:

A Associação é formalizada. Nós temos todos os documentos: estatuto, atas, certificado digital, temos tudo. Declaramos imposto de renda, tudo é formal. Existimos de fato e de direito! (E01).

A formalização da Associação aguça o sentimento de existência por parte dos moradores da comunidade, conferindo-lhes mais coesão para perseguirem seus interesses. Nas reuniões mensais que nela ocorrem, são discutidas as mais variadas temáticas. Em sua maioria, assuntos que envolvem a atividade agrícola e a terra:

Nessas reuniões, a gente discute os procedimentos com o pessoal, para fazer uma melhoria na agricultura, na criação, no plantio. [...] A maioria dos assentados do Engenho Ilha faz parte da Associação. Há mais de 400 famílias. [...] Tem alguns que não são porque eles acham que não devem ir. Mas permanece na terra [...]. O interesse dessas pessoas da Associação é fazer um trabalho na agricultura, como criar e plantar. [...] Nós não podemos dar o subsídio, mas fazemos um projeto em cima deles, se ele aceita ou não (E10).

Um dos entrevistados reconhece que a união dos pequenos produtores é que faz a força da Associação. Quanto mais associados eles tiverem, maior o poder deles para pleitear melhorias na comunidade, em especial nos assuntos ligados à criação de animais, ao plantio e à comercialização desses:

A gente comercializa na feira livre. Não tem uma especialidade. Já era pra ter! [...] A sociedade em si tem um predomínio que cada um vende por si. A gente não tem uma cooperativa que a gente bote todos os produtos. Já era pra ter feito isso, porque a gente tá fazendo um projeto (E10).

**Figura 04 - Sede da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ponte dos Carvalhos.**



Fonte: Fotografia tirada por morador da comunidade.

A Associação se localiza em zona rural (dentro do Engenho Ilha) e divide espaço com outros moradores — também da comunidade — que vivem em um anexo dela. A estrutura é de alvenaria, bem conservada, de melhor qualidade que algumas residências do Engenho. No interior da sede, a estrutura é organizada e possui os materiais necessários para a realização das reuniões: cadeiras para os associados, mesa, materiais de expediente, etc.

Como se pode ver, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ponte dos Carvalhos se apresenta como um dos símbolos de unidade da comunidade e como meio de se impor diante do cenário político dominante, a fim de manifestar suas reivindicações. Representa um tipo de ação fundamentada no desenvolvimento alternativo, com base no que Santos e Rodriguez (2012, p. 48) chamam de estratégia econômica autônoma, típicas de táticas de autogestão encontradas em setores populares que visam à consolidação do poder comunitário e das formas associativas de produção.

A seguir, será discutida como se caracteriza a relação da comunidade com o CIPS.

### **4.3.3 A relação do Engenho Ilha com o Complexo Industrial Portuário da região**

A origem de toda a divergência entre as comunidades e o CIPS versa sobre a posse das terras suapenses. Os interesses que cada lado possui sobre a área são distintos, bem como a ideia sobre qual destino lhe deve ser dado. Em conversa com um dos dirigentes da Empresa Suape (representante do Complexo), o entrevistado relata qual o entendimento do CIPS sobre a questão da posse:

Os posseiros têm um direito de posse, uma ação passiva, que se chama direito de posse daquela terra, só que já existe um plano diretor e já existia antes disso um plano diretor desde a década de 1980, zoneando o Complexo [...]. Você tem que cruzar a matriz, quando você cruza a matriz, você vai encontrar incoerências, por exemplo na hora que você vai implantar uma determina indústria fatalmente você vai ter posseiros dentro daquela área. Dependendo do tamanho, quando você vai implantar uma indústria você vai ter posseiros [...]. Você chama o posseiro pra negociar, ver qual é o perfil dele, e ele é indenizado pelas benfeitorias sobre a terra, porque propriedade da terra é da empresa. O subsolo é propriedade da União, quem dá direito a exploração dele mesmo (D1).

Os interesses e esbarram. O Complexo quer expandir suas operações, enquanto as comunidades desejam continuar vivendo a dinâmica territorial que significa suas vidas e na qual estão inseridos há décadas. A primeira tentativa da Empresa Suape é a retirada das famílias por meio de negociação:

Então quando a gente implanta uma indústria e você tem posseiros dentro, a empresa tem que desafetar essa área. Ela tem que recuperar essa área e dar uma destinação pra essas famílias. [...] Então quando você chega e você encontra uma família que vai ser afetada pela implantação de um empreendimento ou pela abertura de uma infraestrutura, uma via ou alguma coisa. A gente [entra] com um processo de negociação, onde a pessoa recebe a indenização pela benfeitoria, ou seja, pela plantação, casa, chiqueiro, cerca, tudo o que ele botou sobre a terra ele é indenizado e existe a oportunidade dele fazer o reassentamento, seja ele urbano ou seja ele rural (D1).

O representante do CIPS explica, ainda, como ocorrem as reintegrações de posse:

Enquanto o ocupante ele não ergueu nada, ele está apenas capinando e limpando, a empresa pode chegar e intervir isso está no nosso direito constitucional, direito de propriedade. Então a empresa ela pode vim e defender o interesse público, nesse caso, e a vertente é sempre a defesa do interesse público. A segunda é quando há uma instalação, então você tem um processo de reintegração de posse, quando a gente não reconhece que é uma ação legítima que foi uma invasão mesmo. Você entra com um processo de reintegração de posse, se houver uma ordem de ação demolitória, vem à Prefeitura do Cabo junto com o apoio da Empresa Suape. Do ponto de vista patrimonial, de segurança patrimonial junto com o 18º Batalhão de Polícia, ou seja, você bota toda máquina pra funcionar pra garantir a execução do que a justiça mandou fazer. Então é assim que funciona; a desocupação é mediante uma ação judicial quando é uma invasão, quando é um posseiro é uma negociação, quando a negociação não funciona aí usa-se a intermediação da vara que compete, ou seja, Cabo ou Ipojuca pra intermediar a negociação (D1).

Além do conflito de interesses, estabelecem-se na disputa territorial diferentes níveis de poder. Com a justificativa de defesa do interesse público e com a utilização do aparato de outros órgãos, como a polícia e a prefeitura, o CIPS "bota toda a máquina para funcionar" a fim de garantir a concretização de seus projetos para a região.

Ao longo das entrevistas realizadas, foi constatada uma inquietação da maior parte dos habitantes de Suape, por vezes coberta de indignação e/ou temor, ao falar do Complexo. Os relatos reforçam a existência de uma zona de conflito entre o grande polo industrial, naval e petroquímico e os moradores da região. Tais indivíduos alegam sofrer pressões e impedimentos de realizarem suas atividades agrícolas e de criação. Atividades estas que, na grande maioria das vezes, são a única atividade laborativa, de sustento e de identidade desses habitantes. A população enxerga o CIPS — muito comumente intitulado por "Suape", o nome da região — como um obstáculo que a impede de viver suas potencialidades.

Essa questão nossa também em não poder criar, não poder plantar, porque "Suape" está sempre em cima dificultando nossa questão aqui dentro... não podemos fazer nada! [...] A questão da violência que tá conosco aqui dentro

tá demais: os seguranças de Suape, os funcionários de Suape, tudo armados. [...] Na verdade Suape não trouxe nenhum benefício para nós. Só malefícios! E o pior de tudo isso: eles não são donos da terra! (E01).

O comentário pode sinalizar algumas das interferências sofridas pela comunidade na região por parte das ações do CIPS. Segundo o que alguns entrevistados alegam, eles possuem sua rotina e dinâmica constantemente vigiada. Reclamam da existência e atividade de uma milícia armada que, a mando da administração do Complexo, pode intervir em construções, plantações e outras benfeitorias promovidas pelos moradores em seus sítios.

Um dos entrevistados fala das desapropriações que ocorreram na região por parte dos empreendimentos que ali se instalaram — entre eles a Refinaria Abreu e Lima, da Petrobras, que recebe expressivos recursos do PAC — e que interferiram na dinâmica territorial de uma comunidade vizinha ao Engenho Ilha com membros vinculados à Associação deste, o Engenho Jurissaca:

O que aconteceu em Jurissaca foi: "Suape" pegou o pessoal, pagou 20% do que devia e colocou o pessoal pra rua, as filhas desses posseiros caíram na prostituição, [...] os filhos se envolveram com drogas, e quem era pobre ficou mais pobre do que eram os pais, porque nem uma casa que era pra comprar, conseguiram comprar, aí invadiram uma outra área em torno do próprio "Suape" ou em torno das BRs [...] pra poder ter um mocambo para morar. Então, que progresso é esse que eu não consigo enxergar? [...] Pra tu ter uma ideia, "Suape" fez o seguinte: vai ser instalado duas siderúrgicas no engenho Jurissaca. Eu falo Jurissaca porque o Engenho Jurissaca também é nosso. Uma de frente para a outra. Aí eles saíram tirando agricultor que tinha aqui [...] e o pessoal que foram saindo, porque era prioridade e tava no perímetro da siderúrgica, eles foram tirando. Aí foram isolando o pessoal (E01).

O depoimento sinaliza uma possível apropriação da região de Suape por parte dos empreendimentos do CIPS que, ao se expandirem, defrontam-se com as comunidades de vida, exercendo pressões para ocupar o espaço. Segundo os relatos, tais pressões acarretam a saída da população local por se priorizar o avanço dos empreendimentos, como no caso citado das siderúrgicas a serem construídas em parte das terras do Engenho Jurissaca — acarretando, segundo o depoimento, a retirada de parte da população local.

Os entrevistados mencionaram, também, fatos vivenciados por quem é impelido a deixar suas terras para que o CIPS possa se expandir; falam de uma suposta manipulação da imagem de Suape perante a sociedade, que reproduziria a ideia de uma organização promotora apenas de benefícios através de suas ações.

Pra você ter ideia, 1 hectare de terra em Jurrissaca custou 1 milhão de reais para a empresa. Pra o pobre coitado, para aquele que não tinha nada, ele só

recebeu 20% do que ele tinha direito [...]. E faziam força para tirar um pouco mais ainda. Teve gente que recebeu 95 mil e por aí! Há uma manipulação sim, há um jogo de empurra, há um jogo de interesses, não tem como fugir disso! [...] Aí "Suape" já se intitula o bonzão, o 'bam bam bam', que tá todo mundo indenizado. E pra gente dizem que não têm dinheiro para concluir as indenizações [...]. Veja como é que eles manipulam isso. Manipulam os órgãos públicos, a mídia, a população. Quem não tá lá conosco, diz: "ah, isso é um bando de invasores". E eu bato na tecla dizendo: "não somos invasores!" [...] Invasores o caramba! E a terra não é deles! (E01).

De acordo com depoimentos colhidos na comunidade, o entrevistado aduz que há uma falsa realidade sendo propagada pela mídia e na sociedade de que todos os moradores retirados das terras que estão sendo ocupadas pelos empreendimentos foram corretamente indenizados. Reclama-se, ainda, da imagem de invasores atribuída aos moradores por parte da opinião pública. Além do receio de um dia terem de abandonar suas terras, verifica-se, por meio dos relatos, o medo desses moradores de não serem indenizados corretamente, o que dificultaria ainda mais o reestabelecimento da dinâmica de suas vidas e das condições para bem vivê-la.

Segundo um representante da diretoria da Empresa Suape, existe no imaginário popular a ideia de que as terras valem milhões de reais, mas essa ideia é equivocada:

Existe no imaginário popular que o cara que tem um hectare aqui ele vai ganhar um milhão de reais com uma indenização, não é verdade. Eles disseminam isso aqui dentro pra criar confusão, mas não é verdade. Ele não é dono da terra, ele não é proprietário da terra, ele tem o direito de uso da terra, tem uma diferença grande entre a posse e a propriedade (D1).

O discurso realizado pelo CIPS é de que a saída das famílias que vivem em Suape é benéfica para elas próprias:

Vai ser um assentado, diga-se de passagem que vai ser livre desse tipo de conflito que a gente tá falando aqui dentro do complexo (D1).

Esse não é o entendimento da maioria das pessoas que vivem no Engenho Ilha. Falam que são pressionados de diversas maneiras a sair da região, mas que não é seu desejo. Em uma das visitas à comunidade estudada, um dos entrevistados mostrou cópia de processo judicial dando perda de causa numa ação do CIPS contra ele. Na referida sentença, o poder judiciário afirma ser notório o crescimento e progresso promovidos no estado pelo autor da ação, e toma o suposto fato como justificativa para a retirada do réu de suas terras:

Isso aqui é um processo meu, olha! Que eles moveram contra mim para poder tomar minha terra, "Suape"! [...] Já ganharam de mim, mas eu tô recorrendo. O juiz deu que para o bem comum da nação... em 2007 foi dado

esse valor e não fizeram correção. Ele dá aqui a sentença dizendo que reconhece que eu estava na área, que reconhece tudo, mas que pra o bem-estar da comunidade... Ele [o juiz] diz que eu... olha aqui: "*que já se percebe nitidamente o crescimento e o progresso do nosso estado com a melhoria de renda para todos, graças ao Complexo Industrial Portuário, o autor, focado em petróleo, gás, navios e plataformas, além de estradas e ferrovias, ligando o Cabo ao resto do Nordeste [...]. Isso não é surpresa para o réu, que tem consciência do litígio sobre seu imóvel como dito na inicial e conforme ajuste feito há anos entre o autor e o ex-proprietário do imóvel, quando ficou acertado que os posseiros teriam que sair na medida em que o Complexo Industrial fosse se estabelecendo*". [...] Não foi acertado isso. Eles alegam interesse público. Tá vendo aqui [mostra o documento] (E01).

No jogo de poder que é estabelecido entre as comunidades e o Complexo, as primeiras saem enfraquecidas, pois convivem numa realidade em que a racionalidade econômica prepondera sobre as demais. Tal afirmativa se exemplifica na sentença proferida por Juiz de Direito de comarca pernambucana citada no relato, na qual se justifica a saída dos posseiros da região para assegurar "o crescimento e o progresso" promovidos pelo CIPS.

A condução do desenvolvimento na região de Suape não inclui as aspirações e necessidades dos habitantes das comunidades autóctones da localidade, tão pouco a maneira como se organizam espacialmente e concretizam suas relações. A noção de progresso e consequente crescimento econômico ainda é a perspectiva dominante pela qual as ações e os investimentos são pautados na região.

São os critérios mercantis que orientam a organização das atividades na região de Suape, refletidos nos inúmeros investimentos que almejam aquecer as atividades industriais e portuárias do Complexo, ao mesmo tempo em que submetem o espaço social das comunidades de vida da região à dinâmica de expansão dos empreendimentos lá instalados. Dessa maneira, a realidade social local passa a se subordinar à racionalidade econômica (FURTADO, 1981), que impera nas atividades comerciais da região, gerando impactos na dinâmica social e territorial e em sua qualidade de vida.

Os entrevistados alegam estar inseguros frente ao constante clima de vigilância e interferências a que são submetidos por parte do CIPS:

Porque a gente aqui não tem segurança de dizer: "eu vivo tranquilo", porque se acontecer de um acocho aqui, a gente tem que ter uma segurança (E06).

Tão todos os assentados travados por conta de "Suape". Tem aí duas motos constantes no dia a dia embargando tudo. Ninguém pode plantar, ninguém pode fazer nada. A verdade é essa! [...] Todos plantavam, todos tinham as colheitas, cria. Hoje não pode fazer nada, que a direção de "Suape" se diz dono (E12).

Nós não podemos nem construir um banheiro. Tem que pedir ordem para construir um banheiro, para fazer uma reforma, para fazer uma moradia para um filho (E01).

Eles [CIPS] não querem melhorar. Eles querem fazer uma imposição deles, quer deixar você na área se ele quiser (E10).

O que eles querem é que as empresas se instalem e quem tiver na frente que vá saindo. É isso que "Suape" tem feito (E01).

O que se observa é a instauração de um constante estado de alerta no dia a dia de quem habita os territórios de vida dessa região, que lhe tira a tranquilidade e o direito de estabelecer os parâmetros pelos quais deseja viver e o submete às diretrizes da administração do conjunto de empreendimentos. A população do Engenho Ilha, assim como as demais comunidades circunvizinhas, mantém-se sem o direito de funcionalizar o território em que vive.

Segundo alguns entrevistados, a divisão da comunidade, provocada pela possível transferência, além de descaracterizá-la enfraquece a reivindicação de seus direitos. Este movimento de retirada das populações locais é inversamente proporcional para os empreendimentos; enquanto ganham força na região, intensificando e expandindo suas atividades, as comunidades têm menos tranquilidade e segurança em suas terras, além de, em muitas ocasiões, perderem suas posses.

Pode se depreender que o "desenvolvimento" promovido na região está associado a um sistema social de produção, atrelado aos meios, à eficiência, ao dinamismo e à inovação, que privilegia o progresso técnico e a expansão industrial em comparação à satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 1981). Promove-se uma modernização na região de Suape sem envolver necessariamente a transformação dos papéis sociais da comunidade (HERMET, 2002).

Este panorama pode indicar que existe uma racionalização instrumental que impera na região, coordenando — a partir de critérios mercantis — a organização do espaço social, subordinando a realidade social à racionalidade econômica, e que não contribui suficientemente para satisfazer "as necessidades elementares da população" (FURTADO, 1981).

Nessa discussão, é importante observar que os conflitos existentes na região de Suape são consequência da posição que o Estado e as políticas públicas ocupam diante do modelo de desenvolvimento instaurado na região e que serão mais bem discutidos no item 4.5 (O PAC, a qualidade de vida e o desenvolvimento em Suape).

Na próxima seção, será discutida a maneira como se estabelece a relação entre terra, trabalho e renda para a comunidade.

#### **4.3.4 Terra, trabalho e renda**

O trabalho é uma categoria fundamental na sobrevivência e realização do ser humano, indispensável para o entendimento das relações que ele estabelece em coletividade (SILVA; MENDES, 2013), e para a constituição e humanização do ser social (ANTUNES, 2003). No Engenho Ilha, o trabalho é visto sob a mesma perspectiva. É por meio do trabalho exercido em suas terras que a população do Engenho Ilha luta por sua existência e cria as condições para sua reprodução.

A comum mudança na sociedade moderna, em que a população migrava das atividades na agricultura para se empregar nas grandes empresas com investimentos de capital, muitas vezes de escala internacional (CARNOY, 1988, p. 62), não é o que caracteriza as comunidades que habitam a região de Suape. Elas continuam a pautar suas vidas no trabalho autônomo ligado à agricultura e algumas vezes ao pequeno comércio de suas colheitas.

O trabalho dessa comunidade está estreitamente ligado à terra na qual seus membros estão estabelecidos. É dessa terra que retiram parte ou totalidade de sua renda e subsistência, e é por meio do trabalho que eles "vivem e funcionalizam cotidianamente este espaço" e "movimentam a realidade material que esteia suas vidas" (DE PAULA, 2014).

Durante a pesquisa de campo, foi solicitado aos habitantes da comunidade que fotografassem cenas que caracterizassem seu dia a dia e fossem significativas para sua vida. As imagens da Figura 05 retratam bem a centralidade que o trabalho ocupa na realidade do Engenho Ilha. Não estranhamente, a maioria das fotografias retiradas pelos moradores os mostra cuidando de suas plantações ou retrata algo relacionado a esta atividade.

**Figura 05 - Moradores do Engenho Ilha trabalhando em suas plantações.**



Fonte: Fotografias tiradas por morador da comunidade.

O plantio e a criação de animais não constituem as únicas atividades laborais desta população. Algumas pessoas trabalham em outras atividades fora da comunidade, mas dividem seu tempo com as práticas de cultivo e criação. Outros vivem e sobrevivem exclusivamente das atividades na terra, como pode ser constatado mediante as alegações abaixo:

A maioria vive da pesca, vive das plantações, vive do mangue. De tirar seu sustento do mangue. Não tem nem como se basear numa renda. Não tem um valor x. Porque se você não trabalha, você vive de coleta de caranguejo, de guaiamum, vive de comer caça, como preá, teju; eles comem o que aparece (E01).

Eu trabalho [na roça] de 5h da manhã às 11h. E de 13h às 17h (E04).

Se for possível, eu trabalho o dia todo aqui [na roça] (E05).

As alegações refletem a importância que a terra e o trabalho nela representam para esse povo. A maioria dos habitantes não possui outro tipo de experiência ou formação, dedicando grande parte do seu dia a este ofício. Os entrevistados evidenciam, também, a dificuldade de se conseguir apoio para poderem melhorar o exercício de suas atividades na terra, como pode ser verificado nas alegações que seguem:

Como plantar se não tem semente, se a terra tem gengibre, mas ninguém pode tirar na enxada o gengibre. Mas pode tirar no trator. [...] Precisa-se de apoio (E01).

Precisa de apoio no deslocamento dos produtos que a gente produz, na "escoação", nas estradas (E09).

Durante as entrevistas, principalmente com os dirigentes da Associação, foi muito citada a necessidade de apoio governamental nas questões essenciais para a comunidade (algumas delas serão abordadas na seção seguinte, 4.4 - A qualidade de vida a partir do Engenho Ilha). Entre elas encontra-se a dificuldade de se conseguir a ajuda de projetos que favoreçam a plantação e a criação de animais na comunidade, além de cursos de capacitação para os criadores e agricultores. Alegam que não é só dispor de um maquinário e/ou recurso, é preciso assistir e atingir o maior número de pequenos produtores possível. Citam ainda a necessidade de amparo dos órgãos governamentais, por meio de programas como o ProRural (Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) e/ou de financiamentos advindos, por exemplo, do Banco do Nordeste.

Com relação ao rendimento médio mensal, a maioria das famílias entrevistadas se mantém com 1 a 2 salários mínimos por mês, como pode ser verificado em um dos depoimentos:

A minha parte mesmo é o feijãozinho que eu vendo, é uns maracujá, é uns frangos, umas galinhas, os perus, uns negócio assim. E o salário de aposentadoria da minha esposa (E04).

A renda da maioria das famílias é composta por remuneração de alguma atividade empregatícia ou contratual, ou ainda algum benefício, como aposentadoria ou "Bolsa Família", somados aos dividendos arrecadados com a atividade agrícola ou de criação de animais.

O plantio de frutas, verduras, legumes e raízes juntamente com a criação de animais constituem as duas atividades básicas de trabalho que caracterizam o dia a dia da maioria dos moradores do Engenho Ilha. A Figura 06 expõe essas duas atividades que os moradores desenvolvem:

**Figura 06 - Atividades de trabalho, comércio e subsistência da população do Engenho Ilha.**



Fonte: Fotografias tiradas por moradores da comunidade.

Observa-se que as dimensões terra, trabalho e renda estão diretamente associadas no que tange à dinâmica da comunidade. A terra possui centralidade na configuração de suas vidas; é a partir dela que funcionalizam seu dia a dia, exercem seu trabalho e retiram seu sustento, tanto no que se refere ao alimento que comem, quanto no que é destinado à venda. A terra se converte em subsistência, socialização do ser social e na própria vida desses habitantes. Tal conjuntura pode sinalizar que ela — a terra — ocupa posição essencial para se compreender a qualidade de vida do Engenho Ilha.

Além das questões terra, trabalho e renda, a qualidade de vida da comunidade propriamente dita será mais bem compreendida na seção a seguir.

#### **4.4 A qualidade de vida a partir do Engenho Ilha**

O enfoque dado à qualidade de vida não se restringe à análise dos recursos, posses e/ou renda das pessoas: parte de um olhar mais substantivo para o modo como vivem, para as oportunidades que lhes são oferecidas e para o nível de satisfação delas perante sua realidade (SEN, 2010). Dessa forma, ao se analisar a qualidade de vida de uma determinada comunidade, é significativo observar seu dia a dia e os problemas que enfrenta (NAHAS, 2005), com o objetivo de compreender mais abrangentemente como seus habitantes vivem (MILES, 1996, p. 636).

Nessa discussão, é de grande importância se considerar a percepção daqueles que estão tendo suas vivências analisadas, a fim de entender o contexto em que esses atores estão inseridos, bem como avaliar o nível de satisfação ou insatisfação de suas necessidades (VITTE *et al*, 2002, p. 42-43).

Sendo assim, na presente pesquisa, procurou-se conhecer o que os habitantes da comunidade percebiam por qualidade de vida e/ou o que elencavam como sendo imprescindível para uma vida com qualidade para si, conforme é expresso por um dos entrevistados:

Para nós seria ter mais oportunidades [...]. Aqui não temos nada disso de qualidade de vida. Nem água, nem energia elétrica... se tiver é "gambiarra"... saneamento básico é zero, a linha de pobreza das famílias está a zero. É pobreza! É muita pobreza! Quem tem um pouco mais são exceções. A maioria são muito pobres. [...] A qualidade de vida aqui dentro é zero, abaixo do nível que é considerável aceitável. E estamos tão perto do progresso [fazendo menção ao fato de serem vizinhos do CIPS]! (E01).

O relato pode indicar certo descontentamento do entrevistado com relação a algumas categorias importantes para se analisar a qualidade de vida, como fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico. Percebe-se, também, que os habitantes do Engenho Ilha sentem carência de maiores oportunidades direcionadas à comunidade; ademais, comparam o "progresso" e as transformações realizadas no CIPS com a realidade na qual vivem. Nitidamente eles notam a distinção de oportunidades que se cria para as distintas realidades (comunidades e Complexo Industrial Portuário).

Como já observado anteriormente, a questão da terra possui centralidade na vida dessa população. Não estranhamente, reparou-se que tal categoria constitui uma das preocupações mais recorrentemente apontadas pelos entrevistados quando perguntados sobre o que é significativo para suas vidas. Tal como mencionado por um deles:

A melhoria para nós, a primeira coisa, acima de tudo: o título de posse para que a gente pudesse respirar e dizer: "*Isso aqui é meu, nisso aqui eu mando*" (E01).

A terra constitui uma categoria elementar no dia a dia desse povo, por isso o pleito por sua posse também é uma preocupação veemente dos habitantes. É na terra que eles vivem, produzem e tiram seu sustento. É na terra que eles encontram o sentido de suas vidas. Essa constatação, por sua vez, não exclui ou diminui a importância de outras necessidades valoradas como substanciais pela comunidade, como pode ser evidenciado em outras declarações:

Eu já ficava animada se tivesse água, energia, o mínimo de saneamento básico, estrada, pudesse criar, plantar, cercar, ter o que era meu, dizer isso aqui é meu, e não o que há aqui (E01).

Se tivesse condições de fazer a estrada pra pessoa se locomover melhor, se pudesse chegar água encanada pra nós! (E04).

Constatou-se, durante a pesquisa de campo, que, depois da questão da terra, as alegações mais recorrentes versavam sobre a energia elétrica e o abastecimento de água encanada. Tais prioridades são evidenciadas por um dos integrantes e representante local que acompanhou a pesquisa de campo:

Viu a prioridade qual é? Energia e água. Não é? Eles não falam nem em saneamento básico. Energia e água. Que de fato é o que precisa mesmo (E01).

Além das categorias energia elétrica e água, os habitantes do Engenho Ilha foram indagados sobre outras dimensões frequentemente presentes na literatura como sendo fundamentais na concepção de qualidade de vida (conforme consta no Quadro 02: critérios abordados na concepção de qualidade de vida, p. 41). Dessa maneira, foi possível descrever como tais categorias são percebidas pelos habitantes da comunidade e compreender de que forma eles enxergam sua qualidade de vida, verificando como se apresenta a condição de satisfação sobre tais aspectos. No subitem a seguir, as categorias são tratadas separadamente.

#### **4.4.1 Energia elétrica**

Mais da metade da população do Engenho Ilha possui energia elétrica legalizada (por meio do que chamam de Energia Rural). No entanto, esse recurso chegou há apenas dez anos com o Programa Luz para Todos, do Governo Federal, como alega um dos entrevistados:

Era pra ter chegado no ano de 2000, mas só veio começar a chegar pelo ano de 2005 por lá (E10).

Na época da chegada da energia elétrica para a região, o Programa Luz para Todos estava ligado apenas ao Ministério de Minas e Energia — quando da criação do Programa, em novembro de 2003 —, posteriormente veio a se tornar uma das principais ações de um dos eixos temáticos do PAC 2.

Todavia, segundo moradores e representantes da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ponte dos Carvalhos, os recursos para a ampliação de alcance da rede energética cessaram e parte da população ficou sem energia elétrica. Ainda de acordo com os relatos, diversas solicitações foram encaminhadas à Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e, segundo os representantes locais, são negadas justificando-se falta de verba, tal como mencionado em uma das declarações:

E depois disso não voltou mais não. Teve área que não foi alcançada. [...] Foi 2005 até 2007. Aí parou. De lá pra cá, não se colocou mais. [...] E já pedimos e eles não vêm botar. [...] A gente vai direto na Celpe, é na Celpe mesmo. [...] Eles dizem que vêm colocar energia e depois não vêm. Aí quando procura novamente eles dizem que o custo que é muito alto, porque tem que colocar poste, fiação, transformadores, aí diz que não vai colocar que é muito caro (E01).

A partir desse relato, pode-se sinalizar uma não priorização do poder público em oferecer tal serviço a esta população. Como mostrado no Quadro 08 (Eixo Energia) e no Quadro 12 (Eixo Água e Luz para Todos), foram destinados recursos do PAC para a criação de uma linha de transmissão que liga uma estação de energia elétrica no Recife a uma estação em Suape, além da construção de 2 subestações de energia elétrica na circunscrição do CIPS. Verifica-se, a partir dos dados mencionados, uma sobreposição dos interesses do Complexo Industrial Portuário (representante do capital econômico) acima da concretização dos direitos, interesses e necessidades sociais (comunidade) (PEREIRA, 2008).

A saída dos habitantes que não possuíam energia elétrica em seus lares foi recorrer à ilegalidade. Com recursos próprios e se arriscando a fazer o que chamam de "gambiarra", diversos deles "puxam" energia de postes para alcançar o serviço público:

Tem energia. Eles puxaram mesmo com recursos próprios. Comprando os fios, se arriscando no fio de alta tensão, [...] eles querem energia! Num é um direito de todos? Então pronto! Colocando poste de estronca, de todo jeito você vai ver energia aqui (E01).

É gambiarra, porque a gente já pediu que só pra botar um poste e ninguém bota (E07).

Essa "alternativa" encontrada por alguns dos moradores do Engenho Ilha os expõe a uma série de riscos à vida. Demonstra, outrossim, a importância que este serviço possui para o seu dia a dia, a ponto de arriscarem suas vidas nos fios de alta tensão para — segundo expressão recorrente nas entrevistas — "ter luz em casa".

Na Figura 07, pode-se perceber a conexão energética clandestina ligada até uma das residências do Engenho Ilha:

**Figura 07 - Fachada de casa do Engenho Ilha e ligação elétrica irregular.**



Fonte: Fotografia tirada por morador da comunidade.

Se o serviço de energia elétrica para abastecer as residências não é ofertado a contento, não se apresenta diferente com relação à iluminação pública. A maioria das ruas não são iluminadas à noite, o que aumenta a insegurança durante a noite, como é expresso por um dos entrevistados:

O que a gente pensa é que precisa melhorar mais essa energia. [...] Porque é um fardo pra gente aqui andar de noite com a criança. Essas ruas todinhas por aqui você não vê um poste (E07).

Pode-se depreender da alegação acima que a ausência de iluminação pública tem impactos na segurança e na mobilidade da população local.

Verifica-se que o fornecimento de energia elétrica, um dos serviços básicos da modernidade e que proporciona coesão social (QUEIROZ, 2009), é significativo na vivência da comunidade. Todavia, não é ofertado pelos órgãos competentes a todas as pessoas da região. As ligações de energia elétrica irregulares compensam a falta de abastecimento energético de grande parte das residências da comunidade. No entanto, este ato compromete a vida dos habitantes. Esta exposição da vida pode indicar a necessidade que esses indivíduos têm de usufruir das benesses modernas que apenas a energia pode proporcionar — como o uso da geladeira e da televisão. Outrossim, a falta deste serviço público para as comunidades, quando contrastada com a disponibilidade de acesso e grande utilização de energia elétrica pelo CIPS, reflete a prioridade dada no fornecimento deste recurso guiada por uma racionalidade econômica (FERNANDES, 2008) que visa ao aquecimento das atividades industriais e comerciais em detrimento das necessidades sociais na região. Mesmo sendo

assegurada pela Constituição Federal como um serviço público imprescindível à normal vivência em sociedade (Art. 10 da Lei nº 7.783/89), a questão do abastecimento de energia evidencia a assimetria de poder existente na disputa por recursos essenciais à vivência da comunidade em Suape. Como já mencionado, a carência deste serviço se relaciona com outros. Alguns deles são mais bem debatidos nos itens seguintes.

#### **4.4.2 Água e esgotamento sanitário**

A questão do abastecimento de água é uma das principais preocupações da comunidade e foi fator recorrentemente apontado pelos moradores. São poucas as residências que possuem água tratada e encanada. A importância deste recurso é reconhecida na fala destes entrevistados:

Muitas coisas aqui que faz falta, né. Principalmente, de tudo mesmo pra mim, é a água! Porque é o pior (E02).

Aqui não possui água [...], nem potável, nem pra uso. [Os moradores] só consomem água através de cacimba, ou que eles pegam em botijões, as garrafas PET pra encher aqui [zona urbana] e levam de cavalo, de carro de mão para os sítios. Eles tomam banho mesmo de lagoa, das lagoas que "Suape" abriu e deixou lá aberta. Das crateras lá de retirada de areia. É onde hoje eles tomam banho e se divertem. Hoje é o lazer deles (E01).

A gente precisa de uma água aqui. A gente tem que sair com um carro de mão aqui para pegar uma água de beber lá na frente, porque essa água aqui nenhuma presta... se tivesse uma água pra nós encanada aqui dentro desses sítios era uma benção (E07).

Como pode ser observado nas declarações, a água é fator primordial para a sobrevivência da população. E não existem muitas alternativas para se conseguir água própria para o uso na região em que vive a comunidade. A principal forma de captação se encontra na zona urbana, porém os moradores se esbarram em outro problema: a mobilidade e falta de transporte público (que serão discutidos a seguir, no subitem 4.4.3). Precisam percorrer longas distâncias para conseguir água potável.

Segundo depoimentos dos entrevistados, as fontes de águas limpas que existiam na comunidade estão poluídas por causa da retirada de areia pelas empreiteiras que buscam recursos na região e por outros impactos ao meio ambiente (discutidos no subitem 4.4.6). Uma das áreas alagadas citadas nos comentários pode ser observada na Figura 08:

**Figura 08 – Crianças nadando em área alagada no Engenho Ilha.**



Fonte: Fotografia tirada por morador da comunidade.

Desse modo, apenas uma pequena parcela das residências possui água nas torneiras, resultado de ligações clandestinas ou poços artesianos feitos com recursos dos próprios habitantes. Alguns moradores relatam a situação:

A água é clandestina. Não tem registro de Compesa não. É clandestino. [...] Puxa lá da estação. Lá do outro lado. Se vim a Compesa e disser: "*tem relógio não?!*"; eu respondo: "*pode botar!*". Entendeu? Minha conversa é essa! (E08).

Nota-se que a clandestinidade das ligações de água existentes surge como única alternativa que essas pessoas possuem para ter o recurso do qual necessitam para se hidratar, para cozinhar e para manter suas plantações. Alguns moradores fizeram poços ou cacimbas em seus sítios com recursos próprios. Todavia, nem todos os habitantes possuem recursos financeiros para tanto.

Outro serviço inexistente na região é o de esgotamento sanitário. As casas, em sua maioria, possuem um esgoto artesanal ou alguma vala que funciona como tal, como descrito por um dos moradores:

Aqui não tem. Tem uma fossa lá atrás. Não uma fossa como se diz. Eu cavei um poço para uma pessoa só. A precisão é pouca. Tá entendendo (E08).

Segundo os representantes da Associação, assim como feito em relação à energia elétrica, diversos projetos e requerimentos foram submetidos à Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) a fim de que fornecessem água encanada e fizessem o esgotamento sanitário da região. Todavia, conforme explica um dos moradores, da mesma forma que os pedidos à Celpe, as solicitações à Compesa não foram atendidas:

Água, esse é o principal. Já mandei duas vezes o projeto pra Compesa e não quiseram liberar, porque disseram que o Complexo Portuário de Suape não permitiu. [...] Não permitiu que a Compesa ligasse a rede de água e de esgoto e de saneamento. Porque teria que vir água e teria que vir tudo, né?! Já fiz dois projetos pra lá e foram bem claros que "Suape" não autoriza. Algumas casas têm porque o pessoal foram emendando os canos e colocando clandestinamente. Umas casas logo do começo conseguem, mas o meio mesmo, o miolo não tem não. É uma dificuldade. Porque um poço é caro pra se cavar e nem toda área é dentro da área de valor de qualidade da água (E01).

Por meio do comentário, podem-se perceber as dificuldades encontradas pela população para conseguir água adequada para uso. É interessante destacar o trecho em que o entrevistado sinaliza a água como sendo um recurso condutor de desenvolvimento para a região: "*Porque teria que vir água e teria que vir tudo, né?!*", enxergando a água como atributo primário para qualquer outro tipo de melhoria que viesse a se fazer na região. A dificuldade de acesso à água constitui uma das estratégias adotadas em meio ao conflito de interesses existente em Suape, almejando pressionar a saída dessas pessoas das terras em que vivem. Sem o abastecimento de água, as condições necessárias para se promover desenvolvimento social na região são cada vez mais dificultadas ou, por vezes, negadas.

Com relação à água e ao saneamento, constata-se que são serviços públicos essenciais (Art. 10 da Lei nº 7783/89) e de interesse geral, que interferem na coesão social e na qualidade de vida da população e que comprometem a saúde individual e pública (QUEIROZ, 2009). Não há um aparato estatal direcionado à região em que a comunidade se encontra que proporcione condições materiais e físicas para que a população tenha acesso a esses serviços públicos (NAHAS, 2005).

#### **4.4.3 Saúde, educação e mobilidade**

Com relação aos serviços de saúde, os entrevistados informaram que não possuem uma boa cobertura e assistência nas redondezas. Segundo eles, não existem postos de saúde, nem acompanhamento de agente de saúde dentro da região do Engenho Ilha. Eis algumas das alegações sobre os serviços de saúde:

Na parte urbana tem. [...] Porque é assim, se eles [habitantes da comunidade] quiserem ir para o posto de saúde, eles têm que vir para o centro, para a parte urbana. [...] Só são 2 postos que são autorizados a receber as comunidades. [...] Eles às vezes vão porque têm um arrumadinho com a agente de saúde municipal, aí a agente de saúde fornece pra ele. [...] Dentista só se pagar, tanto a parte urbana quanto a parte do Engenho. Porque dentista aqui não tem. A saúde do Cabo não tem. [...] Tem um posto ali que é um show, mas não funciona. Não funciona! [...] Se tiver algum problema eles transferem

para a Policlínica Jamaci de Medeiros [Ponte dos Carvalhos, também chamada como 24h] ou Hospital Mendes Sampaio [no centro do Cabo] ou para a Restauração [no Recife] (E01).

Meu marido tá com um bocado de exame pra marcar e ainda não marcou nenhum ainda, desde o começo do ano. [...] Tem um monte ali, 4 exame tem ali. E ele tá doente. [...] Dentista, quando a gente precisa, tem que pagar pra levar os menino para arrancar dente fora (E12).

De acordo com os relatos, os habitantes necessitam migrar para a zona urbana vizinha à comunidade ou procurar unidades de saúde que se localizam no centro do município do Cabo de Santo Agostinho para poderem ser atendidos. Isso porque, mesmo nas regiões circunvizinhas a eles (Ponte dos Carvalhos), nem todos os postos de saúde são autorizados a atendê-los. Reclamam, ainda, da precária estrutura e da falta de algumas modalidades de médicos e exames. Um dos entrevistados menciona ainda a existência de um posto de saúde recente e de boa estrutura, mas que não funciona. Alegam, também, que chegam até o perímetro da comunidade os serviços do Samu e dos Bombeiros:

Liga para o Samu. Demora, mas chega. E pra localizar é complicado, porque não tem pontos para localizar (E01).

Já chegou bombeiro e Samu, agora demora (E10).

As declarações dos habitantes do Engenho Ilha podem apontar que os serviços de saúde — que compreendem o objetivo amplo de melhorar a saúde das pessoas, tomar medidas preventivas e ofertar atendimento médico (SACHS, 2008) — não conseguem salvaguardar nem alicerçar o bem-estar coletivo da região.

Com relação à educação, observa-se uma relação de distanciamento com a dinâmica local. A maioria das pessoas da comunidade parece não ter compreensão a respeito — ou porque não estuda e não possui filho(s) frequentando a escola, ou porque não tem informações suficientes sobre o ensino e a vivência educacional. Esse curioso achado aponta que o acesso à educação parece ser um direito desconhecido e/ou longe da vida dessas pessoas.

O fato de os entrevistados adultos aparentarem não entender o papel da educação, parece se relacionar a um importante fato observado: grande parte da comunidade não sabe ler nem escrever. Alguns nunca estudaram, outros não concluíram o primário. Apesar disso, constatou-se que grande parte das crianças frequenta a escola, possivelmente influenciada pelas imposições de programas sociais, como o Bolsa Família, mas, como será analisado mais adiante (subitem 4.4.9), para a maioria dos adultos sua responsabilidade com a educação formal dos filhos se encerra com a matrícula na escola.

Se por um lado há o impulso para elas frequentarem a escola, por outro precisam superar um conjunto de dificuldades para chegarem até ela. As instituições educacionais mais próximas encontram-se na área urbana da cidade, no bairro de Ponte dos Carvalhos. Não há escolas no Engenho. Ocorre que também não existe transporte escolar que circule pela região da comunidade, fazendo com que crianças e adolescentes tenham de andar longas distâncias até a avenida mais próxima da comunidade para conseguir pegar o transporte, como aponta um dos entrevistados:

A maioria dos jovens não estuda, porque o deslocamento é muito difícil. [...] Os que estudam vão a pé, 2 a 3 quilômetros (E01).

Esse deslocamento afasta inúmeros jovens dos estudos. A maioria das crianças e adolescentes que frequenta a escola é aquela que mora mais próxima da zona urbana (Ponte dos Carvalhos). Os que moram mais afastados são vencidos pelo cansaço e, quando começam os estudos, tendem a abandonar. Vários entrevistados, em sua maioria mães de crianças que estudam, reclamam dessa situação:

Eu tenho dois que estuda. É difícil, é ruim, é longe, mas dá pra ir levando! (E02).

O caminho, né! O bom era uma escola mais perto daqui, porque é um pouco longe onde os meninos estudam, pra sair daqui. [...] A gente vai vê com quem fala esse ano pra ver o negócio do ônibus para vim pegar nossos meninos aí [...] (E12).

O ônibus não entra não. Em nenhuma área rural o ônibus entra (E10).

Essa questão da mobilidade mencionada é outra dificuldade enfrentada pelos habitantes da região. E não é observada só quando ligada à questão da educação. Não existe transporte público que circule no interior da comunidade. As regiões mais afastadas da zona urbana sofrem com o isolamento. Alguns relatos exemplificam essa situação, como quando se precisa ir à procura de atendimento médico:

Eu tenho que ir de pé, meu filho. Se der pra aguentar ir de pé eu vou de pé. [...] A gente vai. Se for pra ir no Cabo, a gente vai pra Estação e pega o trem pro Cabo. E se for em Ponte dos Carvalhos, passa na avenida (E02).

E às vezes chovendo, tem que sair com esses meninos no meio da chuva. É um sufoco viu! (E12).

As dificuldades para a mobilidade das pessoas que vivem nas comunidades são inúmeras. Como pode ser percebido por meio dos relatos, os habitantes percorrem longas

distâncias para ter acesso aos serviços públicos, que, em sua maioria, não são ofertados em seus territórios. Alguns falam que já fizeram reclamações junto aos órgãos competentes pedindo que ao menos o transporte escolar pudesse passar na região. Mas, segundo eles, até o momento não foram atendidos.

Em conversa com um dos gestores da Seplag, verificou-se que a mesma dificuldade não é encontrada quando a necessidade parte do Complexo Industrial Portuário:

Lá em Suape tá sendo construída uma obra que é a zona central de comércios e serviços de Suape. Ele é um [...] desses prédios totalmente sustentáveis [...]. Inclusive a empresa que está fazendo busca umas certificações que são dadas pra esse tipo de empreendimento. Pra que essa empresa conseguisse a pontuação necessária pra essa certificação, além da construção do prédio ela tinha que fazer [...] botar uns painéis verdes e ter acesso de ônibus de passageiros pra essa obra. Isso interfere na circulação municipal do transporte público, aí o que que acontece? O estado entrou em contato com a Prefeitura de Ipojuca e disse "olhe, a gente está construindo essa obra aqui, a gente precisa pra obter a certificação e tudo mais, a gente precisa de duas paradas de ônibus aqui e linhas circulando por aqui e tal". E aí falou com a prefeitura. A prefeitura foi e imediatamente providenciou, eles redesenham a rota de umas duas, três linhas lá pra atender especificamente a esse Complexo, que é esse prédio empresarial. Então isso aí já é um exemplo prático de uma cooperação entre estado e município entendeu? Nesse sentido de se ajudar pra o desenvolvimento de Suape (G1).

A parceria na questão da mobilidade estabelecida entre o CIPS, o estado e o município a fim de conseguir a certificação para o empreendimento em construção é mais um sinalizador de que a condução do desenvolvimento regional obedece a imperativos econômicos que venham beneficiar a dinâmica industrial e comercial dos empreendimentos lá instalados. A mesma lógica não ocorre quando estão em questão as necessidades das comunidades autóctones. A ação dos órgãos competentes tem privilegiado, como no exemplo citado acima, o atendimento aos pré-requisitos do aquecimento econômico, em detrimento dos anseios que emanam do social.

Enquanto isso, a maioria da população local se locomove a pé ou de bicicleta. O transporte público mais acessível e próximo é o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que opera onde antes funcionava uma antiga linha de trem. A linha férrea foi modernizada com recursos do PAC para receber o novo meio de transporte, e foi mencionada em algumas entrevistas:

A Estação do trem é antiga, agora o VLT tem uns dois anos já. Tiraram, substituíram os trens antigos por esses VLT. Tem uns dois anos, mais ou menos (E01).

A melhora que houve foi que o intervalo de trem é menor. Ficou menor o intervalo. Agora é 15 [minutos]. De primeiro era mais tempo. Passava mais tempo, 40 a 50 minutos (E10).

Vale salientar que os habitantes da comunidade não têm ciência de que existem recursos do PAC nas obras deste transporte público, o que revela o distanciamento da população com relação ao Programa (o entendimento do PAC pela comunidade será discutido no item 4.4.7).

A questão da mobilidade dentro da comunidade, portanto, impacta outras categorias da qualidade de vida, como a saúde e a educação. As longas distâncias a percorrer e a ausência de transportes dificultam ainda mais o deslocamento para as unidades de saúde e para as escolas que inexistem na região. A falta de sinalização, endereçamento e condições de mobilidade também retardam o socorro do Samu e dos Bombeiros em casos de emergência. As precárias condições de mobilidade na região não favorecem o deslocamento das pessoas e têm impacto direto na qualidade de vida dos habitantes, pois diminuem as possibilidades e oportunidades de educação, de saúde, de emprego (GOMIDE, 2003).

Com relação à educação, o baixo nível de escolaridade e de frequência escolar apresenta-se como um fator desfavorável que, por sua vez, não promove o estímulo de consciência individual e coletiva, de compreensão dos direitos e de autoconfiança dos habitantes da comunidade (SACHS, 2008). A educação poderia figurar-se numa importante alternativa para a conquista de maior consciência e autonomia desses indivíduos.

#### **4.4.4 Pavimentação e coleta de lixo**

Não existe pavimentação no Engenho Ilha. As ruas são de terra ou barro. Mas tal fato não parece incomodar a população, com exceção dos períodos de chuva, nos quais as estradas ficam lamacentas e dificultam a circulação das pessoas, principalmente daquelas que andam a pé — como as crianças e os adolescentes que se locomovem até a escola diariamente.

Também não há coleta de lixo nessa região, como destacam alguns entrevistados:

A gente mesmo queima o lixo que produz (E07).

O lixo? Olha aqui: foguinho! É bom que mata as muriçocas (E08).

Lixo é queimado [aqui] mesmo. Eu pego o lixo e aqueles que dá pra aproveitar, a gente aproveita pra reciclar; aqueles que não dá, toca fogo. Mas na área urbana tem coleta de lixo. (E10)

Entretanto, a falta deste serviço público não preocupa, nem causa estranheza à comunidade. A prática rudimentar de incinerar o lixo já faz parte da rotina dos habitantes e de suas práticas cotidianas de vida.

#### 4.4.5 Moradia

A maioria dos habitantes vive em casebres de taipa, de pedaços de madeira e papelão, ou de alvenaria sem reboco. Muitas destas moradias não possuem sequer piso. O chão das casas é de barro ou terra, o chamado "barro batido". Algumas dessas características podem ser observadas nas figuras 09 e 10:

**Figura 09 - Habitação do Engenho Ilha.**



Fonte: Fotografia tirada por morador da comunidade.

**Figura 10 - Fachada de casas do Engenho Ilha.**



Fonte: Fotografia tirada por morador da comunidade.

Nas fotografias acima, pode-se perceber a simplicidade da estrutura de algumas casas da comunidade. Apesar disso, os moradores parecem estar satisfeitos com suas habitações, gostam da região em que vivem, apreciam a vizinhança e a tranquilidade do local. E quando perguntados sobre o interesse de se mudar para outra localidade, dizem que preferem permanecer no Engenho Ilha, mas temem que um dia possam ser forçados a sair. Eis alguns dos relatos:

A ideia é ficar. Com toda a dificuldade, a ideia é ficar (E01).

Eu não tenho intenção de mudar não. Mas se tiver importância algum dia, a gente tem que sair. [...] Chegando "alguém" aqui na área ou o governo chegando, tanto faz amanhã como daqui a vinte anos. Tá entendendo?! A gente não sabe (E08).

Rapaz, eu não tenho vontade de mudar não. Eu gosto muito daqui. [...] Agora se os "homens" quiserem que a gente saia, a gente tem que sair, né! (E05).

Esse "alguém" e esses "homens" aos quais os últimos entrevistados fazem menção referem-se à administração do CIPS e às autoridades públicas. Como já explicado anteriormente (na sessão 4.3.3), os habitantes da comunidade sofrem constantes pressões e vigilância por parte da segurança particular do complexo de empreendimentos e se afligem com a iminência de serem forçados a deixar suas terras.

Essas pressões e a consequente vigilância impedem que os moradores realizem qualquer tipo de melhoria em suas residências sem que haja autorização expressa do CIPS. Tal situação causa estranheza aos habitantes, pois não reconhecerem legitimidade nas ações por meio das quais o Complexo Industrial dita regras e imposições nas terras em que estas pessoas ocupam há tanto tempo. Um dos entrevistados ilustra esta situação:

Muitos não têm condições de fazer, e alguns que tentam melhorar não conseguem, porque o Complexo não deixa. Pra fazer o que for tem que ser com ordem. Se não tiver ordem não faz. Tinha uma mulher que tinha um chiqueiro como banheiro, aí foi fazer a reforma no banheiro e teve que solicitar uma ordem. Um banheiro, veja só! (E01).

De acordo com os entrevistados, as pessoas que tentam realizar alguma construção ou modificação no lugar onde moram correm o risco de ter a obra interrompida e até destruída:

A gente não pode fazer uma casa, uma cerca, que vêm cá e quebram. [...] Uma casa a gente não pode melhorar. [...] Não pode fazer benfeitoria na casa. [...] a gente tem uns viveiros aí, e foram dedurar lá em "Suape". Quando eu dou fé, isso aí encheu de ripão. Quando eu olho eles botam um monte de polícia [como chamam os guardas particulares] (E05).

Eu fui construir pela minha conta, sem ter ordem de "Suape". Aí eles empombaram aí. Mandaram eu parar duas vezes. Aí eu fui em "Suape" e peguei uma ordem. A menina veio aqui, tirou a foto e viu essa casa caindo (E06).

Segundo os relatos, muitas casas estão em situação precária por seus moradores não poderem realizar benfeitorias sem o consentimento do CIPS. O resultado pode ser evidenciado na Figura 11:

**Figura 11 - Interior de casas do Engenho Ilha.**



Fonte: Fotografias retiradas por moradores da comunidade.

As imagens conseguem refletir o estado que algumas habitações se encontram e justificar o porquê da insatisfação dos moradores da comunidade com relação aos mencionados impedimentos advindos do CIPS que proíbem construções e/ou reformas sem prévia autorização. Tais denúncias indicam uma interferência na liberdade desse povo em suas terras por parte da administração do CIPS e a possibilidade de alguns riscos iminentes, como os mostrados nas imagens acima. Pode-se apontar a evidência de uma violência estabelecida contra essas comunidades, impulsionada pela condução do desenvolvimento na região que serve a imperativos econômicos, buscando o aquecimento dos negócios por meio da expansão dos empreendimentos do Complexo.

A moradia corresponde a um dos anseios básicos dos indivíduos, mas, a partir dos relatos, a orientação do 'desenvolvimento' na região não está levando tal aspecto em conta, e

parece não estimular a inclusão (SACHS, 2008). Tal situação sinaliza, novamente, a sobreposição de interesses do capital privado sobre o interesse coletivo e a soberania popular (PEREIRA, 2008). Outra dimensão que está envolvida tanto com a qualidade de vida quanto com o desenvolvimento é a questão ambiental, que será abordada no item seguinte.

#### **4.4.6 Questões ambientais e de sustentabilidade**

Não são apenas questões sociais que são percebidas pela população do Engenho Ilha. Os habitantes conseguem notar modificações na região decorrentes de ações realizadas pelos empreendimentos em Suape. Muitas dessas transformações foram realizadas para possibilitar a instalação do Complexo Industrial, da Refinaria, do Porto e de outros empreendimentos que trouxeram e ainda trazem algumas alterações na paisagem local. Algumas delas são expressas na fala de um dos entrevistados:

Essa área que a gente tá falando de Jurissaca [...] tinham levadas, tinham córregos, braços de rios. Era um lugar fértil e que não dava o que tá acontecendo hoje. O que aconteceu, as grandes empresas em torno do Complexo de Suape [...], as empreiteiras [...] saíram aterrando tudo em torno de Suape. Hoje a gente sofre com as enchentes. Qualquer chuvinha, vai chover, já fica todo mundo preocupado. Porque toda água que tinha saía, que procuravam seus canais para sair, hoje não sai mais, vem tudo pra o Ilha [para a comunidade]. Você vê que já estamos em outubro e as terras ainda não conseguiram secar. Qualquer chuvinha, hoje não é mais produtiva, hoje é pra dar cheia, é pra encher, porque não tem mais pra onde correr. O impacto ambiental foi sim grande, de área que não tinha enchente e hoje tem. Área que antes era produtiva e hoje é alagada. E eles continuam tapando tudo e fazendo o que bem entendem. Todo mundo viu isso aí [...], morros e morros foram derrubados e foram tudo aterrados, e pra onde vai correr essa água senão pra cá?! Ninguém enxerga por esse lado, só enxerga o progresso, que chegou num sei quantas empresas, num sei quantos armazém pra armazenar. Só enxergam isso! A logística hoje é só empresas! Agora o que tá por trás das empresas? (E01).

Conforme comentado pelo entrevistado, diversas áreas de Suape tiveram morros derrubados para a realização de terraplenagem da região, acarretando em uma série de transformações da paisagem natural. Entre elas, o alagamento de algumas faixas de terra, a ocorrência de enchentes nos períodos chuvosos e a improdutividade de algumas terras para o cultivo. Ademais, o suapense indaga-se sobre que tipo de "progresso" se estabelece na região, em uma evidente constatação de que as transformações que estão ocorrendo não beneficiam a realidade local das comunidades nem ao menos respeitam o ambiente natural.

O entrevistado encerra seu depoimento com uma pergunta retórica: "o que tá por trás das empresas?" Na sua perspectiva, as empresas modificam intensamente a paisagem em

busca de seus interesses e ignoram os anseios coletivos locais. Uma das respostas possíveis poderia apontar para a atuação de um Estado complacente com tais práticas e que se norteia pela força econômica.

O CIPS, por sua vez, aponta a saída das comunidades da região como alternativa para a preservação ecológica:

O reassentamento [realocação das famílias em outros territórios] de todo mundo que tava dentro do território de Suape na área que não podia, ou seja, em área de reflorestamento e a grande maioria, por incrível que pareça, não é industrial, é de zona de proteção ecológica [...], porque as comunidades elas vão se criando, elas vão se expandindo dentro dessas áreas de mata. Então é, assim, uma atividade extremamente predatória, porque não nasce nada onde o cara tá plantando, ele nunca deixa nascer nenhuma mata ali naquela região, ele vai tá sempre derrubando, sempre capinando (D1).

O representante da administração do CIPS justifica a retirada das comunidades da região de Suape como forma de preservação ecológica. Sem citar os impactos das atividades de indústrias e empreiteiras na região, alega que as atividades agrícolas das comunidades são nocivas ao ambiente e questiona a presença de moradores em áreas definidas pelo Plano Diretor do próprio Complexo como Zonas de Proteção Ecológica.

Notam-se contradições no discurso do CIPS. A primeira no fato de que não são evidenciados, na fala do dirigente, os impactos provocados por seus empreendimentos ao meio ambiente, apenas salientam-se os impactos que as comunidades provocam — aparentemente de menor dimensão que os cometidos pelas empresas. E a segunda, que o zoneamento estabelecido para a proteção ecológica foi determinado pela própria administração do Complexo, segundo os objetivos que deseja alcançar e com base em seu planejamento de futuro.

Diante de tal conjuntura, pode-se concluir que o modelo de industrialização engendrado na região não se apresenta tão sustentável quanto prega e não atenta para outro pilar defendido pelo ecodesenvolvimento, que é a eficiência econômica com justiça social (BRÜSEKE, 2003).

Algumas das áreas alagadas, comentadas no discurso do morador do Engenho Ilha, podem ser observadas nas imagens abaixo:

**Figura 12 - Áreas alagadas no Engenho Ilha.**



Fonte: Fotografia tirada por morador da comunidade.

O morador complementa sua fala dizendo que

esses impactos não é só com as levadas que eles fizeram, também os córregos, também as nascentes, porque aqui tinha muitas nascentes de rios, e foram tudo aterradas. Foram áreas que foram aterradas consequentemente. Então o impacto é gritante, embora ninguém enxerguem. E enxergam, né?! Embora não deem o devido valor. O que eles querem é que as empresas se instalem e quem tiver na frente que vá saindo. É isso que "Suape" tem feito (E01).

Verifica-se que diversas atividades de empreendimentos do Complexo trazem consequências ambientais para a natureza da região e, consequentemente, para as comunidades que ali residem. O entrevistado tem noção de que existem interesses de origem econômica por trás dos problemas ambientais e que esses impactos estão sendo ocasionados para que os empreendimentos do Complexo possam se instalar e expandir. Tal contexto traduz o modelo tradicional de desenvolvimento (econômico).

A maneira como as condições naturais estão sendo conduzidas não parece salvaguardar o patrimônio natural, estreitamente ligado à qualidade de vida local e necessário ao desenvolvimento da coletividade e de suas capacidades humanas (VITTE, 2002). A sustentabilidade em sua ampla compreensão não é contemplada: não há real preservação do meio ambiente nem efetivo planejamento social que contemple as necessidades presentes nas comunidades suapenses, e muito menos participação popular nas decisões. O CIPS não aparenta possuir preocupação significativa quanto à conciliação e ao respeito aos interesses sociais da região. Desse modo, torna-se evidente o foco primordial no crescimento econômico e no progresso industrial.

#### 4.4.7 O entendimento do PAC pela comunidade

Os moradores do Engenho Ilha, mesmo aqueles com um nível maior de instrução, não têm discernimento do que seja o Programa de Aceleração do Crescimento. Eles não têm noção da chegada de bilhões de reais em recursos do Programa para projetos na região. O PAC parece algo de outro mundo, ou algo fora de sua realidade.

Mesmo programas mais populares do PAC, como o Minha Casa, Minha Vida, são tidos como algo muito distante. Ao serem questionados sobre tais políticas, percebe-se a falta de informação por parte dos respondentes:

Eu vejo falar na televisão. Não sei nem por onde começa, nem por onde termina (E08).

Conheço não. Vejo passando no rádio esses negócios do Minha Casa, Minha Vida, mas não tenho contato com isso não (E11).

Eu vejo falar, assim, na televisão. Mas não sei não (E12).

Por meio de tais alegações, observa-se certa estranheza dos habitantes com relação a essas políticas públicas. A maioria dos moradores da comunidade ou desconhece o Programa, ou já ouviu falar, mas não sabe do que se trata e/ou o percebe como algo do qual não terá acesso ou direito, algo impossível de lhe promover algum tipo de benfeitoria.

#### 4.4.8 A comunidade e suas expectativas de futuro

Como as categorias conceituais de desenvolvimento e qualidade de vida têm em seu cerne uma projeção para o futuro, procurou-se descobrir quais eram as expectativas de futuro dos habitantes do Engenho Ilha. Entende-se que tais expectativas também possuem relação com a compreensão e as perspectivas que eles possuem no que diz respeito à sua qualidade de vida.

Eis algumas delas:

Eu posso até ter uma preocupaçãozinha se os "homens" quiser tirar a gente de qualquer jeito e não quiser considerar o tempo que nós temos na terra, né! (E04).

A mesma coisa é aqui. O governo chegando e dizendo assim: "eu quero o terreno e vou lhe dar o dinheiro do que você tem aqui", eu vou fazer o quê? Tenho que concordar com ele. [...] Aí vamo vê o que é que é que a gente arruma (E08).

O futuro que a gente queremos aqui é que melhore em si para com todos os assentados. A gente tá sendo aqui ameaçado. Como falei para você, não podemos expandir nada que "Suape" embarga tudo (E12).

Que desse oportunidade, falo aqui dentro, de mecanização de terra, criação de animais, projetos voltados para a comunidade, que houvesse um incentivo na criação de galinhas, na criação de caprinos e bovinos... O que tivesse assim de mais baixo custo para o pobre crescer, que é o que a gente tem pedido (E01).

Eu tenho preocupação com o futuro da comunidade em si, não é só da minha família não. É um estudo, é uma moradia digna, um estudo melhor para nosso futuro. [...] Dá incentivo para o povo plantar [...] (E10).

De uma maneira geral, percebe-se que a dimensão da terra e todas as outras questões a ela relacionadas possuem centralidade nas preocupações da comunidade com o futuro. Como visto, essas preocupações são comumente associadas à difícil relação com o CIPS e ao medo de despejo. Nesse sentido, pode-se concluir que a ameaça à posse da terra se constitui, na verdade, em uma séria ameaça ao próprio futuro dos moradores do Engenho Ilha.

Outra interessante constatação é a de que a menção que fazem ao futuro, muitas vezes, é expressa por meio de uma preocupação com a coletividade, em prol do bem e de melhorias para a comunidade como um todo, não se restringindo a interesses individuais. Essa forma de pensar coletiva dos moradores do Engenho Ilha é um dos fatores que os concebem como uma comunidade (SHORE, 1996) e apresenta-se como uma das características da noção de desenvolvimento local (linha de pensamento do desenvolvimento alternativo), atenta às redes e práticas internalizadas do território, sua identidade e organização própria, assim como a importância com a questão social (TENÓRIO, 2007; GOULART, 2006).

O sentimento de pertencimento e de coletividade parece mostrar que, mesmo inconscientemente, há uma possibilidade de mudança das condições de vida desta comunidade a partir da construção social coletiva direcionada ao que esses indivíduos esperam de sua qualidade de vida (COELHO, 2002).

O impasse surge exatamente quando a ideia de futuro e a lógica de desenvolvimento alternativo presente na noção de coletividade e nos anseios da comunidade esbarram no planejamento estratégico e na perspectiva hegemônica de desenvolvimento do Complexo Industrial Portuário e do Governo do Estado de Pernambuco.

Em entrevista com gestor da Seplag, pode-se compreender quais interesses estão voltados para a região de Suape, os quais influenciam a condução do desenvolvimento da região:

Suape propriamente dito, ele se encaixa em dois objetivos estratégicos [do Governo do Estado], porque ele atende dois tipos de objetivo ao mesmo tempo, um é esse que é consolidar o desenvolvimento, gerar emprego e renda, promover a economia do conhecimento e a inovação. Esse é um dos objetivos. E o outro é aumentar e qualificar a infraestrutura para o

desenvolvimento. Aí só uma diferençazinha pra você entender como é os dois, um seria, por exemplo, eu vou conseguir trazer o estaleiro Atlântico Sul pra cá pra Suape isso vai me dar renda, isso vai me dar emprego, isso vai, como é, movimentar a economia local, tudo isso. E aumentar e qualificar a infraestrutura para o desenvolvimento seria, pra que tudo isso aconteça eu vou construir estradas, construir vias pra facilitar o acesso das pessoas, os fretes, os transportes dos materiais que chegam no porto tudo isso indo pra Suape (G1).

A partir do relato, é possível inferir que o Governo do Estado de Pernambuco é inspirado por uma ideia desenvolvimentista em sua visão de futuro. Persegue o desenvolvimento por meio de uma ótica econômica e de um planejamento que se centram no investimento em infraestrutura e consolidação das atividades industriais e comerciais da região. Espera-se que o aquecimento da economia promova a geração de empregos, aumento de renda e dinamização da economia local. No entanto, observa-se que tais transformações não promoveram melhorias na dinâmica de vida dos territórios da região. Mas se adéquam plenamente aos objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento — entre eles, modernizar a infraestrutura e melhorar o ambiente de negócios —, não à toa a região receber maciços investimentos do Programa.

A concepção de futuro do CIPS segue o mesmo direcionamento e raciocínio: criar ambiente favorável e infraestrutura para que as atividades industriais, navais, portuárias, petroquímicas e comerciais possam crescer, expandir-se e aquecer a economia. Para isso, o Complexo possui um Plano Diretor (plano estratégico) que estipula os rumos que serão dados à região para alcançar seus objetivos, como se pode depreender da fala de um representante da Empresa Suape:

Uma grande vantagem de Suape é que ela sabe onde ela vai chegar, onde a empresa vai chegar no território, até onde o território vai, porque assim é definido dentro da criação, o zoneamento ele é feito em cima, perante as terras que já existem. Então, como Complexo, ele não expande do ponto de vista territorial, ou seja, ele é uma área como uma fronteira de país, ela é finita, é uma área muito restrita, ele pega mais de um município, ele é um espaço territorial finito, então ele sabe que ele tem começo, meio e fim do ponto de vista de ocupação, não do funcionamento das empresas, mas a gente tem um ciclo de ocupação do território, que estamos aí, vamos dizer, 70% dele ocupado. Os 30 % restantes, uma vez que eles sejam equacionados, a gente vai entrar no que eu chamo normalidade. É como o fim da reforma, você vai morar, as pessoas vão estar nos *locais adequados pra moradia*, as áreas de preservação ecológica vão estar preservadas e mantidas, as indústrias vão tá implantadas onde é pra ter indústria, os serviços vão tá implantados onde é pra ter serviços, é como se fosse uma cidade, só que uma cidade onde você sabe exatamente onde cada coisa vai estar. Então essa é a visão futura da gente, a coisa é a gente nessa normalidade, o Complexo vai se desenvolver plenamente, todos os conflitos

vão deixar de existir. [...] o controle, a gestão, a gente ter muito zelo pela visão de futuro que foi implantada aqui pra o complexo (D1, *grifo do autor*).

Pode-se perceber que o Complexo traça em seu planejamento todo o zoneamento de estratégias futuras da região, prevendo sua configuração territorial. De acordo com o relato, serão traçados os "locais adequados pra moradia", em um claro sentido de que a lógica local e a dinâmica das próprias comunidades terão de se submeter aos imperativos do CIPS. Tal evidência aponta uma relação assimétrica de poder na região, em que as atividades industriais e de serviço (como são apontadas na fala) possuem mais força que o poder local (comunidades).

#### **4.4.9 A qualidade de vida da comunidade pela comunidade**

Na seção 2.3 deste trabalho, foi apresentado aquilo que a literatura sobre qualidade de vida apresenta acerca das categorias importantes para se obter, conquistar e/ou promover essa qualidade. Entre as categorias frequentemente encontradas estão: educação, saúde, renda, esgotamento sanitário, moradia, energia elétrica, abastecimento de água, trabalho, transporte coletivo, garantia de direitos civis, satisfação com a vizinhança, intenção de mudar-se, segurança pública (BERNSTEIN, 1996; JANUZZI, 2006; NAHAS, 2005; PEREIRA, GODOI, COELHO, 2012; QUEIROZ, 2009; SACHS, 2008; SEN, 2010). Como também visto por meio de Miles (1996), Leff (2001) e Vitte *et al* (2002), nada melhor que os próprios atores de uma comunidade para descreverem ou elencarem as dimensões que são mais significativas em sua cotidianidade e para suas necessidades. Dessa forma, a partir das categorias fornecidas pela literatura sobre o tema, procurou-se investigar quais dimensões são consideradas pela população do Engenho Ilha como sendo substanciais à sua dinâmica local. Perseguindo esse propósito, constatou-se algo que já se supunha encontrar em campo: que tais dimensões não possuíam o mesmo grau de relevância para a comunidade, sendo algumas mais importantes do que outras para o dia a dia dos moradores. Ademais, descobriu-se outro aspecto interessante: as categorias consentidas pela literatura como imprescindíveis para se promover a qualidade de vida — educação, saúde e moradia — não se encontram todas entre as prioridades da população.

A dimensão **educação** não se mostrou uma preocupação substancial da população. Como dito anteriormente, muitos dos habitantes não possuem estudo. No entanto, têm a preocupação de colocar crianças e adolescentes na escola. Mas só o fato de seus filhos estarem numa instituição de ensino é suficiente para eles. Não há uma atenção mais

substancial com a qualidade do ensino, com a estrutura que as escolas possuem, ou ainda com o acompanhamento que se é dado aos alunos.

A comunidade apresenta uma relação de distanciamento com o aspecto educacional. O pouco conhecimento e nível de instrução da população fazem com que a educação seja encarada como uma obrigatoriedade social que cessa ao matricular seus filhos em uma escola, mas sem o devido discernimento dos benefícios que tal serviço trará. Em consequência, não se estimula uma maior consciência individual e coletiva que os possibilite maior autonomia (SACHS, 2008).

A dimensão **saúde** é valorada por parte da população. Reclamam da falta de unidades de atendimento de saúde, da precariedade das consultas e da inexistência de alguns exames, medicamentos e especialidades médicas. Todavia, uma parcela da população sequer possui algum tipo de acompanhamento médico, e não são estimuladas a isso devido à grande distância dos centros hospitalares, pela ausência de agentes de saúde na região e pela dificuldade de se conseguir vagas para atendimento. O sistema de saúde não consegue atingir seus objetivos primordiais de salvaguardar e dar o suporte necessário à população do Engenho Ilha.

A dimensão **moradia** se apresentou como significativa para a comunidade. Ela está estreitamente ligada à questão da terra: lugar onde vivem, trabalham e plantam e de onde retiram seu sustento e onde reconhecem como pessoas. Mesmo achando que a estrutura de algumas de suas casas apresenta a necessidade de reparos, este fato não é suficiente para deixá-los insatisfeitos. O fato de se sentirem bem e se reconhecerem no local onde vivem (DE PAULA, 2014), somado ao interesse de aprimorarem essas habitações, quando possível, já é sinalizador desta satisfação com o lar. Contudo, esta aparente tranquilidade se transmuta em insatisfação quando se veem impedidos de promover tais melhorias por causa de proibições do CIPS, numa aparente sobreposição de interesses financeiros sobre os sociais (PEREIRA, 2008).

Outra questão relevante para esse corpo social diz respeito à **água**. A maioria do povo não possui acesso à água potável e tem uma série de dificuldades para adquiri-la. A preocupação com a inexistência de uma rede de abastecimento para a comunidade foi bastante comentada nas entrevistas. Além de constituir subsistência básica humana, a água também é imprescindível para a realização de suas atividades agrícolas e de criação de animais; apresenta-se como um serviço público essencial, de interesse geral e de relação estreita com a coesão social (QUEIROZ, 2009), indispensável para o desenvolvimento local.

A comunidade também não possui **esgotamento sanitário**. Mas essa questão não parece trazer incômodo aos habitantes, que apenas comentaram a inexistência do serviço público sem manifestar qualquer descontentamento a respeito, mesmo se tratando de um serviço público que compromete a saúde individual e pública (QUEIROZ, 2009).

A questão da **mobilidade** também foi abordada. A falta de meios de transporte que circulem dentro da comunidade e, principalmente, ligando-a à zona urbana foi alvo de críticas. As regiões mais afastadas do Engenho Ilha permanecem quase isoladas diante da distância da região urbana, onde circulam os meios de transportes públicos. Muitas vezes, essa dimensão impacta e/ou se associa a outras dimensões, como a saúde e a educação. A falta de transportes públicos dificulta o deslocamento até o atendimento hospitalar e à escola. Esse fato, muitas vezes, desmotiva a procura pela rede de saúde e a continuidade nos estudos, pois tanto as unidades hospitalares quanto as escolas localizam-se na zona urbana, ou seja, distantes da comunidade. A falta de mobilidade limita as possibilidades de a população dinamizar seu cotidiano, minimizando suas oportunidades.

A categoria **energia elétrica** foi apontada como uma questão relevante para a dinâmica da comunidade. No entanto, como quase toda a população possui o serviço elétrico (mesmo que não seja legalizado), a insatisfação se concentra mais pela inexistência de iluminação pública e pela não regularização do serviço em toda a comunidade. Tal serviço público apresenta-se como um dos mais significativos, tendo em vista a coesão social que permite e a possibilidade de usufruir dos benefícios da vida moderna.

Os moradores alegam, ainda, que se sentem seguros e satisfeitos com o local onde vivem e com a vizinhança. Desse modo, a questão de **segurança** só se torna crítica em meio à relação destes com o CIPS. Há uma evidente insatisfação da população com as constantes pressões por parte dos "guardas de Suape", que instauram um clima de vigilância constante na região.

Por fim, é a dimensão **terra**, particularmente, que ocupa maior centralidade na percepção do que é significativo para a vida dos moradores do Engenho Ilha. A terra que ocupam se apresenta como a porção de espaço exclusiva em que realizam suas ações (cultivo, trabalho, vida) e na qual encontram sua identidade coletiva. É o local onde cresceram, construíram suas vidas e possuem registros de sua história. É na terra que eles realizam sua vida cotidianamente e é da terra que tiram grande parte de sua renda. Nessa perspectiva, essa centralidade justifica as preocupações desses habitantes com as intervenções do CIPS na região, que modificam a configuração territorial e interferem em sua dinâmica. As principais reclamações da comunidade versam sobre as transformações no território promovidas pela

expansão dos empreendimentos do Complexo e sobre a falta de amparo social na região. Assim, esses aspectos intervêm diretamente em sua qualidade de vida, e a crítica recai sobre a particular racionalidade econômica que passa a ditar os rumos do desenvolvimento na localidade. Os anseios da comunidade podem ser traduzidos em reivindicações por mais ações na área social, por participação popular nos planos futuros para a região, pela compreensão e respeito à lógica territorial comunitária já estabelecida, e pela preservação dos recursos e da paisagem natural da região. Tais aspectos sinalizam o anseio por uma condução do desenvolvimento na região mais inclusiva, uma alternativa ao modelo dominante instalado.

Os suapenses querem deixar de ser coadjuvantes para se tornarem atores ativos em seus territórios. É evidente o receio que esses moradores possuem de perder tais terras e de serem retirados delas. Junto a esse medo, surge a insegurança quanto ao futuro — onde morariam, como seriam realojados, se poderiam continuar a exercer as mesmas atividades e ter a mesma rotina que têm hoje, se seu direito seria respeitado, se as indenizações seriam justas, entre outras.

O que se observa, perante o exposto, é a existência de algumas diferenças de centralidade no que a literatura aponta como sendo as principais dimensões de qualidade de vida e o que a comunidade valoriza em sua cotidianidade. Essas diferenças podem ser observadas no Quadro 14:

**Quadro 14: Dimensões da qualidade de vida apontadas pela literatura x Dimensões significativas para a qualidade de vida do Engenho Ilha.**

PRINCIPAIS DIMENSÕES APONTADAS PELA LITERATURA SOBRE QUALIDADE DE VIDA	PRINCIPAIS DIMENSÕES SIGNIFICATIVAS PARA A COMUNIDADE ENGENHO ILHA
<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Educação</li> <li>⇒ Saúde</li> <li>⇒ Moradia/habitação</li> <li>⇒ Renda</li> <li>⇒ Esgotamento sanitário</li> <li>⇒ Energia elétrica</li> <li>⇒ Abastecimento de água</li> <li>⇒ Trabalho</li> <li>⇒ Segurança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Terra</li> <li>⇒ Posse da terra</li> <li>⇒ Trabalho</li> <li>⇒ Abastecimento de água</li> <li>⇒ Mobilidade</li> <li>⇒ Saúde</li> <li>⇒ Energia elétrica</li> </ul>

Pode se depreender do Quadro 14 que apenas as dimensões trabalho, abastecimento de água, energia elétrica e saúde se encontram tanto nas principais dimensões apontadas pela literatura sobre qualidade de vida, quanto nas principais dimensões que são significativas para o Engenho Ilha. As dimensões mais valoradas pela comunidade, a terra e sua posse, não são referenciadas pela literatura, mas ocupam categoria central na vida desses habitantes, pois estão diretamente relacionadas à funcionalização de suas vidas e ao trabalho que exercem.

Outra modalidade apontada pela população estudada como significativa foi a da mobilidade, indispensável para estabelecer o contato com a região urbana onde, por exemplo, podem ter contato com serviços importantes para si — como é o caso da saúde.

Apesar de serem referenciadas por diversos estudiosos e por muitos indicadores de qualidade de vida, as dimensões educação, moradia/habitação, renda, esgotamento sanitário e segurança não foram elencadas entre as principais preocupações do Engenho Ilha sobre aquilo que é essencial a suas vidas.

A partir do observado na pesquisa de campo e das análises das entrevistas, podem-se elencar as categorias quanto ao seu nível de satisfação, como exposto no Quadro 15:

**Quadro 15: Níveis de satisfação da comunidade Engenho Ilha com relação às categorias de qualidade de vida.**

SATISFEITOS	NÃO SATISFEITOS	INDIFERENTES	INSATISFEITOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Moradia</li> <li>⇒ Vizinhança</li> <li>⇒ Terra</li> <li>⇒ Trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Saúde</li> <li>⇒ Renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Educação</li> <li>⇒ Esgotamento sanitário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Posse da terra</li> <li>⇒ Relação com o CIPS</li> <li>⇒ Abastecimento de água</li> <li>⇒ Mobilidade</li> <li>⇒ Energia elétrica</li> </ul>

É possível perceber, a partir do Quadro 15, que há um parcial equilíbrio entre a divisão das categorias quanto ao nível de satisfação. Com exceção das dimensões trabalho, terra e saúde — analisadas com satisfação pela comunidade —, as principais categorias apontadas como significativas pela maioria dos moradores são aquelas com as quais eles se encontram insatisfeitos, possivelmente por serem essas instâncias que mais interferem em sua dinâmica diária atual. Os habitantes se apresentam insatisfeitos diante da questão da posse da terra; com a relação que estabelecem com o CIPS; com a inexistência de uma rede de abastecimento de água e de transmissão de energia elétrica regularizada para as residências; com a falta de iluminação pública e de transporte público dentro da comunidade; e com a falta de incentivos às suas atividades laborais de cultivo e criação de animais.

Por outro lado, as demais categorias — não apontadas como centrais — dividem-se entre os níveis de satisfação, de não satisfação e de indiferença. A maior parcela dos habitantes do Engenho Ilha está satisfeita com sua moradia e com a vizinhança. Como já mencionado, também há satisfação nos quesitos terra (identificação com o território em que ocupam e se relacionam) e trabalho (desempenhado na terra). Grande parte dos moradores não está satisfeita com o serviço de saúde e com a renda mensal que possui. Apesar da inexistência do serviço público para a localidade, foi constatado que a categoria esgotamento sanitário é indiferente para essa população, não causando expressiva influência sobre a

dinâmica de suas vidas. Outrossim, a educação também foi percebida com indiferença através dos relatos dos habitantes.

Depreende-se que a qualidade de vida desta população está diretamente relacionada com a liberdade e a tranquilidade de poder usufruir da terra onde vive, cultivando-a da forma que lhe aprouver, podendo desfrutar das possibilidades que o território pode lhe trazer e de vivenciar o trabalho onde se reconhece e se torna útil. Os moradores aparentam estar satisfeitos com relação à tranquilidade e ao local onde vivem; não demonstrando, por exemplo, interesse de sair da região.

No que tange à qualidade de vida do Engenho Ilha, percebe-se, também, uma recorrente comparação dos habitantes da comunidade (zona rural) com as áreas da zona urbana. Esta serve de referência para que os moradores percebam os serviços públicos que não são ofertados a eles, mas concedidos em regiões próximas. Tal comparação pode apontar o *apartheid* social (BUARQUE, 1993) provocado pelo Estado em algumas regiões, em detrimento de outras que aparentemente não estão na rota dos investimentos públicos e do interesse governamental.

A relação entre esses investimentos, a qualidade de vida da comunidade e o modelo de desenvolvimento conduzido na região será discutida no tópico seguinte.

## **4.5 O PAC, a qualidade de vida e o desenvolvimento em Suape**

Do mesmo modo como outros programas e planos do Governo Federal destinaram recursos à consolidação industrial em Suape, o PAC representa a materialização da orientação da política do Estado na condução do desenvolvimento nacional, que também influencia a direção do desenvolvimento a nível local.

Os recursos originários do PAC investidos em Suape têm, primordialmente, modernizado a infraestrutura, criando os alicerces necessários ao aquecimento dos negócios e à circulação de capital na região, tornando o Complexo um próspero ambiente de negócios. De acordo com um dos dirigentes da Empresa Suape, por meio de entrevista, o CIPS funciona como um "ímã de novos investimentos" (G1). Os financiamentos que adentram a região vêm incrementar a infraestrutura, servindo ao principal objetivo do grande empreendimento: consolidar a expansão industrial e impulsionar novas cadeias produtivas.

O direcionamento de investimentos para o CIPS pode acontecer de maneira proativa ou reativa, ou seja, tanto pode partir do Governo Federal, querendo criar ou estimular cadeias produtivas na região, quanto pode originar-se da própria administração do Complexo com

foco na implantação de novas indústrias e no estímulo à atividade portuária. As ações reativas promovidas pela Empresa Suape, intermediadas muitas vezes pelo Governo do Estado, visam conseguir investimentos públicos e privados que fortaleçam e concretizem o desenvolvimento econômico e produtivo da região.

A efetividade do PAC não deve ser medida apenas por sua capacidade de prover recursos que mantenham ou alavanquem a circulação de capital, precisa avaliar também o nível de compromisso que o programa possui com os cidadãos afetados direta e indiretamente com as transformações promovidas por essa política.

Com cerca de 2/3 dos investimentos do PAC para o Estado de Pernambuco destinados a empreendimentos em Suape — dados referentes aos anos de 2011 a 2014 (BRASIL, 2014a) —, verifica-se que o Estado adota uma postura de "apêndice-reflexo dos anseios econômicos" (POULANTZAS, 1985, p. 18), negligenciando o desenvolvimento do contexto territorial/local. Tais investimentos do PAC concentram-se principalmente nas áreas de marinha mercante, portuária, petrolífera, de gás natural, de usinas termelétricas e de transmissão de energia — necessárias às atividades dos negócios em operação ou em fase de instalação — e traduzem o direcionamento do desenvolvimento estimulado na região, o qual prioriza fatores econômicos em detrimento da configuração territorial e dos anseios sociais.

O crescimento do PIB da região e do estado pernambucano como um todo não refletiram em melhores condições da população suapense, muito menos em reformas sociais que garantissem melhores condições de vida e respeito à dinâmica territorial das áreas habitadas na região. Os investimentos que visam à eficácia do sistema de produção não são suficientes para promover a melhoria da qualidade de vida da população local e garantir seu desenvolvimento social. Pelo contrário, reforçam a assimetria de poder existente entre o CIPS e as comunidades autóctones da região.

A partir da análise dos quadros 8 ao 13 (apresentados na seção 4.2, Investimentos do PAC na região de Suape) pode ser percebida a desproporção de recursos que são disponibilizados para o setor infraestrutural e de negócios em comparação àqueles relacionados à melhoria da qualidade de vida da população. Enquanto os investimentos para os primeiros são alçados em bilhões de reais, para o propósito das melhorias sociais foram liberados recursos aos milhões (BRASIL, 2014). O cerne do problema não está especificamente no montante que o Estado disponibiliza de recursos públicos para projetos estruturantes e para o aquecimento da área de negócios, e sim a debilidade em seu compromisso com a população local e com os benefícios sociais (em saúde, educação,

saneamento, mobilidade, abastecimento energético e de água, direito à terra, etc.) por ela requeridos.

O problema na efetividade dos investimentos alocados na região suapense é justamente a não melhoria da qualidade de vida da população da região. Apesar de possuir entre seus objetivos essa meta (BRASIL, 2007), a observação do destino dos recursos do programa federal na região revela que essa promoção não é realizada. Pelo contrário, a maneira como tais investimentos são distribuídos robustecem as atividades industriais e as cadeias de negócios na região, e estas ameaçam os territórios vividos lá localizados.

Os eixos do Programa ligados ao social parecem não ter atingido seu objetivo na localidade. Segundo verificado na pesquisa de campo, não foram promovidas ações de infraestrutura social e urbana, como o saneamento da região (Eixo Cidade Melhor); não foi ampliada a oferta de serviços sociais, como a ampliação da rede de saúde, a aproximação e/ou expansão da rede educacional até a localidade (Eixo Comunidade Cidadã); a região da comunidade continua sem sinais de urbanização (Eixo Minha Casa, Minha Vida); o acesso à água e à energia elétrica não são universalizados (Eixo Água e Luz para Todos) (PAC, s.d.; BRASIL, 2014).

O fato é que inexistem equidade de oportunidades na localidade. A comunidade é excluída do processo de planejamento da região e pouco se beneficia com os investimentos do PAC. A funcionalidade de Suape se estabelece a partir dos ditames do capital, e as políticas públicas estão cada vez mais comprometidas com o crescimento econômico do que com a inclusão social. O grande beneficiário dos investimentos do Programa à região é o empresariado. Isso porque as transformações ocorridas na área industrial e de negócios aquecem a produção e as transações comerciais, estimulando a diversificação e o crescimento das cadeias produtivas. Nesse mesmo contexto, o avanço desses empreendimentos necessita de espaço para expandirem e se deparam com as comunidades autóctones da região. Mesmo que indiretamente, os valores administrados pelo Estado têm interferência substancial nessa disputa de interesses e munem as forças produtivas de maiores recursos e, conseqüentemente, poder para funcionalizarem o espaço a partir de seus interesses.

Através dos investimentos adquiridos, os empreendimentos passam a inserir a região na lógica mercantil que domina o sistema econômico mundial, e o território passa a servir à dinâmica econômica. O imperativo financeiro começa a sobrepor as relações sociais que já existiam na localidade e a interferir na dinâmica territorial.

Os investimentos do PAC na região servem maciçamente ao fortalecimento da industrialização, do acúmulo de capital e de progresso técnico. A industrialização caracteriza-

se como o principal meio de desenvolvimento regional, configurando uma miopia da administração pública que não consegue — ou não se esforça para — entender a complexidade das relações que se estabelecem sobre o território suapense.

A consequência desse contexto é que, mesmo depois de mais de 35 anos, a situação das comunidades na região permanecem semelhantes à pesquisa censitária familiar realizada em 1978 (MOTTA, 1978): ainda não há esgotos, nem coleta de lixo diária; não existem escolas na região, nem a sinalização de uma real preocupação pública com a promoção da alfabetização popular; e o acesso à rede educacional e aos serviços de saúde é dificultoso. O que muda é o espírito de comunidade. Mesmo com parte da população local acreditando não ter poder de mudança com relação às desigualdades estruturais de que é vítima, a comunidade possui um senso de identidade e de valores que une seus membros, e as relações não são mais fracas e desorganizadas como outrora.

Percebe-se uma clara distinção quando se compara a região do Engenho Ilha e demais comunidades de vida de Suape com a área onde se concentra o CIPS. Evidencia-se o que Nahas (2005) chama de "*ilhas de bem-estar*" rodeadas por um "*mar de pobreza*", na tentativa de distinguir duas realidades tão próximas e tão diferentes. Por meio de dados quantitativos, o fluxo financeiro que é movimentado na região repassa a estranha ideia de que se promove uma mudança expressiva em toda a região, quando o que acontece na realidade é a concentração de oportunidades e investimentos nas "*ilhas de bem-estar*" ou zonas de atração de capital (NAHAS, 2005).

Reproduzindo a ideia de Motta (1978, p. 49), os suapenses continuam sendo mais objetos do que sujeitos no processo de transformação da região de Suape, tendo suas possibilidades democráticas reduzidas em nome do progresso econômico.

Também é oportuno observar que os próprios habitantes da região de Suape não reconhecem mais a região com esse nome. *Suape* passou a ser sinônimo do Complexo Industrial Portuário na localidade instalado, mas que não ocupa sozinho toda a região, dividindo-a com milhares de famílias em suas respectivas comunidades.

A maioria dos moradores do Engenho Ilha e de outras comunidades da região temem a possibilidade de chegar o dia em que serão retirados de suas terras e, principalmente, a probabilidade de não serem indenizados como deveriam ou de não serem compensados com o suficiente para recomeçar uma vida que lhes permita as condições e a cotidianidade que têm hoje no território, no qual plantam, colhem, criam animais. Esse contexto estabelece um estado de insegurança e apreensão constante, que impacta negativamente em sua qualidade de vida.

Além disso, é perceptível a falta de trato e de interesse na inclusão das populações locais, observadas por meio da ausência de serviços essenciais e pela canalização dos investimentos públicos (grande parte deles originários do PAC) a empreendimentos do capital privado. Sinaliza-se uma não efetividade dos direitos sociais e do Programa pelo fato de as instâncias públicas de poder (Governo Federal, Estadual e Municipal) não promoverem equidade e justiça social no tratamento à população local, cedendo primordialmente às pressões econômicas.

Ao se observarem os destinos que são dados aos investimentos do PAC para a região de Suape, percebe-se que a presente condução do desenvolvimento na localidade possui um caráter materialista e hegemônico, privilegiando os empreendimentos do Complexo Industrial Portuário lá instalado e negligenciando a autonomia e a dinâmica territorial das comunidades. As transformações na região de Suape, mediante o avanço dos empreendimentos, têm desgastado as condições de vida da população local e dificultado sua vivência no território.

## 5 Considerações finais

---

O desenvolvimento alternativo se baseia na ideia de lidar com a economia como parte integrante e dependente da sociedade, submetendo os fins econômicos à proteção e aos imperativos não econômicos. O presente estudo foi fundamentado com base nessa perspectiva, criticando as políticas de desenvolvimento que se baseiam estritamente sob a égide da racionalidade econômica, provocando desigualdade e exclusão. Não se nega aqui a ideia de crescimento econômico — critica-se sua condução dissociada das esferas social, política, cultural e natural, essenciais à dinâmica da sociedade. A partir dessa percepção, entende-se que as políticas e ações do Estado devem ser formuladas e implementadas com vistas a compreender a multidimensionalidade do vivido, assegurando as condições de vida e as relações estabelecidas nos organismos sociais.

No contexto estudado, foram analisados os recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento alocados em Suape almejando compreender como estariam relacionados à qualidade de vida do Engenho Ilha (comunidade autóctone da região), já que um dos objetivos do Programa consiste em elevar a qualidade de vida da população.

Para tanto, a presente pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa, a fim de produzir um estudo qualitativo básico ou genérico. Os dados referentes aos investimentos do PAC em Pernambuco foram retirados do *10º Balanço do PAC 2* no estado. Já a descrição da comunidade autóctone selecionada e a compreensão de sua qualidade de vida foram realizadas mediante pesquisa de campo, na qual além do recurso de observação foram feitas entrevistas com moradores e representantes locais. Ademais, efetuaram-se entrevistas com representante do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) e da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Pernambuco (Seplag) com o propósito de entender a condução do desenvolvimento da região a partir dos investimentos públicos nela alocados.

Apesar de possuir entre seus propósitos a elevação da qualidade de vida da população, constatou-se que o PAC, como a própria denominação o anuncia, trata-se de um programa do Governo Federal direcionado a promover crescimento essencialmente. O objetivo relacionado com a qualidade de vida mais parece ser um compensador que qualifica o Programa com uma meta social do que realmente reflete uma prioridade que influencie na condução do desenvolvimento nacional pelo Estado. Os demais objetivos — "modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento e aperfeiçoar a gestão

pública" (BRASIL, 2007) — demonstram a real proposição desta política, que é impulsionar o crescimento econômico.

Dessa forma, o modelo de desenvolvimento econômico e o imperativo da modernidade influenciam a condução macro desse conjunto de políticas, exercendo influência sobre as transformações e sobre a configuração do desenvolvimento em escala local.

O desenvolvimento promovido com a assistência desses investimentos do PAC em Suape (PE) vem provocando a exclusão das comunidades autóctones tanto do processo político sobre o território quanto sobre os direitos sociais, econômicos, coletivos e culturais que possuem como cidadãos. A fim de resistir às ações e à expansão da grande estrutura de poder que tem o Complexo, tais comunidades tentam se organizar coletivamente e estabelecer redes de interesses comuns que possibilitem defender sua configuração territorial e seus direitos à terra.

Com relação aos conflitos entre posseiros das comunidades autóctones suapenses e o CIPS, os investimentos provenientes do PAC fortalecem a parcela dos atores que detêm os meios de produção e estão ligados às atividades industriais e comerciais na região. As políticas de macro alcance, como o PAC, têm o poder de redesenhar a dinâmica de territórios. Essa evidência pode ser encontrada e exemplificada ao se analisar o Engenho Ilha.

Com base nas observações sobre a região e nos dados coletados, depreende-se que não se promove seu desenvolvimento social nem mudanças que garantam os direitos à vida dos atores sociais frente às incertezas do mundo econômico. Não são respeitadas a identidade e a organização territorial das populações que nela vivem. Espaços de herança histórica são desconfigurados em prol de estratégias desenvolvimentistas centradas no incremento estrutural e industrial. O projeto de progresso econômico nacional, conforme almejado pelo Governo, não tem trazido a compensação social e a melhora substancial nos padrões distributivos da região de Suape. Ademais, não tem alcançado o objetivo do Programa que visa elevar a qualidade de vida da população e diminuir suas desigualdades (BRASIL, 2007).

Constata-se que não é suficiente acelerar o crescimento para se promover a melhoria de vida da população. O modelo de desenvolvimento hegemônico, baseado exclusivamente nos ditames econômicos, promove muito mais exclusão, concentração de renda e de interesses do que melhoria da qualidade de vida da população. A máxima de que o crescimento e a dinamização da economia e das relações comerciais irão reverter-se na melhoria das condições de vida dos cidadãos não é garantida. O que se pode depreender do exemplo verificado em Suape é que fatores macroeconômicos, baseados em níveis agregados, não são

suficientes para promover a socialização do desenvolvimento e não refletem os interesses dos atores em nível local, desconfigurando muitas vezes sua dinâmica territorial.

Ademais, pode ser evidenciado como as políticas públicas — a exemplo do PAC —, através de seus investimentos, podem direta e indiretamente influenciar a condução do desenvolvimento numa região e transformar a realidade e a conjuntura local, refletindo a orientação que o Estado vem dando ao desenvolvimento nacional. Na realidade analisada, os recursos do PAC investidos em Suape ampliam a assimetria de poder no conflito entre o CIPS e as comunidades autóctones da região, fortalecendo o poder de transformação do primeiro sobre o território em que vivem as segundas. Nessa zona de distintos interesses são privilegiadas atividades infraestruturais, industriais, portuárias e petroquímicas a fim de fomentar a esfera econômica pernambucana.

A população local também se sente preterida dentro da dinâmica política promovida pelo município e pelo Estado. Essa insatisfação pode ser verificada na fala de um morador:

Na verdade essa Comunidade do Engenho Ilha nem existe! [...] Aos olhos do poder público, a gente não existe. É como se fossemos invisíveis. [...] Entra governo, sai governo, e a gente não existe ali dentro. Olhe, eu já corri atrás de tanto político para ter apoio. Apoio! Eu só queria apoio. Não queremos que solte dinheiro, não queremos que dê dinheiro, não queremos nada. Só queremos que tu diga assim: "olha, essa comunidade existe!, tá sofrendo!, tá ali!" (E01).

A falta de oportunidades da qual os habitantes do Engenho Ilha se queixam e a ineficiência/inexistência dos serviços públicos refletem que a sua qualidade de vida precisa se ampliar e substantivar. É necessário que o Estado esteja preocupado em perceber quais são as reais necessidades de seus cidadãos, o que se faz necessário para promover o desenvolvimento social e o local. Uma alternativa pode ser a abertura desse Estado à participação desses outros atores, a fim de descentralizar o planejamento de como o processo de desenvolvimento será conduzido para que se possa incluir, ao invés de excluir, que se consiga disseminar ao contrário de concentrar, e que se socialize em oposição à política de privilégios.

De acordo com a percepção dos atores estudados, os investimentos que adentram Suape estão mais preocupados com a infraestrutura que beneficie o CIPS e as empresas que dele fazem parte, ou que com ele travem parcerias, do que com as reformas almejadas pela população local.

Evidencia-se, então, que a expansão dos empreendimentos e das atividades em Suape, assim como a circulação econômica por ela estimulada, não resulta na melhoria da qualidade

de vida dos moradores daquela região. Tais habitantes possuem a significação de suas vidas centradas na terra, e esta mesma terra é o principal alvo das transformações que o CIPS promove na região. Transformações estas fortemente financiadas com recursos do PAC. Em decorrência disso, a população do Engenho Ilha vive em meio à insegurança e a diversas carências — de água, de transporte público, de saneamento, etc. —, tendo seu modo de viver e o território em que vivem e sobrevivem constantemente desrespeitados.

No momento em que situações como a da comunidade Engenho Ilha — e tantas outras situadas no território de Suape — forem vistas com a estranheza que as caracteriza e chamar a atenção da opinião pública para a supressão de seus direitos à vida em favorecimento do crescimento e expansão de um Complexo Industrial Portuário, a sociedade estará pronta para se transformar e trilhar um caminho de inclusão e de valorização social, que promova, por conseguinte, um desenvolvimento alternativo. Apenas quando a questão humana for colocada como a prioridade é que se promoverá justiça social e trabalhar-se-á, imparcialmente, em prol da melhoria de vida de sua população.

A compreensão sobre a qualidade de vida da comunidade Engenho Ilha deve constituir-se em instrumento transparente, consciente e compreensível, auxiliando no planejamento das políticas públicas e servindo de empoderamento da sociedade civil diante das atividades do poder público. Acredita-se, portanto, que esta dissertação pode servir de instrumento para o entendimento da realidade das comunidades de vida da região de Suape e, assim, vir a ser utilizada pela população local como documento formal explicativo de sua vivência e realidade.

## Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALVES, Everton Fernando. Qualidade de vida: considerações sobre os indicadores e instrumentos de medida. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**. Ponta Grossa/PR, v. 03, n. 01, jan./jun. 2011, p.16-23.
- ANDRADE, Wanessa. Complexo Industrial de Suape (PE) atrai investidores de outros países. **Jornal da Globo**. 30 ago. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/08/complexo-industrial-de-suape-pe-atrai-investidores-de-outros-paises.html>>. Acesso em: 04 abr. 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1 ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e atual. Coimbra/Portugal: Edições 70, 2014.
- BERNSTEIN, Henry. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.); GELLNER, Ernest; NISBET, Robert; TOURAINE, Alain (Coord.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Estado governo sociedade**. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1987
- BRASIL. Governo Federal. **10º Balanço do PAC 2 (2011 - 2014)**: Pernambuco. 2014.
- \_\_\_\_\_. BNDES. **BNDES e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2008. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atualizacao/Infraestrutura/pac.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Infraestrutura/pac.html)>. Acesso em: 26 de junho de 2014.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Programa de Aceleração do Crescimento**: 2007 - 2010. Brasília, 22 de janeiro de 2007. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/pronunciamentos/apresentacoes/2007/070122\\_PAC\\_medidas\\_institucionais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/pronunciamentos/apresentacoes/2007/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 7.783/89, de 28 de junho 1989.
- BRASIL fica em 46º lugar em novo índice que mede a qualidade de vida. **G1.com**, São Paulo, 04 abr. 2014b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/brasil-fica-em-46-lugar-em-novo-indice-que-mede-qualidade-de-vida.html>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Curso de Desenvolvimento Econômico, Fundação Getúlio Vargas, 2 de março de 2006.
- BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4

ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Sociais (INPSO); Recife: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 2003.

BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, nº 31, dez. 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000300008>>. Acesso em: 1 jul. 2014. Não paginado.

CARDOSO JR., José Celso (Coord.). **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. 3 v. Brasília: IPEA, 2009.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CARVALHO, Cristina Amélia; GAMEIRO, Rodrigo; DOURADO, Débora Paschoal. Do PVC à economia da cultura: uma análise das políticas públicas de cultura dos governos progressistas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - POLÍTICAS CULTURAIS, IV, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 16 a 18 out. 2013.

CARVALHO, Alysson *et al.* **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. **Desenvolvimento e dependência no Brasil**: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Município do Rio Grande (RS). 2014. 244 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre-RS, 2014.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais e qualidade de vida. In: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (Org.). **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em Administração**. Tradução Luciana de Oliveira da rocha. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson *et al.* (organizadores). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DE PAULA, Fernanda Cristina. Repensando o Território: discutindo a categoria de território vivido. In: **Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, II**. Universidade de São Paulo. 9 a 12 de nov. 2009. *Anais eletrônicos...* São Paulo: ENHPG, 2009. Disponível em: <<http://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/fernanda-cristina-de-paula.pdf>>. Acesso: 26 fev. 2014.

DOMINGUES, Edson Paulo; MAGALHÃES, Aline Souza; FARIA, Weslem Rodrigues. Infraestrutura, crescimento e desigualdade regional: uma projeção dos impactos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 39, n. 1, p. 121-158, 2009.

ENGENHO ILHA. Disponível em:

<[http://populacao.net.br/populacaoengenhoilha\\_cabodesantoagostinho\\_pe.html#](http://populacao.net.br/populacaoengenhoilha_cabodesantoagostinho_pe.html#)>. Acesso: 15 dez. 2014.

FERNANDES, Valdir. A racionalização da vida como processo histórico : crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **CADERNOS EBAPE**, v. 6, n. 3, set. 2008.

FISCHER, Tania. Poderes Locais, desenvolvimento e gestão - Introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tania. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador/BA: Casa de Qualidade, 2002.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

\_\_\_\_\_. **Análises do Modelo Brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GODOY, Arilda Schmidt. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Gestão.Org** (Revista Eletrônica de Gestão Organizacional), v. 3, n. 2, maio./ago. 2005, p. 80-89.

GOMIDE, Alexandre de Á. Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas. **Texto para discussão: IPEA**, Brasília, n.960, p. 1-33, julho, 2003.

GOULART, Sueli. Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE**, v. IV, n.03, Outubro 2006.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2011.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3. ed., 2ª impressão. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

KARRUZ, Ana Paula; KEINERT, Ruben Cesar; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. O processo de construção do Observatório da Qualidade de Vida de Santo André: identificação e superação de desafios. In: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula

(Org.). **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula; KARRUZ, Silvia Maria. Sistemas locais de informação e a gestão pública da qualidade de vida nas cidades. In: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (org.). **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado do bem estar social na idade da razão**: A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de; VIEIRA, Ricardo Sérgio Gomes. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. **Organizações em Contexto**. ano 5, n. 10, jul./dez. 2009.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACEDO, Gabriella Abalém Tronconi Campos. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**: natureza, impactos e dinâmica regional. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

MADEIRO, Gustavo. A história do conceito de desenvolvimento e a ascensão das associações civis. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 4 a 7 set. 2011.

MARCONDES, Alice. Porto de Suape deve crescer 9,5% ao ano até 2031. **Carta Capital**. São Paulo, 28 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/porto-de-suape-deve-crescer-9-5-ao-ano-ate-2031-9165.html>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education**. Rev. and expanded. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MILES, Ian D. Qualidade de vida. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.); GELLNER, Ernest; NISBET, Robert; TOURAINÉ, Alain (Coord.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MISOCZKY, Maria Ceci; GOULART, Sueli; MORAES, Joysi. A ditadura do discurso do desenvolvimento em questão: das críticas proscritas a concepções emergentes. Oficina. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, VI, 2010, Florianópolis/SC. **Anais...** Florianópolis/SC: EnEO, 23 a 25 de maio de 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete

(org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTTA, Roberto. **O povoado de Suape**: economia, sociedade e atitudes. Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial Portuário de Suape, out. 1978.

NAHAS, Maria Inês P. Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil: enfoques conceituais, espaciais e metodológicos envolvidos na mensuração e monitoramento da qualidade de vida urbana para formulação de políticas públicas. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XI, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR, 23-25 mai. 2005.

NOSSO Eldorado. **Jornal do Commercio**. Seção Documento Suape 2011. Recife, 2011. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/especial/suape/eldorado.html>>. Acesso: 27 mar. 2014.

PAC. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

PEREIRA, Júlia Cristiane Schultz Pereira; GODOI, Christiane Kleinübing; COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima. Qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis: um estudo etnográfico. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 6, n. 14, p.159-177, mai./ago. 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; *et al* (org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PÉREZ, Mercedes Sola; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. Desenvolvimento e Conflito Territorial - Primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape-PE, Brasil. **Revista de Geografia** (UFPE), v. 29, nº 2, 2012.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PREFEITURA do Cabo de Santo Agostinho. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente/Superintendência de Planejamento e Projetos. **Mapa Escolar da Divisão de Bairros do Município**. Mar. 2012.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2 ed. rev. atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2009.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. (Folha Explica)

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilasio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHORE, Cris. Comunidade. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.); GELLNER, Ernest; NISBET, Robert; TOURAINÉ, Alain (Coord.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SILVA, Iraneide Pereira da; MENDES, Diego Costa. Trabalho e Subjetividade: uma discussão à luz do trabalho na contemporaneidade. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, I, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SBEO, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Nunes da. **Do pensar ao agir**: a participação na "teia" para a (re)construção da política pública cultural no município de Olinda. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007. 112 p.

SILVA, Anielson Barbosa da; ROMAN NETO, João. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: GODOI, Christiane Kleinnübing; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schmidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz da (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVEIRA, Karla Augusta. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas: questões temáticas de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, pp. 11-24, jul./dez. 2003.

SUAPE INSTITUCIONAL. Disponível em:  
<<http://www.suape.pe.gov.br/institucional/institucional.php>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

TENÓRIO, Fernando G. (org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

THE WHOQOL GROUP. The World Health Organization Quality of Life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science and Medicine**, Leicester, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995.

VEIGA, José Eli da. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: SILVA, Josué Pereira da. **André Gorz e seus críticos**. São Paulo: Annablume, 2006.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIEIRA FILHO, Manoel Pedro. **Qualidade de vida das comunidades nativas em Suape**: um estudo qualitativo a partir das transformações territoriais. Relatório Final de Atividades de Iniciação Científica PIBIC/UFPE/CNPq. 2013.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI. In: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (org.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

VITTE, Claudete de Castro Silva; *et al.* Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. In: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (org.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

## **APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista com moradores da comunidade Engenho Ilha**

### **ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

#### **PESQUISA DA DISSERTAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NA COMUNIDADE ENGENHO ILHA (Suape/PE)**

Conceituação sobre Qualidade de Vida: amplia-se e substantiva-se no modo como as pessoas vivem, nas oportunidades que lhes são dadas para levar uma vida digna e na satisfação de suas necessidades (SEN, 2010, p. 40-41).

Data:

Localidade:

Entrevistado nº \_\_\_\_

Nome:

Posição na comunidade:

Ocupação:

- |                    |                                |                  |
|--------------------|--------------------------------|------------------|
| (1) agricultor     | (4) Emprego formal/assalariado | (7) Desempregado |
| (2) pescador       | (5) Emprego formal/autônomo    |                  |
| (3) produtor rural | (6) Outro                      |                  |

Renda Individual (em salários mínimos): \_\_\_\_

Renda Familiar (em salários mínimos): \_\_\_\_

1 - Você é feliz? O que poderia lhe trazer mais felicidade/satisfação?

2- Para você, o que é essencial para que se satisfaçam as necessidades e possibilite uma vida digna - Qualidade de Vida - para a comunidade?

- (1) educação
- (2) saúde
- (3) moradia/habitação
- (4) trabalho
- (5) saneamento
- (6) mobilidade
- (7) água/energia
- (8) alimentação
- (9) outros

3 - Você acha que existe qualidade de vida na comunidade?

4 - Os dados divulgados pelas mídias mostram que diversos investimentos estão sendo realizados na região de Suape. Como isso tem impactado, melhorado e/ou transformado a realidade da comunidade?

5 - Como as ações governamentais (políticas públicas, políticas sociais) poderiam ser mais eficazes na realidade de vocês?

6 - Quais as áreas que precisam de maiores investimentos?

*Com base nos últimos 8 anos, como você enxerga que se encontram as condições dos elementos e/ou categorias a seguir em relação ao dia a dia da comunidade Engenho Ilha:*

#### **Educação:**

7 - Houve algum investimento em educação nas redondezas (construção de pré-escolas, creches, centros de artes e esportes)?

8 - Houve melhora no nível de alfabetização e/ou escolaridade dos habitantes da comunidade?

9 - Como é o acesso à escola/faculdade/universidade?

10 - Como é a infraestrutura das escolas que as crianças e os adolescentes frequentam?

#### **Infraestrutura**

11 - Onde você mora, possui saneamento (água encanada, água tratada, esgotamento, coleta de lixo)? Os serviços são constantes?

12 - Tem acesso a telefonia (fixa, pública ou móvel)?

13 - O que tem mudado nos últimos 8 anos com relação ao fornecimento de energia elétrica? (Possui? É constante?)

#### **Mobilidade**

14 - Sua rua é pavimentada?

15 - A comunidade possui transporte público disponível?

#### **Habitação/Moradia**

16 - Você tem residência própria?

17 - Quais são as condições de moradia dela?

18 - É satisfeito com sua moradia?

19 - Tem pretensão de se mudar?

**Saúde**

20 - Você tem acesso à rede de saúde e seus serviços (assistência médica, assistência odontológica, medicamentos, vacina, serviço de ambulância)?

21 - Houve algum investimento em saúde nas redondezas (construção, reforma, existência de posto de saúde, UPA, hospitais)?

22 - Houve melhoria nos serviços de saúde para os habitantes da comunidade?

23 - A visita do agente de saúde é frequente?

**Outras**

24 - Chega algum recurso do Programa Minha Casa, Minha Vida para a região?

25 - Quais são as maiores preocupações da comunidade com o futuro dela?

## **APÊNDICE B: Roteiro de entrevista com representante do CIPS**

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO CIPS

1. De acordo com alguns noticiários, o CIPS é a redenção da nova economia pernambucana (JORNAL DO COMMERCIO, 2011) e locomotiva do desenvolvimento pernambucano (SUAPE INSTITUCIONAL, s.d.). Como a administração do CIPS compreende o conceito de desenvolvimento?
2. E qualidade de vida?
3. Segundo o *10º Balanço de Atividades do PAC 2* em Pernambuco (2011–2014), dos 64 bilhões de reais em investimentos do Programa no Estado de Pernambuco, mais de 42 bilhões foram destinados a obras/empreendimentos no CIPS. Como acontece o processo de decisão sobre as solicitações de recursos do PAC para o CIPS?
4. De que forma os recursos advindos do PAC são alocados na região? Que objetivos norteiam essa decisão?
5. Quais os planos de desenvolvimento que o CIPS tem para a região de Suape?
6. De que maneira o CIPS vem garantindo a qualidade de vida das comunidades enquanto tantas mudanças tem sido implementadas? Elas têm sido suficientes? Há planos de outras ações quanto à qualidade de vida delas?
7. Como o Estado se posiciona em relação aos conflitos territoriais, noticiados por algumas mídias, existentes na região de Suape?
8. Quais são as práticas de responsabilidade social do CIPS com as comunidades locais?

## **APÊNDICE C: Roteiro de entrevista com representante Seplag**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO**

1. Como o Governo do Estado de Pernambuco compreende o conceito de desenvolvimento?
2. E qualidade de vida?
3. Como acontece o processo de decisão sobre as solicitações de recursos do PAC para o Estado?
4. Como o Governo decide sobre a alocação dos recursos advindos do PAC? Que objetivos norteiam essa decisão?
5. Qual o intuito da alocação de recursos do PAC na região de Suape?
6. Quais os planos de desenvolvimento que o Estado tem para a região de Suape?
7. De que maneira o Estado vem garantindo a qualidade de vida das comunidades enquanto tantas mudanças têm sido implementadas? Elas têm sido suficientes? Há planos de outras ações quanto à qualidade de vida delas?
8. Há participação da população local suapense na implementação dos empreendimentos em Suape, construídos com recursos do PAC?
9. Como o Estado se posiciona em relação aos conflitos territoriais, noticiados por algumas mídias, existentes na região de Suape?

## APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos V.S.<sup>a</sup> a participar de uma pesquisa que procurará compreender a relação entre os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Estado de Pernambuco e o desenvolvimento da região de Suape, sob responsabilidade do pesquisador Diego Costa Mendes. O referido estudo busca entender como se configura e como está sendo conduzido o desenvolvimento da região, bem como os objetivos que se almejam alcançar com ele.

Para a produção deste trabalho, será utilizada como instrumento a realização de entrevistas semiestruturadas na coleta de dados primários sobre a realidade de Suape (Cabo de Santo Agostinho/Ipojuca – PE). O entrevistado tem o direito de não responder a possíveis questionamentos que lhe tragam constrangimentos ou que esteja impedido. Os dados serão utilizados de forma fidedigna àquela em que foram coletados.

Os benefícios esperados com o resultado desta pesquisa são: identificar e compreender como a alocação de recursos provenientes do PAC à região de Suape está relacionada com o desenvolvimento da região; entender como está configurada a dinâmica e o desenvolvimento da região; contribuir para debates acadêmicos importantes e estimular a pesquisa científica.

O(A) senhor(a) terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si; garantia de privacidade à sua identidade.

Nos casos de dúvidas e esclarecimentos, procurar o pesquisador através do endereço Av. Professor Moraes Rego, s/n, sala D-22, Cidade Universitária, Recife/PE, pelos telefones (81) 99626-8735 ou (81) 98640-2069, bem como pelo e-mail *diegocostape@gmail.com*.

#### **Consentimento Livre e Esclarecido:**

Eu, \_\_\_\_\_, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Recife/PE, \_\_\_\_\_.

---

Participante da Pesquisa

---

Pesquisador Responsável